



GABRIEL MARCOS FERREIRA DE OLIVEIRA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MICROTERRITÓRIO DE
SANTOS DUMONT - MG**

**LAVRAS-MG
2021**

GABRIEL MARCOS FERREIRA DE OLIVEIRA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MICROTERRITÓRIO DE SANTOS DUMONT -
MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Renata Pedretti Morais Furtado
Orientadora

**LAVRAS-MG
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Oliveira, Gabriel Marcos Ferreira de.

Desenvolvimento Local do Microterritório de Santos Dumont -
MG / Gabriel Marcos Ferreira de Oliveira. - 2021.

127 p. : il.

Orientador(a): Renata Pedretti Morais Furtado.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2021.

Bibliografia.

1. Desenvolvimento Local. 2. Microterritório. 3. Regional. I.
Furtado, Renata Pedretti Morais. II. Título.

GABRIEL MARCOS FERREIRA DE OLIVEIRA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MICROTERRITÓRIO DE SANTOS DUMONT –
MG
LOCAL DEVELOPMENT OF THE MICROTERRITORY OF SANTOS DUMONT –
MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 28 de outubro de 2021.
Dra. Flávia de Paula Duque Brasil FJP
Dr. José de Arimatéia Dias Valadão UFLA
Dra. Renata Pedretti Morais Furtado UFLA

Profa. Dra. Renata Pedretti Morais Furtado
Orientadora

LAVRAS-MG

2021

AGRADECIMENTOS

Diversos foram os desafios enfrentados para a realização deste trabalho, em especial por estarmos vivendo um período atípico e de incertezas quanto ao futuro. O mundo todo combate arduamente a pandemia da Covid-19. Inúmeros foram os dias de incertezas, de aflições, de perdas, mas, com amor e carinho dos familiares e amigos, conseguimos superar cada dia, minimizando as dificuldades e buscando, na esperança, forças para encarar os desafios futuros. Dessa maneira, manifesto aqui minha gratidão a todos aqueles que de alguma forma me apoiaram em mais uma etapa de minha formação como cidadão e como pesquisador.

Aos meus pais, Dora e Dorival, agradeço pelos incansáveis esforços para me permitir conquistar os mais altos voos e por serem os maiores incentivadores a me possibilitar alcançar meus sonhos.

A minha irmã Raphaelly, pelas incansáveis ajudas na construção desta pesquisa.

Ao Diego, por ser exatamente quem é, por ter sido capaz de me mostrar que eu posso e sou capaz de ser quem eu quiser neste mundo. Por todos os conselhos e apoio, externo toda minha gratidão.

Ao Breno, por, unidos, dividirmos alegrias e angústias, superando mais uma etapa de nossas vidas.

À Universidade Federal de Lavras e ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, que me proporcionaram o acesso ao ensino público de qualidade, e a todos os professores e técnicos administrativos dessa instituição que, de forma direta ou indireta, contribuíram com a minha formação profissional, meus agradecimentos.

Agradeço à minha orientadora, a professora Dra. Renata Pedretti, por todo empenho e paciência com os quais me proporcionou este trabalho. Muito obrigado pelos conselhos acadêmicos e pelos inúmeros conselhos de vida, por ter me corrigido quando necessário, sem nunca me desmotivar.

Aos professores que participaram da qualificação e da defesa, ao professor Dr. José de Arimatéia e à professora Dra. Flávia Brasil, minha gratidão por todas as críticas construtivas e todas as discussões e incentivos ao longo da realização e análise deste trabalho.

Meus agradecimentos aos meus amigos de pós-graduação, por terem sido calma em tempos de tempestade.

Por fim, deixo o meu agradecimento a todas as pessoas que me auxiliaram direta ou indiretamente no desenvolvimento da pesquisa. A todos os entrevistados que se dispuseram a contribuir para que essa pesquisa pudesse ser desenvolvida.

“...cada região é uma região particular e distinta. De sorte que não há “receita de bolo” simples e unívoca para o “desenvolvimento regional”. Porque não há um único regional, mas inúmeros.”

Carlos Águedo Nagel Paiva
(2013, p. 15)

RESUMO

O objetivo deste trabalho centra-se em discutir o desenvolvimento local a partir das teorias desenvolvimentistas, além de compreender como, no contexto contemporâneo, a questão do desenvolvimento vem sendo tratada por meio da consciência da importância do poder público, do cidadão e das instituições para o processo de desenvolvimento econômico regional. Para tanto, faz-se necessário o entendimento sobre a atuação dos fatores endógenos do território e a sua contribuição para impulsionar a economia local. Este estudo divide-se em duas seções: a primeira busca contextualizar as teorias de desenvolvimento econômico e as vertentes que debatem o desenvolvimento local; a segunda busca apresentar um estudo de caso sobre a região do Microterritório do Desenvolvimento de Santos Dumont - MG, que abrange cinco municípios: Santos Dumont, Aracitaba, Oliveira Fortes, Ewbank da Câmara e Antônio Carlos. Este trabalho possibilita vislumbrar, por meio da formação histórica do Microterritório, quais seriam as possíveis potencialidades e capacidades, bem como identificar as iniciativas que correspondem ao desenvolvimento local, compreendendo as possíveis saídas ao desenvolvimento e como elas se interligam com a presença de instituições locais. A pesquisa parte de três hipóteses teóricas: a dependência da microrregião em relação à cidade polo regional, Juiz de Fora; o desenvolvimento local não estruturado entre os municípios pertencentes à microrregião de estudo; e a não existência de uma participação popular formalizada ou meios de comunicação que descentralizem decisões políticas que, muitas das vezes, não são voltadas para os reais problemas locais relevantes da população. Por meio de entrevistas semiestruturadas com atores locais inseridos nas mais diversas áreas referentes ao desenvolvimento local, foi possível compreender como se dá o processo de desenvolvimento no Microterritório. Assim, realizou-se um levantamento sobre o processo de desenvolvimento local, além de identificar as instituições que, na visão dos entrevistados, ajudaram ou ainda são relevantes para que o território possa se desenvolver. Diante disso, detecta-se que o Microterritório apresenta potencialidades e capacidades locais, em especial, no tocante ao turismo, agroindústria, educação, saúde e setor de bens e serviços, que necessitam de investimento para que, em breve, possam desenvolver localmente o território de estudo.

Palavras Chaves: Desenvolvimento Local; Microterritório; Regional; Gestão Integrada.

ABSTRACT

The main objective of this work is to discuss local development from the perspective of developmental theories, in addition to understanding how, in the contemporary context, the issue of development has been dealt with through the acknowledgment of the importance of public power, citizens, and institutions in the process of regional economic development. Therefore, it is necessary to understand the role of endogenous factors in the territory and their contribution to driving the local economy. This study is split into two sections: The first section aims to contextualize the theories of economic development and the different works regarding local development; furthermore, in the second section, we present a case study on the Microterritory of Development of Santos Dumont - MG, which spans five municipalities: Santos Dumont, Aracitaba, Oliveira Fortes, Ewbank da Câmara and Antônio Carlos. This work makes it possible to glimpse, through the historical formation of the Microterritory, the possible potentialities, and capacities, as well as to identify initiatives that correspond to the local development, understanding the possible solutions to the development and how they are interconnected with the presence of local institutions. The research starts from three theoretical assumptions: the dependence of the micro-region on the regional pole city, Juiz de Fora; the unstructured local development among the municipalities belonging to the study micro-region; and the non-existence of a direct means of popular participation or communication that decentralize political decisions that often are not focused on the most relevant local problems of the population. Through semi-structured interviews with local actors inserted in the most diverse areas related to local development, it was possible to understand how the development process takes place in the Microterritory. Therefore, a survey was carried out regarding the process of local development, in addition to identifying the institutions that, in the view of the interviewees, helped or are still relevant for the territory to be developed. Because of this, it is detected that the Microterritory has local potential and capabilities, especially concerning tourism, agribusiness, education, health, and the goods and services sector, which need investment to shortly, start the local development of the territory in this study.

Keywords: Local Development; Microterritory; Regional; Integrated Management

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Síntese das principais correntes do pensamento econômico.....	13
Figura 2 - Aspectos que caracterizam um local.....	15
Figura 3 - Desenvolvimento Sustentável e Integrado.....	30
Figura 4 - Territórios de Desenvolvimento	34
Figura 5 - Mapa da Microrregião de Desenvolvimento de Santos Dumont – MG.....	36
Figura 6 - Sequência da Pesquisa Interativa	38
Figura 7 - Modelo de triangulação dos dados utilizado na pesquisa	44
Figura 8 - Instituições Presentes no Território	73
Figura 9 - Nuvem de Incidência de Instituições	78
Figura 10 - Rotas de Acesso ao Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont.....	94
Figura 11 - Rotas de Escoação da Produção do Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ocupação do Solo de Santos Dumont.....	51
Gráfico 2 - PIB e PIB per capita de Santos Dumont	51
Gráfico 3 - Distribuição do Valor Agregado do ano de 2018 em Santos Dumont.....	52
Gráfico 4 - Ocupação do Solo de Ewbank da Câmara	52
Gráfico 5 - PIB e PIB per capita Ewbank da Câmara.....	53
Gráfico 6 - Distribuição do Valor Agregado do ano de 2018 em Ewbank da Câmara	53
Gráfico 7 - Ocupação do Solo de Oliveira Fortes.....	54
Gráfico 8 - PIB e PIB per capita de Oliveira Fortes	54
Gráfico 9 - Distribuição do Valor Agregado do ano de 2018 em Oliveira Fortes.....	55
Gráfico 10 - Ocupação do Solo de Aracitaba	55
Gráfico 11 - PIB e PIB per capita de Aracitaba.....	56
Gráfico 12 - Distribuição do Valor Agregado do ano de 2018 em Aracitaba	56
Gráfico 13 - Ocupação do Solo de Antônio Carlos	57
Gráfico 14 - PIB e PIB per capita de Antônio Carlos.....	57
Gráfico 15 - Distribuição do Valor Agregado do ano de 2018 em Antônio Carlos	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização dos Municípios em Análise	35
Tabela 2 - Tabela de Informações Sobre as Entrevistas	45
Tabela 3 - População Urbana e Rural dos Municípios entre os anos de 1980 e 2020.....	59
Tabela 4 - Transferências Intergovernamentais.....	64
Tabela 5 - Instituições Citadas dentro do Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont	74

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	7
3	OBJETIVO GERAL DE PESQUISA.....	9
3.1	Objetivos Específicos de Pesquisa.....	9
4	REFERENCIAL TEÓRICO	9
4.1	Correntes do Pensamento Econômico e as origens do tema de crescimento e desenvolvimento	9
4.2	Desenvolvimento: Surgimento do termo	16
4.3	Teorias sobre o Desenvolvimento Regional.....	18
4.3.1	Teoria dos Polos de Crescimento: François Perroux	19
4.3.2	Causação Circular Cumulativa: Gunnar Myrdal	21
4.3.3	Efeitos de Encadeamento e o Caráter de Desequilíbrio do Processo de Desenvolvimento: Albert. O. Hirschman.....	24
4.4	Desenvolvimento Local.....	27
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
5.1	Tipo de Pesquisa	30
5.2	Método de Pesquisa: Estudo de Caso.....	31
5.2.1	Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont – MG.....	33
5.3	Modelo Interpretativo de Pesquisa	36
5.4	Coleta de dados	39
5.5	Análise dos Resultados	41
5.6	Caracterização dos participantes das entrevistas	45
5.7	Limitações da Pesquisa.....	46
6	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	47
6.1	Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont: Formação Socioespacial do Território	47
6.2	Caracterização do Território	50
6.3	Desenvolvimento Local – Percepções adotadas pelo local.	60
6.4	Limitações ao Desenvolvimento Local	64
7	INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PRESENTES NO MICROTERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DE SANTOS DUMONT ...	69
7.1	Papel das Instituições no Desenvolvimento Local.....	69
7.2	Instituições presentes e suas atuações.	72
7.3	Integração Institucional no Desenvolvimento Local	79
8	POTENCIALIDADES E CAPACIDADES LOCAIS COMO FONTE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL.....	80
8.1	Região Imediata e Região Intermediária: fatores que colaboram para o desenvolvimento local.....	81

8.2	Turismo de Base Comunitária e Agroindústria, potencialidades a serem discutidas	84
8.3	Serviços, Educação e Saúde, atividades existentes a serem incentivadas	90
9	CONFIRMAÇÃO DAS HIPÓTESES TEÓRICAS	97
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
11	REFERÊNCIAS.....	104
12	APÊNDICE	111
12.1	Apêndice A - Roteiro para as entrevistas	111

1 Introdução

No decorrer da década de 1990, o desenvolvimento começa a ser retratado a partir do “local”, momento em que se passa a dar importância a fatores e vocações endógenas do local para se promover o desenvolvimento. Dessa forma, as características locais como cultura, economia, aspectos sociais, ambientais, institucionais, territoriais, política, tecnológica, entre outros fatores que cada local apresenta, começam a ser retratadas no processo de desenvolvimento. Assim, tal processo será estruturado com base nas próprias características e atores locais, e não mais por meio do mercado e fatores econômicos (TENÓRIO et al., 2004. DORSA, 2019).

O desenvolvimento local passa a se destacar, principalmente, ao se apresentarem as mudanças econômicas e sociais que afligiam as sociedades. O desenvolvimento a partir do local começa a ser defendido como uma alternativa à falência dos modelos clássicos de desenvolvimento, por meio do crescimento econômico e acúmulo de capital, colocando o Estado como o seu promotor e viabilizador, seja alocando recursos em setores que o mercado não chega a atuar ou mesmo na intervenção econômica no mercado financeiro (MULS, 2004; TENÓRIO et al, 2004; BUARQUE, 1999; FURTADO, 2017).

O desenvolvimento local, principalmente nas pequenas localidades e regiões periféricas, é tema de interesse não apenas no meio acadêmico, mas também de gestores locais, políticos e planejadores que, envolvidos na gestão local, acabam por esbarrar em crescentes desigualdades sociais, influenciando no dinamismo socioeconômico regional. Assim, busca-se entender quais os mecanismos propiciam o crescimento e o desenvolvimento regional. Para isso, existem aqueles que defendem que os mecanismos de mercado e de capital acabam por reduzir as desigualdades socioeconômicas, mas, por outro lado, existem aqueles que defendem que o desenvolvimento por meio dos mecanismos de mercado e acúmulo de capital não ajuda a reduzir as desigualdades e, sim, propicia a concentração de renda (DORSA, 2019).

O desenvolvimento por meio do local assume suas características endógenas no território como fonte efetiva e emancipadora para a transformação do seu ambiente natural, rompendo, desse modo, com o tradicional desenvolvimento que se dava por meio da crescente desigualdade social. Assim, os atores locais podem ser protagonistas das ações voltadas para o desenvolvimento local por meio de seus valores e cultura, além de promover a integração e cooperação entre os envolvidos (PRATES, VALADÃO, 2017).

A abordagem adotada, portanto, assume uma visão para além dos modelos econômicos de desenvolvimento à medida que adota fatores sociais que irão ultrapassar as relações mercantis realizadas com o Estado, buscando explicar os motivos que levam às desigualdades sociais e regionais (MULS, 2004).

Esse descompasso socioeconômico indica a necessidade de repensar os modelos nacionais e internacionais de como o mercado e o Estado são tratados. Com isso, é possível repensar uma construção coletiva de políticas públicas que envolvam tanto os governos como a sociedade civil na busca por soluções conjuntas (FURTADO, 2017). Mais do que isso, é uma forma de pensar um modelo em que ocorra a inclusão social, baseada nos princípios da cooperação, criação e ampliação de novas esferas públicas capazes de integrar atores sociais, políticos e econômicos de modo a dialogarem por meio dos conflitos de interesse (ALMEIDA, 2018).

Desse modo, entende-se por desenvolvimento local o processo endógeno que ocorre em pequenas localidades e agrupamentos humanos capaz de viabilizar a melhoria na qualidade de vida da sociedade e o dinamismo econômico. Esse processo representa não apenas uma organização do território como uma alteração das bases econômicas locais, derivadas do processo de participação e organização da sociedade, colocando suas potencialidades como ponto fundamental para o processo de desenvolvimento (DORSA, 2019).

O desenvolvimento local é fruto de um ambiente político e social favorável, expresso por meio de mobilizações dos atores sociais em torno de ações prioritárias e básicas para o desenvolvimento. Assim sendo, corresponde a um resultado oriundo dos anseios conjuntos da sociedade, que dão legitimidade e viabilidade política capazes de promover a transformação e dinamização da realidade local (BUARQUE, 1999). Ao final do século XX e início do XXI, já se entendia que o local se tornava ponto fundamental dos debates e definições para novas políticas públicas que visavam o desenvolvimento socioeconômico, voltado para a explicação da falência do modelo mercantilista de desenvolvimento (FURTADO, 2017; MULS, 2004; TENÓRIO et al., 2004). Portanto, as ações de desenvolvimento local ocorrem em determinados territórios e são constituídos por meio de uma história local, tendo sua cultura e modelo organizacional, além de suas vocações econômicas e suas desigualdades sociais próprias do território (FURTADO, 2017).

As políticas públicas que se voltam para as questões do desenvolvimento local devem estar ligadas a dois pontos basilares. O primeiro se relaciona com a diminuição das desigualdades sociais, buscando melhorar o bem-estar da sociedade. O segundo se refere à

necessidade de o Estado corrigir as falhas de mercado, no tocante aos direitos essenciais da sociedade e em suas políticas públicas de infraestrutura e de assistência social, buscando garantir a sua qualidade de vida (MULS, 2004).

O desenvolvimento local está vinculado à participação dos diversos atores sociais envolvidos no território para que, de forma articulada, possa resultar no desenvolvimento. Furtado (2017) indica a necessidade de existir em âmbito local a articulação entre governo local, sociedade civil e setor privado como forma de buscar a racionalização conjunta dos problemas que se encontram no contexto do desenvolvimento local. Essa articulação a nível local se mostra relevante para potencializar os esforços e recursos disponíveis para, em conjunto, solucionar questões prioritárias de dada realidade.

Com o aumento da autonomia adquirida pelos municípios e, portanto, maior descentralização política, pode-se perceber que a participação social teve um aumento significativo no contexto local. Assim, o processo de descentralização se configura na delegação de autonomia e poder decisório de instâncias superiores de gestão a unidades territoriais menores, como municípios e comunidades, transferindo-lhes o poder de decisão da gestão local. Constitui-se, dessa forma, a transferência efetiva de poder de escolhas e definições sobre as prioridades e diretrizes das ações a serem executadas para as instâncias comunitárias e municipais (BUARQUE, 1999; PEREIRA; REZENDE, 2017).

Observa-se que no contexto das relações mútuas dos atores sociais no processo de desenvolvimento são reforçados os princípios de desenvolvimento endógeno do território. Isso ocorre quando a atenção se volta para os fatores produtivos, tais como o capital financeiro, a tecnologia, a mão de obra, o desenvolvimento, a pesquisa e as instituições, uma vez que o local munido desses fatores ou mesmo direcionado a desenvolvê-los internamente, conseqüentemente irá adquirir maiores condições de alcançar o desenvolvimento local equilibrado e a longo prazo (FURTADO, 2017).

Contudo, quando se trata de desenvolvimento local, não se trata apenas do município ou da comunidade, mas do contexto territorial no qual se está inserido, em que o desenvolvimento desse microterritório ocorre em um contexto integrado. De acordo com Kronemberger (2011), o desenvolvimento ocorrerá de forma integrada a partir da ação articulada e conjunta do Estado, da sociedade civil organizada e do empresariado, onde todos devem desempenhar as suas ações de forma conjunta, cooperativa, complementar, positiva e interativa, com a capacidade de potencializar ações que beneficiem a todos.

No caso do Brasil, questões estratégicas voltadas para o desenvolvimento se fortaleceram a partir da Constituição Federal de 1988, o que confere aos níveis locais a capacidade decisória além da descentralização política administrativa do território. Instala-se, portanto, um ciclo descentralizador, onde se expandem os papéis do município como proponente de políticas públicas voltadas para questões sociais, econômicas e principalmente políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local (PEREIRA; REZENDE, 2017).

A descentralização faz com que as novas atribuições municipais, principalmente atribuições econômicas, levem os níveis locais a buscarem novas formas de organizar seus territórios, utilizando-se das características e potencialidades próprias para o fomento de novas formas de economia local, estímulo à formação de redes de cooperação e valorização dos produtos (FAURÉ; HASENCLEVER, 2005). Entretanto, nem sempre tais potencialidades conseguem ser desenvolvidas dentro do nível local, pelo simples fato de não existirem agências e redes de cooperação que sejam voltadas e capazes de estimular o desenvolvimento local.

Em vista disso, o processo de desenvolvimento econômico não é homogêneo em todos os territórios, em alguns esse processo se destaca mais em detrimento de outras regiões. Para tentar explicar essa desigualdade, toma-se por base a Teoria do Desenvolvimento Regional, por meio da análise macroeconômica inspirada nas teorias Keynesianas, que considera que o livre funcionamento do mercado gera desemprego e desigualdade socioeconômica, necessitando da intervenção do Estado por meio de políticas compensatórias (BASTOS, 2005). Os principais teóricos que subsidiaram as reflexões sobre o desenvolvimento regional entre os anos de 1950 e 1970 são os teóricos Perroux (1967), Myrdal (1972) e Hirschman (1958). Partindo de suas obras, é possível compreender o processo de desenvolvimento regional desigual nos tempos contemporâneos.

Perroux (1967) explica o desenvolvimento por meio do que ele chama de “polo de crescimento ou desenvolvimento”, o que nada mais é do que o papel do setor industrial criando e gerando efeitos de encadeamento no crescimento regional ou local. Nas décadas de 1940 e 1950, o entendimento que se tinha de desenvolvimento era o mesmo de crescimento. Dessa maneira, o aparecimento de indústrias levaria ao crescimento econômico: à medida que novas indústrias surgem, possibilita-se o surgimento de outras, gerando, portanto, a chamada “função polarizadora”.

Hirschman (1958) apresenta novas tentativas de explicar as disparidades e desigualdades do desenvolvimento local explicando as desigualdades por meio do efeito de “gotejamento” e “transbordamento”. O entendimento de Hirschman (1958) em relação ao desenvolvimento vai

ao encontro da capacidade de investimento dos setores industriais locais, visto que esses setores, além de gerar capacidade produtiva e renda local, podem proporcionar maior capacidade de investimento na cadeia produtiva.

Nessa visão, os investimentos na economia local geram duas consequências. A primeira é o “encadeamento para trás”, o que possibilita a formação de indústrias fornecedoras de insumos para as indústrias já existentes. A segunda consequência é o “encadeamento para frente”, que leva à criação de indústrias que demandam os produtos das indústrias já existentes (LIMA; SIMÕES, 2009). Dessa maneira, percebe-se que o surgimento das indústrias locais faz com que, por meio do encadeamento para trás ou para frente, criem-se novas indústrias, movimente-se a economia, bem como o desenvolvimento local. Sendo assim, cabe ao poder local estimular a economia por meio de atividades produtivas, além de viabilizá-las através de políticas públicas nas áreas prioritárias voltadas ao desenvolvimento.

Para Myrdal (1972), o desenvolvimento regional é explicado por meio da Teoria da Causação Circular Cumulativa, que estabelece que o sistema econômico seja instável e propenso ao desequilíbrio. Dessa maneira, todo e qualquer impacto econômico, seja ele positivo ou negativo, gera um círculo vicioso. Ou seja, caso a região seja impactada pela saída de investimentos, conseqüentemente a redução ou diminuição na geração de empregos e diminuição da renda impactaria todo o sistema econômico regional, o que proporciona o processo de causação circular cumulativa, negativa ou mesmo positiva, para o desenvolvimento local (LIMA; SIMÕES, 2009).

O desenvolvimento local é resultante da capacidade de especialização em determinados setores que possam ter vantagens competitivas levando em consideração as potencialidades e capacidades sociais, culturais, econômicas, políticas e institucionais do local (LEMOS; DINIS, 2000, citado por FURTADO, 2017). Nesse contexto, a mobilização social dos atores locais é relevante para alcançar o desenvolvimento.

No estado de Minas Gerais, no ano de 2015, foram instituídos os Fóruns Regionais de Governo com a finalidade de fortalecer e articular as representações locais e as sociedades civis com a administração pública estadual no monitoramento, formulação e execução de políticas públicas, buscando democratizar a gestão do território (MINAS GERAIS, 2015). A política pública adotada colocava o local como ponto fundamental para o desenvolvimento econômico

e social do território, instituindo-se, portanto, os chamados Territórios de Desenvolvimento, e os Microterritórios¹ de Desenvolvimento.

O estado de Minas Gerais, com a instituição dos Fóruns Regionais de Governo, se divide em 17 Territórios de Desenvolvimento e 80 Microterritórios. Busca-se analisar neste estudo o Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont, pertencente ao território de Desenvolvimento denominado “Mata”. Esse Microterritório é composto por três municípios circunvizinhos: Santos Dumont, Aracitaba e Oliveira Fortes. Entretanto, existem dois outros territórios que não se encontram dentro do Microterritório, mas que farão parte deste estudo, pois há uma cooperação governamental e integração social, econômica e administrativa entre os municípios de Ewbank da Câmara, pertence ao Microterritório de Juiz de Fora, e de Antônio Carlos, que se encontra no Território “Vertentes”, dentro do Microterritório de Barbacena.

Os cinco municípios são de pequeno porte e se encontram dentro da zona periférica do município de Juiz de Fora, um grande polo regional industrial e de comércio, o que faz com que esses municípios sejam dependentes de serviços, políticas públicas, renda, entre outros, do município de Juiz de Fora. Conforme a definição de Muls (2004) e Rosa (2017), eles podem ser considerados “municípios-dormitórios”, característica dada a cidades que se tornam periféricas dos municípios polos de desenvolvimento, criando uma dependência. Assim, tais cidades são utilizadas apenas para a função residencial.

O termo “cidades-dormitórios” acaba sendo empregado por meio de duas principais circunstâncias. A primeira refere-se à ausência de dinamismo nas relações econômicas do próprio município, no lugar em que a cidade acaba por não ter condições de apropriar-se da mão de obra disponível, o que ocasiona a segunda circunstância. Essa, por sua vez, envolve a relação da população com a dependência com o município polo, à medida que grande parte da população local acaba por não trabalhar ou estudar em sua cidade, podendo assim caracterizar o estigma de “municípios-dormitórios” (ROSA, 2017).

Tudo isso leva, portanto, a caracterizar os municípios que são o foco deste estudo, por estarem na área periférica do município polo regional, a serem caracterizados por “municípios-dormitórios”, visto o alto grau de dependência socioeconômica e por se encontrarem na região de transbordamento do centro industrial vizinho.

¹ Microterritório: a subdivisão dos territórios, em pequenos espaços geográficos, formado por municípios, no interior das quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas (MINAS GERAIS, 2015).

Revisitando o conceito de desenvolvimento local, considerando o desenvolvimento por meio das capacidades e potencialidades locais, respeitando a cultura e história de formação e organização territorial, o problema de pesquisa se constitui na seguinte questão: Como os municípios de Santos Dumont, Aracitaba, Oliveira Fortes, Ewbank da Câmara e Antônio Carlos, pertencentes ao mesmo Microterritório, tratam o desenvolvimento local?

2 Justificativa da Pesquisa

Perante diversas iniciativas de desenvolvimento local e experiências em diferentes localidades, é difícil pensar métodos que não levam em conta o contexto histórico, cultural e institucional das realidades estudadas. De acordo com Furtado (2017), a gestão para o desenvolvimento local pode ser compreendida por meio de estratégias e métodos de desenvolvimento que são implementados pelos diversos atores sociais do território, como instituições, empresas, sociedade civil e o Estado que ganha notoriedade na promoção do desenvolvimento.

Essas experiências ocorrem em um território já constituído de características singulares, que devem ser respeitadas para a promoção do desenvolvimento. No Brasil, existem inúmeras experiências que buscam o desenvolvimento local, muitas das quais tiveram seu início a partir da Constituição de 1988, onde algumas localidades ganharam maior capacidade de decisão e autonomia de gestão de seus territórios (FURTADO, 2017).

Essas experiências podem ser representadas como os eventos para demonstrar alternativas para o desenvolvimento por meio de negócios comunitários, como em Macapá (CONEXSUS, 2019). Experiências, conforme relato de Medeiros e Cunha (2012), de prática dos empreendimentos econômicos solidários na região do Cariri cearense. Nesse sentido, nota-se que práticas para o desenvolvimento local começam a ser pensadas levando em consideração as potencialidades e as capacidades locais.

No município de Três Rios – RJ, a Prefeitura Municipal criou o Casa do Empreendedor, que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento por meio do empreendedorismo e a inovação, uma política pública proposta pelo governo local que está ligada diretamente a promoção do desenvolvimento local (PORTAL DO EMPREENDEDOR DE TRÊS RIOS, 2019). Outro exemplo é o fortalecimento da agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte – MG, buscando a interação permanente entre setor público, sociedade civil e iniciativa privada para juntos solucionar os problemas comuns dos municípios metropolitanos (ADRMHB, 2019).

Conforme Perroux (1967), o desenvolvimento se dá por meio do chamado polo de crescimento ou desenvolvimento, onde empresas motrizes têm o papel fundamental de gerar efeitos de encadeamento no processo de desenvolvimento local, o que faz com que muitos municípios busquem indústrias motrizes para que os seus territórios se desenvolvam. Esse fato ocorreu no Território de Desenvolvimento foco de análise deste estudo.

Nos anos de 1990, o município de Juiz de Fora e o estado de Minas Gerais proporcionaram diversos benefícios e incentivos fiscais para receberem parte da produção da empresa alemã Mercedes-Benz, o que fez com que a corporação pactuasse em contratar serviços e fornecedores do estado de Minas Gerais e dedicar-se a levar para o município de Juiz de Fora ou municípios satélites demais empresas (BASTOS, 2002). Isso permitiu que a instalação da indústria motriz na região alavancasse os investimentos, sendo notório o crescimento econômico na região, visto que, por meio de efeitos de encadeamento diversos, outros investimentos foram atraídos para a região, além de impulsionar a produção, emprego e renda, dinamizando assim o desenvolvimento regional (BASTOS, 2002).

Contudo, praticamente 20 anos após sua instalação, a empresa alemã anunciou, no início do ano de 2019, que diminuiria a produção e transferiria parte da produção para outros estados do Brasil. O anúncio, ainda que tenha mobilizado audiências públicas com governos municipais e estadual, não logrou êxito em reverter a tomada de decisão da empresa (ALMG, 2019). Ou seja, os municípios pertencentes ao Microterritório de Santos de Dumont, que se encontram na região satélite do município de Juiz de Fora, e que há anos conta com empregos diretos e indiretos ligados a montadora, podem ser prejudicados caso a produção da grande fábrica seja reduzida (G1, 2019).

Desse modo, compreender o desenvolvimento local por meio das capacidades e potencialidades locais pode ajudar a compreender uma nova forma de desenvolver territórios sem que esses criem laços de dependência com as indústrias motrizes, à medida em que não há o compromisso com o território permanentemente, como ocorre na região de Juiz de Fora – MG. Para isso, é relevante investigar o desenvolvimento a partir do local, por meio das singularidades que podem ser incentivadas para a promoção do desenvolvimento, para que esse seja sustentável no tempo, sendo promovido pelos atores locais e não mais pelo Estado por meio de políticas de incentivo para o desenvolvimento e sim por meio do próprio local.

3 Objetivo Geral de Pesquisa

Compreender o desenvolvimento local nos municípios pertencentes ao Microterritório de Santos Dummont -MG.

3.1 Objetivos Específicos de Pesquisa

- Analisar por meio da formação histórica do Microterritório quais as possíveis potencialidades e capacidades de desenvolvimento local;
- Analisar, dentro do Microterritório do Desenvolvimento de Santos Dumont – MG, se há iniciativas que correspondem ao desenvolvimento local;
- Compreender as possíveis saídas ao desenvolvimento local, analisando as potencialidades e capacidades locais e como essas estão interligadas à importância das instituições locais.

Hipóteses Teóricas

- A microrregião possui uma grande dependência do polo regional de Juiz de Fora;
- O processo de desenvolvimento local ainda é desestruturado, não há um Plano de Ação estruturado nos municípios, o que dificulta a atuação;
- Não existe uma participação cidadã formalizada e não há canais de comunicação, o que leva a decisões centralizadas, políticas, pouco voltadas aos problemas locais e relevantes à população.

4 Referencial Teórico

4.1 Correntes do Pensamento Econômico e as origens do tema de crescimento e desenvolvimento

Os conceitos precursores sobre o desenvolvimento, relacionados aos aspectos econômicos, vêm sendo tratados desde o mercantilismo, no século XVI. Os mercantilistas, ainda que não representassem um conjunto homogêneo, mantinham preocupações nítidas sobre a acumulação de riquezas. Para esse grupo, a expansão da riqueza de uma nação estava atrelada ao fluxo e ao comércio de metais preciosos. Tudo isso permitiu o crescimento do comércio internacional e, conseqüentemente, o crescimento econômico das nações (COSTA, 2006).

A noção de acúmulo de riquezas estabelecida pelos mercantilistas firmou o pacto colonial entre as metrópoles e as colônias. O transporte internacional e o comércio externo passaram a

ser regulados pela metrópole, que fixava o preço de produtos na expectativa de maximizar o acúmulo por meio de metais preciosos. Desse modo, a política colonial adotada colaborou para fortalecer o capitalismo na Europa, o que, em contrapartida, ocasionou o subdesenvolvimento em países colonizados (NETO, 2018).

Já em outra corrente do pensamento, a dos fisiocratas, representados por François Quesnay, a riqueza não está ligada diretamente ao acúmulo e afluxo de metais preciosos, mas na agricultura como fonte de riqueza. Tal corrente propunha acumular capital por meio do desenvolvimento econômico baseado na agricultura (COFFMAN, 2021).

Os princípios do liberalismo econômico pregado pela escola clássica colocaram o capital como fonte para o crescimento econômico. Um dos representantes da escola clássica, Adam Smith, argumenta que o acúmulo de capital e a divisão do trabalho levaria ao crescimento econômico (NETO, 2019). Segundo Costa (2006), outro economista dessa escola, David Ricardo, acreditava que o crescimento só seria possível com a formação de riqueza, bem como a distribuição na sociedade entre os capitalistas, proprietários de terra e os trabalhadores. Acreditava-se que cada país deveria se especializar em determinadas áreas que lhe garantisse vantagens comparativas nos custos.

Já na visão de John Stuart Mill, com o aprimoramento no comércio, nos serviços e nos produtos, por meio da aplicação criativa do capital conjunto, seria possível criar oportunidades para o crescimento do produto nacional e conseqüentemente para o aumento na taxa de acumulação de capital (NETO, 2018).

Na visão da escola clássica, o crescimento econômico surge por meio de inovações tecnológicas que vão, de certo modo, reduzir os custos e ampliar os lucros, harmonizando os conflitos pela distribuição de capitais entre capitalistas, proprietários de terras e trabalhadores. Já os pensadores neoclássicos adotam outra trajetória para explicar o crescimento econômico, uma visão bem mais otimista. Na perspectiva neoclássica, o crescimento econômico está vinculado à distribuição equitativa para todos os agentes econômicos, assim como a remuneração dos fatores de produção (COSTA, 2006).

Para o economista Alfred Marshall, a organização interna das empresas é a razão para o crescimento econômico. O seu posicionamento fica claro com o fim do século XIX, a partir do crescimento da economia ocidental, explicado pelo fato de as empresas terem elevado o nível de produtividade e adotado novos modelos gerenciais (NETO, 2018). Além do mais, Marshall defendia a aglomeração industrial, pois essa traz vantagens econômicas, como o desenvolvimento e a disseminação de novas tecnologias, a oferta de mão-de-obra qualificada,

oportunidades de emprego, aglomeração de atividades subsidiárias, dentre outros aspectos (GONÇALVES, et. al. 2018). Entretanto, nem todas as hipóteses defendidas pelos economistas neoclássicos são realistas, como a flexibilidade de salários e preços, pleno emprego, equidade na distribuição da renda, dentre outros aspectos criticados nessa abordagem (COSTA, 2006).

Karl Marx, em contrapartida às ideias neoclássicas, formula uma nova hipótese baseada em Smith, colocando o valor-trabalho em evidência. Seguindo os mesmos pensamentos dos economistas neoclássicos, o desenvolvimento se dá por meio do conflito distributivo de renda e produção, porém, baseia-se em uma trajetória cíclica, em que o crescimento tecnológico gera tempos de prosperidade. Contudo, o capitalismo ainda possui a característica de provocar, gradativamente, crises periódicas prolongadas. Essas crises geram divergências entre os agentes econômicos e induzem a atividade econômica. Marx propõe a mudança nas estruturas econômicas e sociais capazes de induzir o surgimento de organizações e instituições que são favoráveis ao crescimento econômico (COSTA, 2006).

Por outro lado, o crescimento econômico não ocorreu apenas baseado nas abordagens marxistas, ele foi interpretado também por Joseph Alois Schumpeter com a teoria do Desenvolvimento Econômico. De acordo com essa teoria, o desenvolvimento está relacionado ao crédito, às inovações e aos empresários inovadores. Para Gonçalves, et al. (2018), a teoria de Schumpeter está baseada na introdução de inovações, de maneira alternada e periodicamente, de forma a se disseminar na economia. Para ele, as inovações tecnológicas seriam fundamentais para a dinâmica capitalista, pois nela as empresas, amparadas com as inovações, teriam condições de permanência nos mercados competitivos.

Outro economista que contribuiu para o entendimento acerca do capitalismo é Michal Kalecki, que parte da teoria a respeito da demanda efetiva. Inspirado nas contribuições de Marx, ele visa explicar os principais pontos que influenciam no nível de renda das economias, ou seja, o consumo, os investimentos, as exportações e os gastos do governo. Para o economista, o financiamento de investimentos é essencial para economias em desenvolvimento à medida em que o setor empresarial não tem interesse no investimento em certos setores da economia (COSTA, 2006).

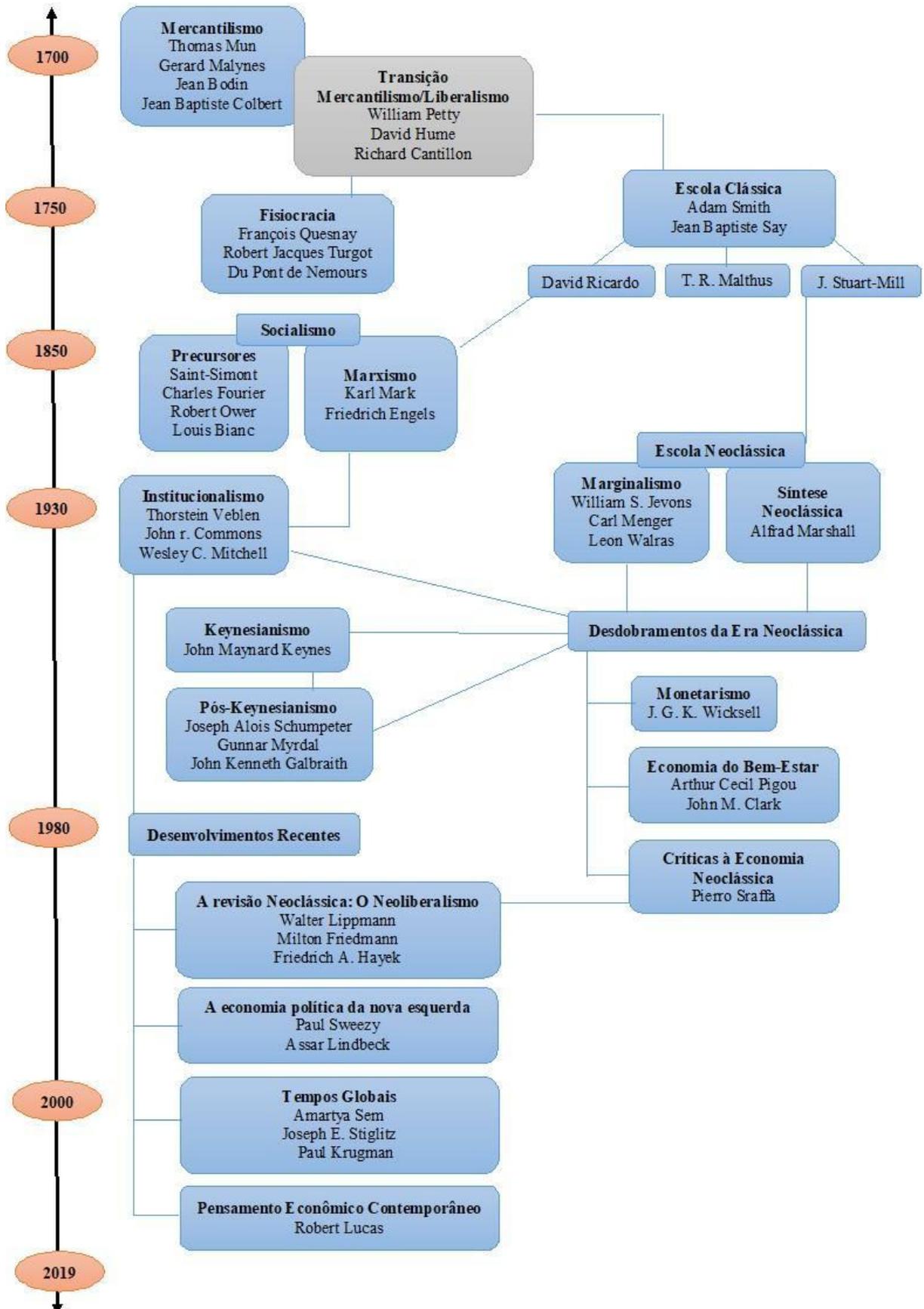
Entretanto, para Nori et. al. (2019), é em 1936, com a Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda, do economista John Maynard Keynes, que a oscilação cíclica do capitalismo seria abordada, restringindo as análises ao pleno-emprego e à macroeconomia. A análise de Keynes parte das considerações sobre os pressupostos que baseavam a escola clássica, incluindo, assim, a Lei de Say. Desse modo, o autor parte para sua análise baseando-se nos princípios da demanda

efetiva, identificando, portanto, os determinantes do investimento e as suas consequências para a renda e o emprego. O crescimento nos níveis de exportação e o aumento dos gastos governamentais em períodos de baixa na economia contribuíram para que a economia chegasse próxima a níveis de pleno-emprego (COSTA, 2006). Keynes propõe que o Estado deve intervir na indução do crescimento econômico, propondo políticas monetárias e fiscais com objetivo expansionista, visto que os gastos do governo elevam os investimentos, a renda e o consumo, ocasionando o aumento nas taxas de demanda agregada, o que aumenta os níveis de emprego e produção (GONÇALVES, ET AL. 2018).

As correntes desenvolvimentistas percorrem diversas abordagens referentes ao desenvolvimento restrito aos fatores econômicos à medida em que foram elaboradas em diversos contextos de sociedades e tempos históricos. Furtado (1988) distingue três correntes econômicas do século XVIII, que explicam o desenvolvimento econômico. A primeira corrente se relaciona com o iluminismo, que retrata a supremacia da razão; a segunda aproxima-se da concepção do acúmulo de riqueza formulada para o crescimento econômico e conseqüentemente o bem-estar da sociedade; e a terceira, segundo o autor, se relaciona com a expansão geográfica em que prevalece a ideia de maior e menor de civilização e, por isso, há o entendimento de mundo em desenvolvimento e subdesenvolvido, ou seja, os atrasados.

Desde 1700 até os dias atuais foram diversas as correntes do pensamento econômico. A Figura 1 sintetiza os diversos economistas em suas respectivas correntes do pensamento para a melhor compreensão do assunto.

Figura 1- Síntese das principais correntes do pensamento econômico



Fonte: Adaptação do esquema de Rossetti, 2003, p. 63.

As ideias precursoras do desenvolvimento tiveram o início voltado para o crescimento econômico a partir do aumento da capacidade produtiva e da produção em um determinado período. Contudo, com o passar do tempo, surgem novas correntes (François Perroux, Albert O. Hirschman, Gunnar Myrdal) que objetivam explicar o desenvolvimento não apenas pelo viés econômico, mas superá-lo, de modo que as complexidades do desenvolvimento não fossem discutidas apenas por tal caminho, mas pela pluralidade de formas econômicas e sociais que estão inseridas na sociedade (MOTA, 2019). Dessa forma, surge uma nova corrente de desenvolvimento que teria como foco os fatores endógenos do local.

As novas reflexões vão ao encontro da compreensão de que o desenvolvimento ocorre a partir do local, colocando as particularidades de cada um, suas diversidades funcionais, disparidades e complexidades regionais e locais como pontos fundamentais para entendê-lo. Dessa forma, o contexto histórico-social ganha relevância quando são considerados no processo aspectos como formas produtivas locais, organização e formas produtivas dos setores econômicos, modelos de qualificação da mão de obra, concentração econômica, distribuição de renda, estrutura social local, entre tantos outros que caracterizam a formação e o desenvolvimento local (BELLINGIERI, 2017; NETO, 2018).

Desse modo, é possível caracterizar os fatores endógenos que influenciam e ajudam a compreender a formação de uma localidade, tais como: infraestruturas disponíveis para as relações de produção, aspectos culturais e históricos, relações sociais existentes no território, os aspectos físicos, a integração que ocorre entre o meio interno e externo, elementos econômicos, centralidade em relação a pontos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, nível de inovação, características políticas administrativas locais (NETO, 2018). A Figura 2 ajuda a compreender como esses aspectos influenciam a formação e como se dá o desenvolvimento nesses locais.

Figura 2 - Aspectos que caracterizam um local



Fonte: Do Autor, (2019).

Assim sendo, a partir da Segunda Guerra Mundial, as preocupações sobre as questões do desenvolvimento, principalmente sobre o dos países afetados pela guerra, colocam o crescimento econômico como ponto fundamental para alcançar esse objetivo. Furtado (2017) indica o PIB e a renda per capita como os principais indicadores utilizados para medir o crescimento, colocando o setor industrial como um fator fundamental para impulsionar a economia. Nesse ponto, o crescimento econômico se iguala ao desenvolvimento.

Entretanto, apesar de o desenvolvimento ser mensurado através do crescimento econômico, observa-se que, em períodos como o Pós-Segunda Guerra, taxas como as de desigualdades sociais, de mortalidade infantil, de enfermidades, entre outros sintomas de sociedades não desenvolvidas em termos sociais permaneciam evidentes (PEREIRA; ZACARIAS; SILVA, 2019). Surge, então, o questionamento sobre o modo como o desenvolvimento era percebido, pois nem sempre o crescimento econômico se equipara ao desenvolvimento em termos socioeconômicos.

Para Almeida (2018), faz-se necessário a diferenciação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Para o autor, o desenvolvimento está atrelado a dois fatores, o primeiro representa o aumento da riqueza material e o segundo as possibilidades de melhor redistribuição das riquezas geradas. Em contrapartida, o crescimento econômico está baseado no aumento dos níveis econômicos de uma determinada localidade, o que não pode ser confundido com desenvolvimento, visto que esse último está ligado diretamente à redução da pobreza e miséria, redução das desigualdades sociais, geração de emprego e renda para toda sociedade.

No início da década de 1960 não havia, de fato, uma consolidação do entendimento de que desenvolvimento e crescimento se distinguem (VEIGA, 2008, citado por FURTADO,

2017). Mas foi com o processo intenso de crescimento econômico ocorrido na década anterior que esse pensamento começou a ser modificado, pois observou-se a real necessidade do desenvolvimento social, em que as sociedades adquirissem não riquezas, mas políticas públicas de saúde, educação, segurança, dentre outras.

Dessa maneira, nos países em desenvolvimento, o Estado teve como principal função no processo de reconstrução a implementação de políticas públicas que normatizassem a industrialização, potencializando o crescimento econômico e definindo os rumos que a economia poderia tomar (ANDRADE, 2002).

Com o passar das décadas, chega-se ao entendimento de que o desenvolvimento abarca processos multifacetados, ocorrendo, assim, as desigualdades sociais dentro do sistema. Porém, esse desenvolvimento se dá por meio de diversos fatores a depender da história de formação do território, aspectos políticos e sociais, instituições existentes. Em outras palavras, é por meio da análise da trajetória que determinado país traçou que se constata os motivos pelos quais algumas regiões detêm maior poder econômico e desenvolvimentista do que outras (ANDRADE, 2002).

Portanto, trago o conceito de capital social como ponto fundante para entender o desenvolvimento atualmente. Furtado (2017) afirma que a construção do desenvolvimento deve estar atrelada a valores culturais, históricos, políticos, da maneira como ocorre a mobilização dos indivíduos no território, o grau de responsabilidade social, até mesmo a forma como se dá a participação. Nessa perspectiva, o capital social não só depende do desenvolvimento como ele mesmo depende do capital social.

O capital social tem um importante papel no processo de desenvolvimento local, já que ao longo dos anos identificou-se que, para além do investimento em capital físico e capital humano, o capital social pode promover e ampliar a articulação entre os atores sociais, favorecendo o processo de desenvolvimento no município.

4.2 Desenvolvimento: Surgimento do termo

A expressão desenvolvimento na contemporaneidade alcança um amplo debate em diversas áreas do conhecimento, em específico nas ciências sociais aplicadas. Apresenta-se como uma expressão multidisciplinar que é discutida não apenas na economia, mas também na saúde, na administração, na geografia, na agricultura, na sociologia, entre tantas outras áreas. Contudo, a abordagem multidisciplinar do desenvolvimento permite entender melhor as relações sociais locais (FURTADO, 2017).

Na década de 1950, com Lewis (Prêmio Nobel da Economia), o desenvolvimento começa a ganhar novas concepções, com a erradicação da pobreza devido ao crescimento não apenas econômico, mas também atendendo ao crescimento social. Dessa forma, o debate sobre o crescimento meramente econômico começa a entrar em contradição à medida que o desenvolvimento gerado não soluciona os problemas relacionados ao desemprego e à redistribuição de renda na sociedade. As necessidades básicas tornam-se ponto fundamental para o crescimento, ganhando importância entre os anos de 1960 e 1970, atingindo seu auge em meados dos anos 1970, quando organizações internacionais influenciam a concepção de políticas para o desenvolvimento (FURTADO, 2017).

Emprego, erradicação da pobreza, redistribuição de renda passam a fazer parte da pauta desenvolvimentista, além de aspectos como educação, planejamento, infraestrutura, saneamento básico, segurança, mobilidade, entre tantos outros pontos que são englobados nas visões sobre desenvolvimento. Dessa maneira, a finalidade é a de fazer com que todos os seres humanos tenham oportunidades de acesso aos vários aspectos da pauta de desenvolvimento e conseguir a qualidade de vida.

Celso Furtado (1961) contribui com os estudos de desenvolvimento, em especial para o contexto brasileiro. Nesse contexto, o autor argumenta sobre as novas possibilidades que as regiões estariam sujeitas. As desigualdades regionais e o mercado interno tornam-se pontos essenciais para tratar o desenvolvimento. Ele baseia-se na teoria do desenvolvimento econômico para explicar o desenvolvimento atrelado a fatores macroeconômicos. Contudo, compreende que o desenvolvimento não pode ocorrer apenas na vertente econômica de acumulação de capitais, e sim levando em consideração a dimensão histórica em que se encontra determinada localidade, fatores únicos de cada economia.

Para Celso Furtado (1961), o crescimento econômico é essencial para o desenvolvimento, porém não apenas para crescer economicamente, mas também para estar atrelado às questões das necessidades básicas, no que diz respeito principalmente à redistribuição de renda e a produtividade. Quando o crescimento econômico se equipara ao desenvolvimento econômico, por meio das hipóteses clássicas, o acúmulo de riquezas bastaria, pois seria distribuída a toda sociedade, elevando a qualidade de vida. Contudo, ainda que um país possa obter taxas elevadas na economia, diversos problemas ocorrerem simultaneamente ao acúmulo de riquezas, como desemprego, desenvolvimento tecnológico para outras nações, salários baixos, diminuição no consumo do mercado interno, atraso no desenvolvimento

tecnológico. Ou seja, por mais que a riqueza aumente, diversos problemas econômicos e sociais surgirão com o tempo (MOTA, 2019).

Schumpeter pode ser considerado um dos primeiros economistas a constatar a diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois, para ele, o desenvolvimento econômico está ligado às transformações ocorridas na estrutura do sistema econômico, ao passo que o mero aumento na renda per capita não deve significar desenvolvimento, mas, sim, crescimento (MOTA, 2019). Celso Furtado é um dos primeiros pensadores a tratar do desenvolvimento ligado a fatores histórico-culturais, o que influencia no desenvolvimento regional e na constituição de economias subdesenvolvidas (FURTADO, 2017).

Toda sociedade, a depender da sua trajetória histórica de formação e estruturação local, apresentará um ponto de equilíbrio para o desenvolvimento. O desenvolvimento econômico, ainda que melhore a qualidade de vida da sociedade, não resolve, por si só, os problemas da modernidade (SILVEIRA, 2018). Para isso, busca-se a compreensão dos fatores que levam ao surgimento dos diversos problemas sociais que acabam por atingir toda a sociedade, e desta forma impedem o processo de desenvolvimento.

Com o intuito de explicar o desenvolvimento a partir do contexto local, surgem três teorias a serem retratadas nas próximas seções que discutem como o desenvolvimento ocorre regionalmente e de maneira desigual dentre os territórios. Desse modo, é preciso levar em consideração todos os fatores internos e externos da localidade para compreender o desenvolvimento.

4.3 Teorias sobre o Desenvolvimento Regional

Diversas foram as transformações na dinâmica econômica que geraram mudanças teóricas sobre o desenvolvimento regional com o passar dos anos. É possível perceber três principais teorias que tratam sobre o desenvolvimento regional, sendo elas: Os Polos de Crescimento de François Perroux (1967), a Causação Circular Cumulativa de Gunnar Myrdal (1972) e o Efeito de Encadeamento e o Desequilíbrio de Albert O. Hirschman (1958). Tais hipóteses evidenciam a correlação setorial que influencia na localização de instalação das indústrias, o que consequentemente proporciona o desenvolvimento local.

Dessa forma, as teorias englobam aspectos que tratam do alto-reforço endógeno, que se torna possível por meio das economias externas e da aglomeração, levando em consideração o contexto regional e a estrutura produtiva.

Essas hipóteses permanecem apoiando a formulação e o acompanhamento de políticas públicas de desenvolvimento regional, não apenas no âmbito nacional, como suporte na matriz produtiva e diminuição nas taxas de desigualdades sociais, mas também em âmbito estadual e local, como no auxílio a políticas públicas de atração de novos empreendimentos para o setor industrial. Tal processo de atração é desempenhado, na maior parte dos casos, pela política de isenção fiscal dada aos empreendimentos que têm capacidade de desencadear a diversificação na estrutura setorial e produtiva.

Sendo assim, é possível dizer que as teorias do desenvolvimento regional saíram de um pensamento voltado para a análise microeconômica de localização industrial, passando para hipóteses mesoeconômicas que versam sobre a aglomeração como ponto fundamental para o desenvolvimento. Contudo, se faz necessário compreender quais os fatores contribuem para entender como as economias de aglomeração se relacionam com o desenvolvimento regional.

4.3.1 Teoria dos Polos de Crescimento: François Perroux

François Perroux (1967) contesta a noção inexacta de espaço utilizada para retratar as análises econômicas no decorrer da década de 50, pois até então imperava a noção de que os espaços humanos e econômicos se equiparavam, e tal conceito era utilizado para formulação das políticas macroeconômicas. A noção de espaço adotada pelo teórico rejeita o conceito de “espaço euclidiano” e adota o conceito oriundo da matemática, de “espaço abstrato”, lugar em que essa nova abordagem poderá examinar as inter-relações econômicas existentes (LIMA; SIMÕES, 2009).

Nessa perspectiva, uma organização irá ocupar um espaço vulgar, caracterizado por nele se concentrarem os meios de produção, tais como insumos, matérias primas e mãos-de-obra (pessoas), sendo também o local de funcionamento da organização, onde três espaços econômicos são constituídos. O primeiro diz respeito à delimitação de “conteúdo de um plano”, compreendido como conjunto das relações estabelecidas por meio dos setores, empresas e fornecedores de *input*, insumos como mão-de-obra, capital, matéria prima e seus compradores de *output* (LIMA; SIMÕES, 2009). Contudo, tal plano, independente do espaço vulgar, é instável, visto que impossibilita a representação cartográfica.

O segundo espaço adotado pelo teórico é o do “campo das forças”, que se estabelece por meio de regiões centrais, as chamadas regiões polos ou sedes de desenvolvimento. Esse espaço parte da emanção das forças centrífugas e recebem as forças centrípetas. Dessa forma, as organizações atraem para o chamado espaço vulgar homens e capital econômico capazes de

influenciarem a zona econômica, ou pode ocorrer o inverso, o de afastarem as oportunidades econômicas do espaço vulgar (LIMA; SIMÕES, 2009).

O terceiro espaço econômico definido por Perroux (1967) é o “conjunto homogêneo”. Nele as relações de homogeneidade são representadas pelas unidades organizacionais e suas estruturas, ou mesmo as estruturas e as interligações entre as unidades. Seja qual for a localização em que as organizações estejam instaladas no espaço vulgar, as organizações sempre estarão dispostas no mesmo “espaço econômico” (LIMA; SIMÕES, 2009). Todavia, é complicado definir com exatidão o que são os espaços econômicos, pois “o espaço da economia nacional não é o território da nação, mas o domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e dos indivíduos” (PERROUX, 1967, p. 158).

Definido o termo espaço econômico, Perroux (1967) explica que o crescimento se dá de forma irregular nas regiões e, segundo ele, “o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1967, p. 164). A irregularidade de crescimento regional pode ser explicada conforme as alterações da estrutura econômica, o que se explica pelo aparecimento e desaparecimento de empresas e pelas variações no decorrer dos anos de taxas de isenções fiscais e de crescimento diferenciados para as empresas. Desse modo, quando uma empresa cresce, ou surge uma nova empresa ou mesmo um grupo industrial, conseqüentemente a propagação econômica será sentida no mercado (LIMA; SIMÕES, 2009). Nesse cenário, para entender o crescimento econômico regional, se faz necessário discutir a indústria motriz, que está ligada diretamente com o que Perroux vai tratar em Polos do Crescimento.

Para Perroux (1967, p. 166), a indústria motriz é aquela “que mais cedo do que as outras, desenvolvem-se segundo formas que são as da grande indústria moderna”, e na qual os índices de crescimento de seu produto superam o crescimento do produto industrial e da economia nacional. As indústrias motrizes, portanto, efetuam ações sobre as demais empresas e sobre a economia. Assim, as empresas apresentam ligações entre produtos, preços e tecnologias, caracterizando o fato de que o setor externo ao da indústria motriz tem uma importante interligação nas relações industriais e empresariais locais (JÚNIOR et al., 2021).

Buscando interpretar melhor a dinâmica do crescimento econômico, três novos aspectos são acrescentados à teoria. O primeiro aspecto relaciona-se à “indústria-chave”, que tem como função, a partir do aumento de sua produção e contratação de serviços de terceiros, induzir o

crescimento da produção e de serviços de outras empresas. Ou seja, a indústria motriz demanda bens e serviços da chamada indústria “móvida”. (FURTADO, 2000).

O segundo refere-se ao “regime não concorrencial do complexo”. Nesse aspecto ocorre a combinação das forças oligopolistas para aumentar a produção e, por consequência, o acúmulo de capital, que é superior ao acúmulo de capital da indústria não oligopolista que está submetida à maior concorrência de mercado. E por último, assim como retratado por Lima e Simões (2009), o aspecto da “concentração territorial do complexo”, na qual a concentração do polo industrial concentrado em um dado território viabiliza a intensificação da produção e da atividade econômica, sobretudo pelo fato de estar próximo à aglomeração urbana, o que promove a maior diversidade do consumo, necessidade de transporte, serviços e obras públicas, entre tantas outras necessidades humanas que o polo de crescimento intensifica no território de modo imediatista.

Portanto, o polo do crescimento é caracterizado por uma indústria ou empresa motriz, ou até mesmo o conjunto de indústrias motrizes, capaz de viabilizar os efeitos de expansão *bottom up* e *top down*, sobre empresas que tenham inter-relações com ela (NETO, 2018). Por sua vez, Perroux (1967) adota o entendimento de polo como instrumento de ação política, ou seja, sendo interpretado apenas como espaço abstrato do desenvolvimento regional (LIMA; SIMÕES, 2009). A economia nacional se expressa, por sua vez, por meio da combinação de fatores oriundos de empresas motrizes, que influenciam o polo industrial e a concentração e diversificação do consumo, além da combinação de empresas móvidas, onde as unidades são dependentes do polo de desenvolvimento.

Por seu turno, Gunnar Myrdal (1972) contribuiu para este trabalho por meio da teoria da Causação Circular Cumulativa, que consiste na percepção de que uma determinada região expressa uma combinação de fatores com potencial para o desenvolvimento, podendo ocorrer de maneira desigual e instável a depender das condições locais. Para isso, a próxima seção discute o entendimento de desenvolvimento na lógica de Myrdal.

4.3.2 Causação Circular Cumulativa: Gunnar Myrdal

Conforme Myrdal (1972), as teorias econômicas não possuíam argumentos nem mesmo instrumentos capazes de enfrentar as questões de desigualdades regionais e explicar a complexidade que abrange o sistema econômico (FURTADO, 2000). Lima e Simões (2009) explicam que a análise do sistema econômico em separado, através dos fatores econômicos e não econômicos, não permitiria a análise do conjunto econômico. Desse modo, para explicar o

crescimento econômico, que é desigual e instável, Myrdal adota o chamado “processo de causação circular cumulativa”.

O autor utiliza-se do conceito de “círculo vicioso” a fim de esclarecer os processos que ocorrem no sistema econômico e, segundo ele, todo processo torna-se vicioso e ao mesmo tempo cumulativo. Ou seja, quando ocorrem fatores positivos na economia, conseqüentemente tais fatores induzem outros fatores positivos na economia (BELLINGIERI, 2017; NETO, 2018). Pode-se dizer, então, que o processo cumulativo tende a seguir por duas vertentes, seja pelo lado positivo, seja pelo lado negativo, mas sempre estará ligado diretamente às disparidades socioeconômicas regionais (BELLINGIERI, 2017; NETO, 2018).

Tal afirmativa leva a crer que é preciso que ocorram ações intervencionistas a fim de sanar as desigualdades socioeconômicas, fazendo com que as forças que buscam a diminuição das desigualdades sejam mais fortes do que as forças que levam ao seu aumento (RODRIGUES, 2018). Myrdal (1972) propõe, portanto, um ponto de equilíbrio estável:

A ideia que pretendo expor é a de que, ao contrário, em geral não se verifica essa tendência a auto-estabilização automática no sistema social. O sistema não se move, espontaneamente, entre forças, na direção de um estado de equilíbrio, mas, constantemente, se afasta dessa posição. Em geral, uma transformação não provoca mudanças compensatórias, mas, antes, as que sustentam e conduzem o sistema, com mais intensidade, na mesma direção da mudança original. Em virtude dessa causação circular, o processo social tende a torna-se acumulativo e, muitas vezes, a aumentar, aceleradamente, sua velocidade. Um processo social pode, naturalmente, ser sustado. É possível que se dêem mudanças exógenas, com a direção e a força necessárias para estabilizarem o sistema. A posição de equilíbrio assim estabelecida não é, pois, o resultado natural do jogo de forças do sistema. A posição é instável. Qualquer nova mudança exógena iniciará, por sua vez, um processo acumulativo, que se moverá a partir dessa posição, em direção de posterior mudança. (MYRDAL, 1972, p. 34).

A teoria busca interpretar as correlações existentes dentro de um determinado grupo social à medida em que esse sofre influência de questões exógenas do território. Faz-se necessário, então, que se identifiquem os fatores exógenos que interferem no processo, pois tal interferência modifica as estruturas internas do sistema, alterando a dinâmica regional (RODRIGUES, 2018).

À vista disso, a teoria da causação circular cumulativa é capaz de esclarecer as inter-relações sociais que ocorrem dentro de um sistema. Lima e Simões (2009) a utilizam para explicar essas inter-relações regionais, a perda de uma empresa, e que os primeiros impactos a serem sentidos no sistema socioeconômico é a perda de empregos, com isso a diminuição da

renda e grau de consumo local. Por conseguinte, a saída da atividade econômica da empresa gera a perda de renda e a diminuição da demanda por bens e serviços das demais empresas da região, o que se torna a chamada *causação circular cumulativa*, que vem a ser o ciclo contínuo de ganhos ou perdas dentro de um sistema.

Para Myrdal (1972), as intervenções por meio dos órgãos públicos podem equilibrar o sistema socioeconômico, diminuindo as desigualdades regionais. O autor acredita que se não forem contidas as forças de mercado por meio das intervenções políticas, o sistema produtivo econômico e cultural tende a se concentrar em regiões, ocasionando as disparidades regionais. Esse processo de acúmulo de capital em determinadas regiões acaba por se inserir no processo de *causação cumulativa circular*, em que a concentração de renda se desenvolverá em determinadas regiões e outras ficarão paralisadas no tempo.

O desenvolvimento de alguma região gera os efeitos de polarização entre as outras. Esses efeitos se explicam pela evasão de divisas e livre comércio para as regiões com maior capital para o desenvolvimento. Contudo, ao mesmo tempo que se gera a polarização, ocorrem os efeitos propulsores de desenvolvimento, que são os ganhos que as regiões subdesenvolvidas adquirem ofertando bens e serviços para as regiões em desenvolvimento, assim como ocorre o transbordamento de novas tecnologias (LIMA; SIMÕES, 2009; RODRIGUES, 2018).

Em oposição aos “efeitos regressivos” há, também, certos “efeitos propulsores” (*spread effects*) centrífugos, que se propagam do centro de expansão econômica para outras regiões. É natural que toda região situada em torno de um ponto central de expansão se beneficie dos mercados crescentes de produtos agrícolas e seja paralelamente estimulada ao progresso técnico. Há também outra linha de “efeitos propulsores” centrífugos que atingem localidades ainda mais distantes, onde existem condições favoráveis à produção de matérias-primas destinadas ao abastecimento das indústrias em desenvolvimento nos centros; se número suficiente de trabalhadores se empregar nessas outras localidades, até as indústrias de bens de consumo serão estimuladas. (MYRDAL, 1972, p. 58).

É primordial para as regiões subdesenvolvidas que ocorra a regulação por meio de políticas públicas para potencializar os efeitos de propulsão, promovendo o desenvolvimento dessas regiões pobres, à medida que, quando se promove o crescimento regional, ocorra o transbordamento da demanda por bens e serviços (FERREIRA; SALLES, 2020). Isso proporciona o desenvolvimento das regiões mais pobres e periféricas da zona de desenvolvimento. Assim, busca-se controlar os efeitos de polarização, minimizando as desigualdades regionais e ao mesmo tempo estimulando o mercado para o desenvolvimento econômico.

A partir dos efeitos de encadeamento proposto por Hirschman (1958), pode-se dizer que o desenvolvimento irá ocorrer em locais em que exista capacidade de investimento por parte do Estado para propulsionar o encadeamento de bens e serviços na região, o que levaria de fato ao desenvolvimento local, através da vinda de capitais ou da fuga para localidades que apresentam maior capacidade de investimento. Para isso, a sessão a seguir tem por finalidade introduzir a teoria dos efeitos de encadeamento que colaboram para a compreensão do desenvolvimento local.

4.3.3 Efeitos de Encadeamento e o Caráter de Desequilíbrio do Processo de Desenvolvimento: Albert. O. Hirschman

A teoria do desenvolvimento regional defendida por Hirschman (1958) tem por objetivo explicar o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo como ele pode ser transferido de uma região para outra. Dessa forma, a teoria foca na compreensão de que o desenvolvimento econômico não ocorre ao mesmo tempo em diversas regiões, pois o progresso econômico irá se formar ao redor de um ponto inicial (LIMA; SIMÕES, 2009). Sendo assim, o planejamento estratégico é de primordial importância, pois o direcionamento dos recursos e rendas disponíveis para os diferentes setores regionais propicia a formação de capital em setores diversificados, aumentando a capacidade de desenvolvimento econômico regional.

Ao se tratar de desenvolvimento em países subdesenvolvidos, o processo é ainda mais complicado, visto que os problemas não são encarados mais como cíclicos, mas, sim, estruturais daqueles países. Nesses casos, não é necessariamente a falta de capital econômico, mas a falta de condições de dinamizar esse capital. Muitas das vezes, o subdesenvolvimento está relacionado a escassez de fatores de produção, o que dificulta a dinamização para o progresso econômico, onde a falta de recursos básicos de produção disponível nessas economias dificulta ainda mais o investimento, justificando, assim, segundo Hirschman, a intervenção com o objetivo de viabilizar investimentos locais (HIRSCHMAN, 1958).

O ponto fundamental do desenvolvimento está na capacidade de investir de cada região, porém, está interligado diretamente com a capacidade local de fazer investimentos nos setores modernos da economia (ROBINSON, 2020). Desse modo, esses setores modernos serão responsáveis por gerar investimentos e, conseqüentemente, capacidade produtiva. Isso se traduz na dificuldade das regiões subdesenvolvidas em gerar investimento, à medida que essas são escassas de iniciativas e investimentos dos setores modernos da economia.

Hirschman (1958) faz críticas ao modelo de desenvolvimento conjunto das atividades econômicas regionais. Para o autor, o desenvolvimento irá se manifestar, assim como sugere, em uma “cadeia de desequilíbrio”, onde nem todas as atividades irão se desenvolver ao mesmo tempo. O progresso se dará primeiramente por atividades econômicas fortes, que com o tempo transferem demandas para as atividades econômicas, ou seja, induzem a atividade econômica de maneira gradativa.

Nesse ínterim, a teoria apresenta a “decisão ao investimento” como principal argumento para a política de desenvolvimento econômico, em que se elegem as prioridades de investimentos, e uma sequência ideal de implantações e realizações (HIRSCHMAN, 1958). À medida que o direcionamento do investimento para áreas como saúde, educação, segurança pública, saneamento básico, renda, urbanização, entre outras, contribuem para o desenvolvimento regional, posto que, a capacidade de investimento local nesses setores é limitada. Nesse sentido, se faz necessário levar em consideração que a eleição de prioridades e a sequência de realizações colaboram para o processo de desenvolvimento, ao contrário de quando os investimentos são realizados em setores isolados, em que os resultados se mantêm por tempo determinado.

Portanto, a definição da sequência ideal para o investimento será dividida em dois tipos de atividades, sendo as atividades básicas, como educação, saúde, infraestrutura, entre outras, e a segunda, que seriam as atividades produtivas primárias, secundárias e terciárias. Ou seja, as atividades produtivas só acontecem caso as atividades básicas sejam garantidas, de forma que ambas se completem. Assim, a sequência de investimentos deve determinar uma combinação dos fatores que maximize o retorno de atividades produtivas e em contrapartida diminua os custos de investimento em ambas as atividades, principalmente ao se tratar de investimentos em regiões subdesenvolvidas em que os recursos são limitados (LIMA; SIMÕES, 2009).

Hirschman (1958) defende a determinação de um setor chave, que possa, por meio dos efeitos de encadeamento produtivo, gerar novos investimentos. Observa-se esses efeitos com mais clareza, assim como demonstram Lima e Simões (2009), na eleição ou implantação de uma indústria mestre, que de certa forma, induz ao surgimento de várias outras indústrias na região. Ou seja, quando surge um setor, ou mesmo uma indústria mestre, esse irá produzir efeitos de encadeamento para trás, os chamados “*backward linkage effects*”, relativo à oferta de insumos e serviços, ou efeito para frente, os “*forward linkage effects*”, relacionados à oferta de insumos para outras atividades, impulsionando assim a economia local.

Os “*linkage effects*” serão fundamentais na interdependência setorial, ao passo que economias que não apresentem essa interligação, conseqüentemente, terão baixo efeito de encadeamento na economia local. Para dinamizar a economia, utiliza-se políticas intervencionistas, como subsídios para impulsionar o surgimento de indústrias mestres, em especial em regiões subdesenvolvidas, ou que apresentam setor econômico dominado por atividades tradicionais (têxtil, calçados, etc.), potencializando os “*linkage effects*” (HIRSCHMAN, 1958)

De acordo com o autor, o desenvolvimento ocorrerá desproporcionalmente entre regiões, nas quais se analisa o crescimento e como ele é transmitido de região para região, gerando as desigualdades regionais. Os investimentos deveriam se centrar por um determinado período em setores ou no ponto de crescimento inicial da atividade econômica, podendo assim consolidar o desenvolvimento econômico.

Contudo, a partir do ponto de crescimento inicial surgem dois efeitos de encadeamento, os “*trickling-down effects*” e os “*polarization effects*”, que podem ser explicados conforme o exemplo do próprio autor, quando se divide um país ou região em Norte e Sul, sendo o primeiro referente uma economia desenvolvida e o segundo referente uma economia subdesenvolvida (HIRSCHMAN, 1958). Dessa forma, explica-se que o desenvolvimento do Norte apresenta aspectos favoráveis e desfavoráveis sobre o desenvolvimento do Sul. Portanto, quando o Norte intensifica suas relações de compras e investimentos com as regiões Sul, propicia o aumento da produção e do consumo dessa região, principalmente quando as economias se completam, ou seja, essa relação favorável remete aos “*trickling-down effects*” (LIMA; SIMÕES, 2009). Já quando a relação é desfavorável, os “*polarization effects*”, remetesse a competitividade nas relações econômicas e os efeitos de migração, no caso quando a região Norte apresenta maior competitividade, indústrias, empresas, mão-de-obra, acaba por incentivar a migração de investimentos do Sul para o Norte em busca de melhores condições. Entretanto, mesmo com os efeitos desfavoráveis, Hirschman tem uma interpretação otimista, pois acredita que os “*trickling-down effects*” acabam se sobressaindo aos “*polarization effects*”, ou seja, se o Norte se desenvolve, o Sul cresce junto (HIRSCHMAN, 1958).

A teoria do desenvolvimento sobre o encadeamento, portanto, vai indicar a importância da intervenção por parte do Estado para a regulação do processo econômico. Cabe ao Estado promover políticas públicas de infraestrutura social básica (saúde, educação, transporte, regulamentação, etc.) para estimular o crescimento econômico, além de eleger prioridades de investimento para induzir o desenvolvimento econômico regional. Por parte do setor privado,

cabe a ele atuar em setores que o governo não tem como agir e na continuidade do desenvolvimento econômico regional (LIMA; SIMÕES, 2009).

Contudo, a partir das três teorias de Perroux (1967), Myrdal (1972) e Hirschman (1958), é possível considerar que o desenvolvimento está atrelado a fatores endógenos do território, em que o desenvolvimento local só será possível a partir do momento em que as localidades começarem a pensar o seu desenvolvimento não apenas nas questões relacionadas ao aumento do capital financeiro na região, mas também ao desenvolvimento a partir das próprias capacidades regionais. Dessa forma, cabe ao Estado a promoção de bens e serviços públicos essenciais para a atração de investimento e permanência no local. Além do mais, é de suma importância que o local comece a trabalhar de forma sustentável, utilizando os próprios recursos e capacidades para o desenvolvimento, além da integração regional. Para isso, tratamos na próxima sessão sobre o desenvolvimento sustentável e integrado do território, como alternativa para as futuras gerações em relação ao desenvolvimento local.

4.4 Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local ganha maior relevância em nível mundial nos tempos contemporâneos, nos quais os governos locais ganham importância e pela necessidade em promover o desenvolvimento local, sustentável e integrado do território. Contudo, o desenvolvimento não está imputado apenas a governos locais, mas, como agentes viabilizadores e promotores desse mesmo desenvolvimento, estão também a sociedade civil e as instituições locais que possuem papéis estratégicos na promoção desenvolvimentista (KRONENBERGER, 2011. ROGERSON, 2019).

Assim sendo, o principal aspecto para que ocorra desenvolvimento local é a integração, ou seja, a ação conjunta do Estado, mercado e sociedade civil, de forma cooperativa, interativa e complementar, de modo a somar esforços e potencializar ações em prol de um único objetivo (KRONENBERGER, 2011). É de suma importância a criação de valor local, que aproxime e aumente a participação precoce, ampla e de qualidade dos diversos atores sociais locais, onde esses participem ativamente das definições de estratégias e metas de sua localidade. Contudo, essa criação de valor local só é possível quando há colaboração entre associações, empresas, instituições, movimentos, sociedade etc. (JORGENSEN, 2019). O desenvolvimento ganha uma nova roupagem, colocando o local como fonte de integração dos esforços dos diferentes atores inseridos ali, assumindo o desenvolvimento local em conjunto, à medida em que ações em

separado não obtém êxito para promover o desenvolvimento de uma dada região (PEREIRA; ZACARIAS; SILVA, 2019).

A nova concepção defendida por Kronemberger (2011) vai ao encontro da construção da governança democrática, na qual se faz necessário a implementação de um novo sistema de gestão pública integrada e compartilhada. Assim, os atores sociais ganham notoriedade no processo de construção do desenvolvimento, visto que esses se envolvem nas questões políticas da governança local. A construção por meio da sociedade do desenvolvimento local é, com certeza, mais complexa porque se avaliam os conflitos pessoais e de interesses que surgem no território, mas, por outro lado, essa construção é mais sólida e perene. O desenvolvimento local começa a ser pensado para além dos 4 anos de mandato e passa a ser um projeto de Estado para as comunidades locais.

O papel assumido pelo Estado em relação ao desenvolvimento local e sustentável, portanto, se dá através da formação de parcerias e pela capacidade de facilitar e catalisar ações para a construção do desenvolvimento. Desse modo, deixa de exercer o papel de realizador para agir como indutor do desenvolvimento local, fomentando, induzindo, facilitando, canalizando e financiando ações. Como descreve Kronemberger (2011), o Estado passa a promover o desenvolvimento através da integração dos fatores e atores envolvidos no local, para que suas ações sejam canalizadas a ponto de promover conjuntamente o processo de desenvolvimento local e sustentável.

Assim sendo, esse novo entendimento sobre o desenvolvimento se relaciona com a governança participativa e democrática do território, visto que envolve a sociedade civil no processo de ordenamento local. Discute-se, portanto, uma nova forma de governar, na qual os governos não se dão mais para as pessoas, pois estas também fazem parte do processo do ordenamento social. O Estado e as administrações públicas locais devem agir a ponto de garantir a participação popular, principalmente em questões de caráter social, urbanístico, ambiental e econômico do local. Portanto, os poderes públicos, privados e sociais se relacionam, colaborando para a governança territorial (GIULIANO et al., 2020; TONELLI, 2018; TARRAGÓ et al., 2015).

No desenvolvimento local é de suma importância que os atores sociais participem de fato da elaboração das políticas públicas, gerando, de certo modo, uma inteligência coletiva e, conseqüentemente, a eficácia em sua implementação (TARRAGÓ et al., 2015). Quando se democratiza a participação na definição dessas políticas públicas, não se limita ou questiona as ações dos governantes, mas coloca-se os governados a governarem a si mesmos.

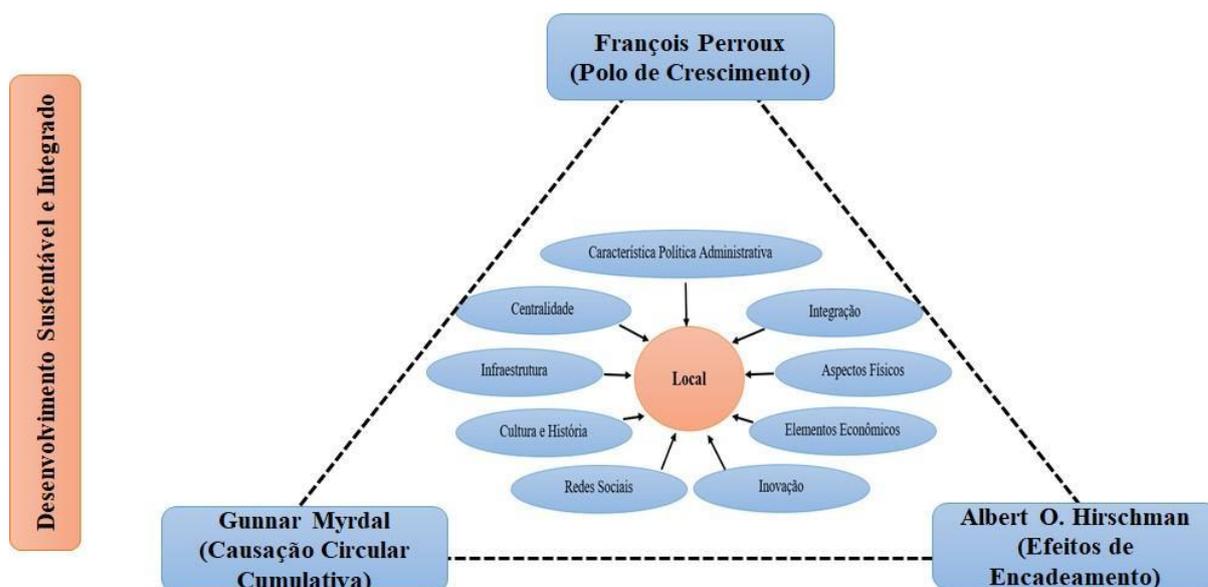
O processo sustentável de desenvolvimento local visa fazer com que as diversas instituições, organizações, atores sociais de entidades públicas e privadas, bem como representantes sindicais, empresariais, movimentos sociais, Estado, ou seja, todos os que compõe a sociedade, possam de modo interativo e colaborativo, dialogar e participar do processo de governança territorial local (DALLABRIDA, 2015). Busca-se no desenvolvimento local a articulação dos atores sociais, institucionais e econômicos envolvidos no território, para que, de modo democrático, possam estabelecer metas e objetivos em comum para o processo de desenvolvimento sustentável e de governança local.

A visão da participação democrática dentro do território almeja, de certo modo, encontrar saídas conjuntas entre os diversos atores com a finalidade de contribuir com a coesão para o desenvolvimento local, visto que as ações conjuntas deliberadas entre os próprios atores terão maior sustentabilidade e legitimidade para a prosperidade do território (DALLABRIDA, 2015; BRYSON, 2014).

Portanto, ao se tratar do desenvolvimento local, de modo sustentável e consequentemente integrado, o objetivo é fazer com que os fatores endógenos e atores envolvidos no território se articulem para promover o desenvolvimento, e não mais o Estado. Desse modo, o processo de desenvolvimento local sustentável relaciona-se com a integração e participação de todos, onde os governos locais devem exercer apenas funções de viabilização do desenvolvimento e não mais a sua promoção. O desenvolvimento atrelado somente ao Estado tende a cessar em 4 anos de mandato dos governos locais e, de forma contrária a esse entendimento, o que se almeja é o desenvolvimento perene através dos fatores endógenos.

O desenvolvimento sustentável e integrado, portanto, é viabilizado a partir do momento em que o local começa a entender os fatores que influenciam a captação e fuga de investimentos, assim como o transbordamento de bens e serviços proporcionado por indústrias motrizes capazes de viabilizar o crescimento e desenvolvimento de novos serviços no entorno. A Figura 3 busca associar as três teorias que sustentam este trabalho, de forma que ambas se correlacionam, ajudando a compreender o desenvolvimento local. O local é composto por diversos fatores endógenos e capacidades que devem ser incentivadas para que o desenvolvimento ocorra de maneira sustentável no decorrer dos anos e integrem localidades e gestões em prol do mesmo objetivo.

Figura 3 - Desenvolvimento Sustentável e Integrado



Fonte: Do Autor, (2019).

5 Procedimentos Metodológicos

Este trabalho, a partir de uma abordagem qualitativa, identifica-se como um estudo de caso aplicado no Microterritório do Desenvolvimento de Santos Dumont - MG. Para apreensão do contexto teórico, opta-se por traçar as abordagens teóricas capazes de explicar o desenvolvimento local, fundamentando e ampliando as possibilidades de coleta de dados.

Desse modo, procura-se, por meio do entendimento acerca do desenvolvimento local, responder a seguinte pergunta norteadora desta pesquisa: Como os municípios de Santos Dumont, Aracitaba, Oliveira Fortes, Ewbank da Câmara e Antônio Carlos, pertencentes ao mesmo Microterritório, tratam o desenvolvimento local?

5.1 Tipo de Pesquisa

Este trabalho utiliza a abordagem qualitativa para analisar, por meio do estudo das ações sociais individuais ou grupais, a abordagem interpretativa e naturalística dos dados. Assim, investigam-se os atos e as ações no seu ambiente natural, buscando interpretar os acontecimentos ou mesmo dar sentido a eles, perante o significado que os indivíduos o atribuem (RHODEN; ZANCAN, 2020).

Segundo Godoi (2006), a pesquisa qualitativa é um conceito “guarda-chuva”, na qual envolve diversas abordagens de pesquisa que ajudam a compreender os fenômenos sociais sem

que exista um afastamento da realidade estudada. No entanto, não se busca as regularidades, mas entender como os agentes se comportam em determinadas situações e o porquê de tal comportamento. Entretanto, esse entendimento só será alcançado a partir do momento em que os agentes sejam ouvidos por meio da sua lógica e exposição de suas razões.

Todas as pesquisas qualitativas se baseiam na visão da realidade que é constituída por meio da interpretação que os indivíduos fazem de seu mundo social. Dessa forma, a ênfase nessas pesquisas se encontra nos processos e significações em que se tem por objetivo interpretar os significados e as intenções dos atores envolvidos (GODOI, 2006).

Nesse contexto, a informação se constitui à medida em que o empírico é inseparável do teórico, permitindo a expansão da teoria, pois o empírico se contradiz com o teórico, gerando novas teorias (GODOI, 2006). Compreende-se, então, uma realidade específica na qual o aprofundamento, a aproximação e a interpretação dos dados ajudam a entender a vivência do contexto local (FURTADO, 2017).

Portanto, a abordagem qualitativa terá por características o ambiente natural como fonte de dados, buscando a compreensão dos fenômenos conforme a percepção de cada participante, e não por meio das hipóteses e compreensão do pesquisador (GODOI, 2006). Desse modo, supõe-se o contato direto do pesquisador com o ambiente natural pesquisado, analisando processos, relações, assimilando o contexto local e transformando-os em dados descritos na pesquisa.

O ambiente natural pretendido nesta pesquisa foi substituído por relatos dos entrevistados, via *Google Meet*, em função do momento pandêmico. Assim, busca-se aprofundar em especificidades e na realidade local. Além disso, considera-se um fator importante considerar que o pesquisador é da região e conhece os municípios partícipes desta pesquisa. Tal vivência e conhecimento do ambiente natural favoreceu a interpretação e a análise das informações levantadas.

5.2 Método de Pesquisa: Estudo de Caso

O estudo de caso se caracteriza por um conjunto de técnicas de pesquisa que observam a realidade social, considerando a perspectiva dos participantes através da realização de entrevistas, utilização de documentos, coleta de dados referente à história de vida local. Ou seja, todos os dados coletados para que seja possível caracterizar o objeto estudado, preservando seu caráter unitário (GODOI, 2006).

Para Godoi (2006), o estudo de caso não está centrado no modo de pesquisa empregado, mas nas questões a serem respondidas, focando no específico, no individual. Assim sendo, o autor argumenta que essa escolha metodológica se ampara em um determinado objeto que será o foco de uma pesquisa, podendo, portanto, ser uma instituição, uma empresa, um indivíduo, um programa, ou mesmo um local que envolva um grupo de indivíduos que partilham as mesmas experiências.

Sendo assim, este trabalho se constitui como um estudo de caso por propor a observação e análise do Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont – MG. Aborda-se, neste estudo, o contexto em que a região se desenvolveu historicamente, além de compreender como a região trata o desenvolvimento local. Desse modo, trata-se de um estudo de caso, pois a realidade observada neste estudo é única e exclusivamente do território em questão, visto que cada município integrante do microterritório tem as suas próprias especificidades e apresenta realidades distintas de qualquer outra.

A pesquisa apresenta um estudo detalhado de uma dada realidade, acompanhada de dados coletados em um determinado período, composta por uma ou mais organizações ou mesmo grupos sociais dentro dessas organizações, nos quais se busca a investigação do contexto e dos processos que ocorrem no objeto estudado (GODOI, 2006). Contudo, não se espera apenas compreender o contexto, mas as consequências decorrentes das relações sociais e crenças.

Desse modo, a presente pesquisa se caracteriza como um estudo de caso descritivo, em que a natureza descritiva se remete a apresentar relatos de fenômenos sociais, incluindo atividades exercidas, mudança de tempo, relatos históricos, estrutura organizacional e ligações entre fenômenos sociais (GODOI, 2006). Segundo Godoi (2006), os estudos de caso descritivos são, em grande parte, atóricos, ou seja, não se guiam por hipóteses teóricas, nem mesmo desenvolvem hipóteses teóricas, contudo explicam o ambiente natural.

Ao buscar explicar as relações sociais, institucionais, econômicas e mercadológicas que ocorreram e ocorrem na região delimitada como Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont, esta pesquisa se desenvolve por meio da lógica dos fenômenos sociais que se sucedem no território. Portanto, o estudo trata das relações que o território delimitado apresenta para explicar a realidade e compreender o desenvolvimento local por meio do estudo da região específica.

5.2.1 Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont – MG

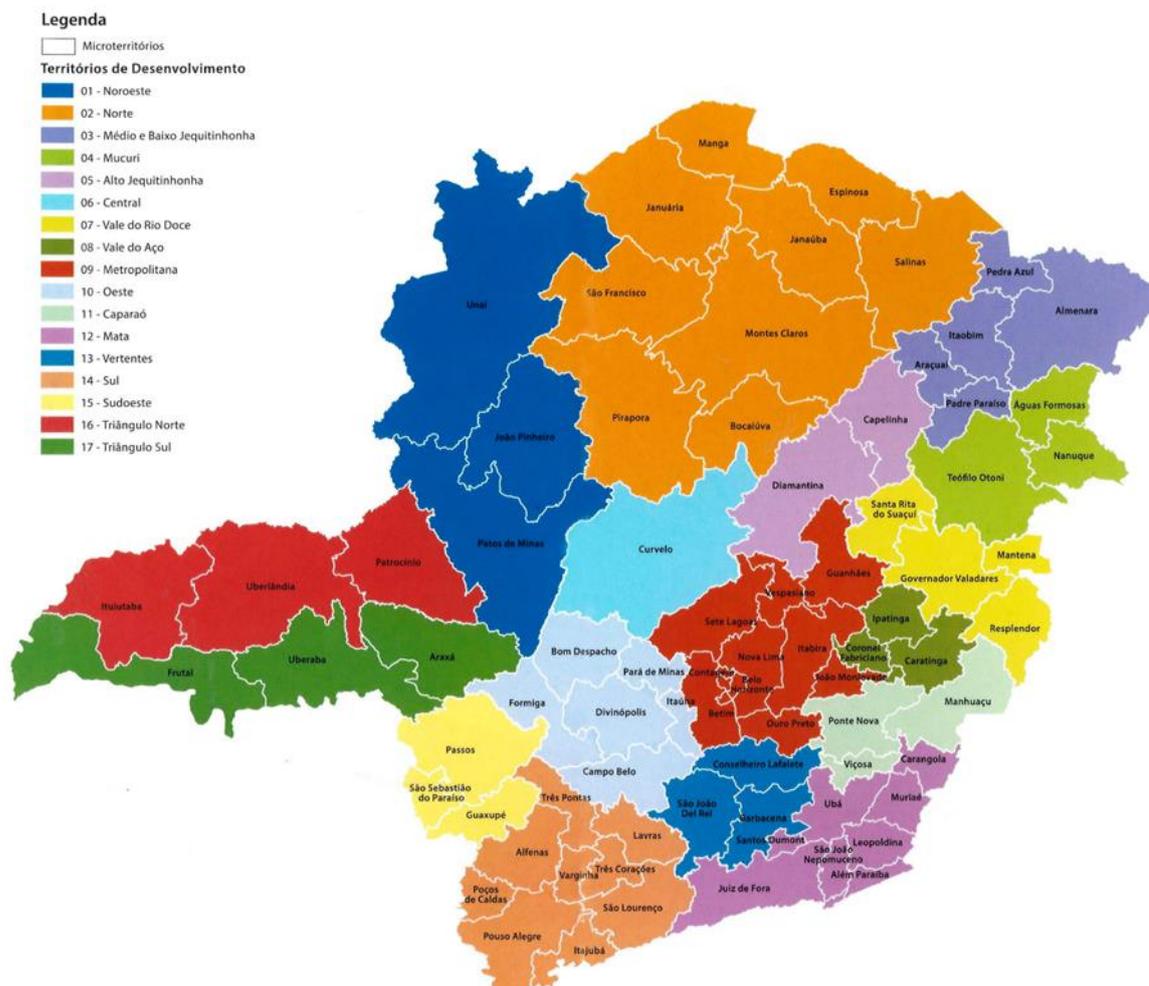
Pensar em desenvolvimento local no Microterritório de Santos Dumont – MG significa assumir esse local em um contexto de desenvolvimento regional. Para conceituar microterritório, utiliza-se o conceito adotado pelo Governo de Minas Gerais (MINAS GERAIS 2015, P. 1), que considera “a subdivisão dos territórios, em pequenos espaços geográficos, formado por municípios, no interior das quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas”.

O Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont ganhou notoriedade a partir da política pública adotada pelo governo de Minas de Gerais no ano de 2015, por meio dos chamados Fóruns Regionais de Governo. No estado de Minas Gerais, que possui uma ampla área territorial e enorme diversidade, políticas públicas de participação social são elementos relevantes para a concretização de uma gestão pública que atenda às diversidades com qualidade na prestação de serviços públicos (MOREIRA, SILVA, 2016). Nessa perspectiva, a gestão do então governador, Fernando Pimentel, por meio do Decreto nº 46.774 de 9 de julho de 2015, buscou a regionalização e maior participação social na gestão, inaugurando o chamado Fóruns Regionais de Governo, que dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento e 80 Microterritórios.

Minas Gerais é o maior estado da Unidade da Federação brasileira em número de municípios e o segundo estado em termos de maior população, em torno de 21 milhões de habitantes, segundo o Censo Demográfico (IBGE CIDADES, 2019). O estado, ao possuir uma extensa área territorial, abrange 853 municípios que carregam diversas características em termos de diversidade social, econômica, cultural e ambiental. Nesse viés, a análise dos territórios e as políticas públicas devem ser construídas por meio de microterritórios que apresentem características semelhantes (MOREIRA, SILVA, 2016).

Dessa forma, a proposta de análise por meio dos Microterritórios de Desenvolvimento busca, através de ações e programas por parte do Estado, solucionar problemas específicos de cada localidade. Com isso, possibilita-se a aproximação da gestão do território dos atores locais além de fazer com que os problemas específicos de cada localidade sejam solucionados por meio de ações customizadas para cada Microterritório de Desenvolvimento (MOREIRA, SILVA, 2016).

Figura 4 - Territórios de Desenvolvimento



Fonte: Agência Minas Gerais, (2021).

O Figura 4 representa um mapa que ilustra os 17 Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais, sendo eles: Noroeste, Norte, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Alto Jequitinhonha, Central, Vale do Rio Doce, Vale do Aço, Metropolitana, Oeste, Caparaó, Mata, Vertentes, Sul, Sudoeste, Triângulo Mineiro e Triangulo Sul. Dentro de cada um dos 17 Territórios, encontram-se os Microterritórios de Desenvolvimento (PBCMG, 2019).

O objeto de estudo deste trabalho, portanto, está situado no Território de Desenvolvimento denominado “Mata”, que é composto por 93 municípios, divididos em 8 Microterritórios de Desenvolvimento. O Território Mata faz divisa com o Território Vertentes, Caparaó e Sul, além de estabelecer divisa com o Estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, dentre os 8 Microterritórios, este trabalho analisa o Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont.

Este Microterritório é composto por 3 municípios: Santos Dumont (47.086 habitantes), Aracitaba (2.090 habitantes) e Oliveira Fortes (2.160 habitantes). Contudo, dentre as relações de integração, laços sociais, culturais, econômicos, ambientais, dentre outros, observa-se a importância em se adotar dois outros municípios na análise do Microterritório. Assim, neste trabalho serão analisados, também, os municípios de Ewbank da Câmara (3.913 habitantes) que pertence ao Microterritório de Juiz de Fora, e o município de Antônio Carlos (11.492 habitantes) que se encontra no Território Vertentes, dentro do Microterritório de Barbacena (IMRS, 2021).

A Tabela 1 caracteriza os municípios que serão analisados neste trabalho em termos de número de habitantes, área territorial e classificação adotados no chamado Fóruns Regionais de Governo.

Tabela 1 - Caracterização dos Municípios em Análise

Município	Habitantes (Mil)	Área	Território de Desenvolvimento	Microterritórios de Desenvolvimento
Antônio Carlos	11.492	530 Km ²	Vertentes	Barbacena
Aracitaba	2.090	106 Km ²	Mata	Santos Dumont
Ewbank da Câmara	3.913	103 Km ²	Mata	Juiz de Fora
Oliveira Fortes	2160	111 Km ²	Mata	Santos Dumont
Santos Dumont	47.086	638 Km ²	Mata	Santos Dumont

Fonte: Elaborada pelo Autor com base em IMRS, (2021).

A justificativa para a escolha dos cinco municípios vai além da divisão adotada pelo Governo de Minas Gerais, pois leva em consideração as relações existentes entre as localidades para que seja realizada a análise. Assim, dentro deste estudo, são consideradas as características geográficas e históricas de relação e de integração dos municípios para compreender como ocorre o desenvolvimento local. O Microterritório de análise deste estudo pode ser compreendido a partir do mapa (Figura 5) do Microterritório de Santos Dumont, com a integração dos 5 municípios de análise deste estudo.

Figura 5 - Mapa da Microrregião de Desenvolvimento de Santos Dumont – MG



Fonte: Do Autor. (2019)

5.3 Modelo Interpretativo de Pesquisa

Para a realização deste trabalho, opta-se pela utilização do método de pesquisa “Grounded Theory”, desenvolvido por Barney Glaser e Anselm Strauss na década de 1960. Esse método possibilita que, na coleta de dados e na análise, mantenha-se uma interação durante a realização da pesquisa. Para Furtado (2000), a utilização do método consiste no levantamento de hipóteses teóricas que norteiam a realização da pesquisa. Contudo, o estudo não se pauta apenas na comprovação das hipóteses teóricas, mas na compreensão dos dados por meio da teoria interativa.

Dessa forma, o pesquisador não deve se restringir a buscar pressupostos teóricos já existentes, mas deve permitir que os dados e fenômenos encontrados se revelem para que a teoria se desenvolva. Com isso, surgindo dessa forma, os dados podem ser explicados (GODOI, 2006). Logo, o método se caracteriza por um processo contínuo de coleta e análise para que os dados sejam gerados e verificados constantemente.

A “Grounded Theory”, elaborada por Glaser e Strauss na década de 1960, foi aplicada por Strauss e Corbin (1997), Furtado (2000), Charmaz (2009; 2014) e Costa (2017), e atualmente é defendida por Charmaz e Thornberg (2020). Essa teoria prioriza o contexto em que a pesquisa se dá e os dados coletados em relação às suposições teóricas previamente escolhidas para guiar a pesquisa. A complexidade do ambiente no qual se estuda não deve ser reduzida a algumas categorias teóricas, enrijecendo a pesquisa para a comprovação teórica, mas sim em busca de novas descobertas para a formulação em campo do aporte teórico (CHARMAZ; THORNBERG, 2020).

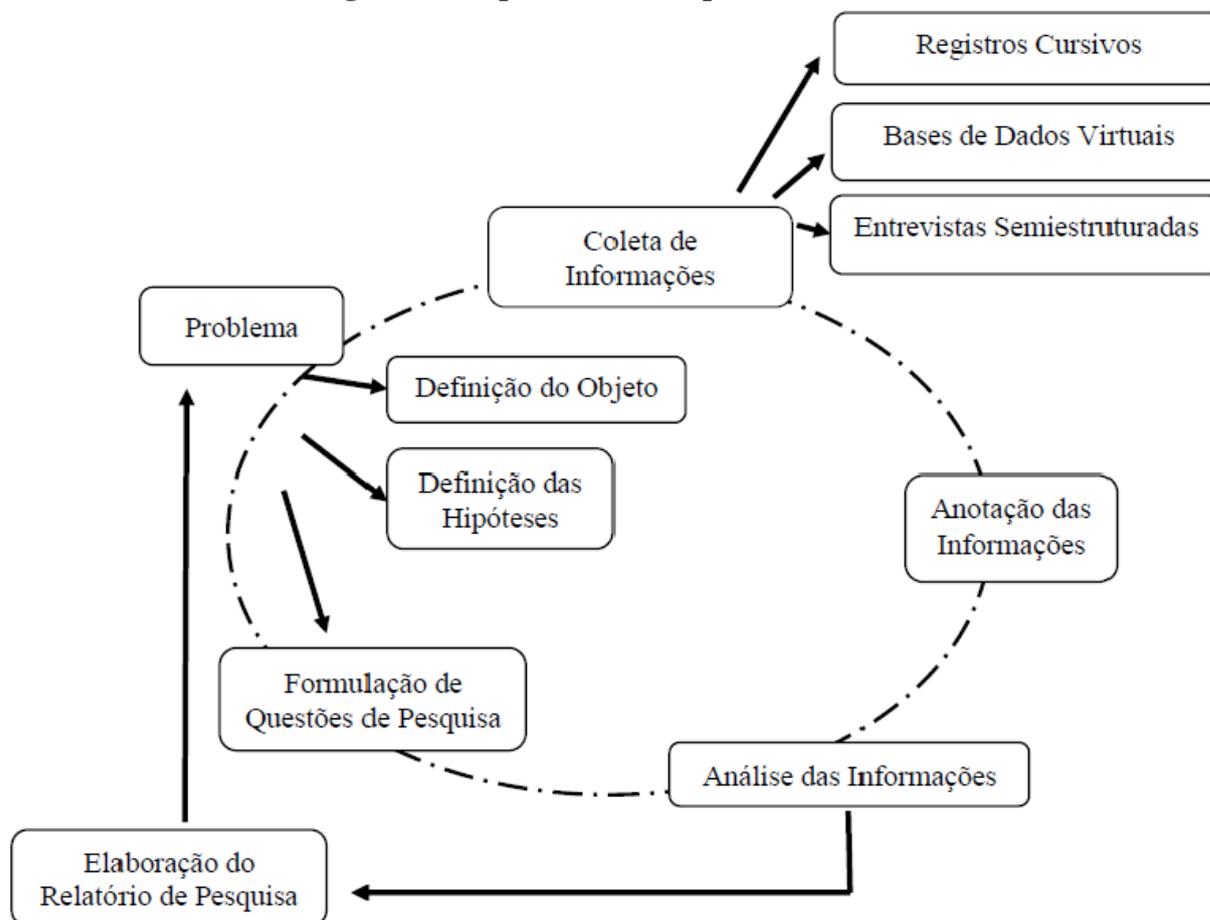
A pesquisa deve ser ampla, aberta, genérica, para que não se restrinja a um único universo de possibilidades na formulação inicial do estudo, mas também não deve se restringir e centralizar, não viabilizando novas fontes de descobertas (FURTADO, 2000). Dessa maneira, a pesquisa reconhece o objeto de estudo, e busca conhecê-lo à medida que as ações e processos se aprofundam nas investigações da pesquisa.

A junção entre teoria, método e objeto se dará na medida em que se conhece o objeto de pesquisa e distingue o método qualitativo a ser utilizado. Dessa forma, as hipóteses teóricas vão sendo empregadas de acordo com os dados coletados, considerando as hipóteses teóricas norteadoras do estudo (CHARMAZ; THORNBERG, 2020).

Para Furtado (2000), há uma constante interdependência entre teoria e prática. Para a autora não se deve “adequar a teoria a uma camisa de força, mas deixar que as informações levantadas possam criar um diálogo, uma negociação entre o pesquisador e os pesquisados dando autonomia ao objeto para mostrá-lo como é” (FURTADO, 2000, p.34).

Em vista disso, o método interativo de pesquisa foi escolhido para viabilizar que as pressuposições e hipóteses iniciais pudessem ser incrementadas com maiores informações perante o processo de investigação do objeto de estudo. As hipóteses teóricas utilizadas para nortear a pesquisa inicial serão incrementadas ao longo do trabalho. O método interativo pode ser melhor compreendido com a análise da Figura 6.

Figura 6 - Sequência da Pesquisa Interativa



Fonte: Adaptação do esquema de Furtado, 2000, p.33.

Conforme observado na ilustração do método de pesquisa adotado na Figura 6, observa-se que a coleta de dados parte da definição do problema de pesquisa a ser adotado. Com o problema definido, traçam-se os objetivos que a pesquisa busca alcançar, definem-se as hipóteses teóricas a serem utilizadas inicialmente, além de serem formuladas as questões a serem levadas a campo. A segunda etapa da coleta de dados tem início com a coleta de informações em campo, sendo coletados registros cursivos, realizando pesquisas em bases de dados e entrevistas semiestruturadas por meio de videoconferência, nas quais se devem realizar anotações de informações durante o processo de coleta. Após o processo de coleta de informações, parte-se para a análise dessas, elaborando o relatório de pesquisa.

Contudo, o método escolhido não busca a comprovação teórica e sim a compreensão do ambiente em questão. Nesse contexto, quando se levantam informações para a análise e se realiza o relatório, caso surjam novos problemas de pesquisa, é preciso que se formem novos objetos de estudo, hipóteses a serem guiadas e novas questões para retorno a campo. Esse

processo deve ser realizado constantemente, de forma interativa e dinâmica, como maneira de compreender o meio ao qual está inserido.

5.4 Coleta de dados

Parte-se da escolha do método “Grounded Theory”. A coleta dos dados foi realizada nos contextos locais, levando em consideração as relações sociais relevantes e o ambiente situacional. Dessa forma, levantam-se diretrizes sobre a visão dos participantes e como eles viam a sua atuação no contexto local (COSTA, 2017). Porém, faz-se necessário atentar-se aos dados, de maneira que sejam relevantes e detalhados. “Eles revelam as opiniões, os sentimentos, as intenções e as ações dos participantes, bem como os contextos e estruturas de suas vidas” (CHARMAZ, 2009, p. 30). A partir dessas informações é que se traçam as categorias a serem interpretadas na pesquisa.

Na coleta de dados, tudo o que é descoberto sobre o local estudado serve como fonte de dados para a pesquisa. Contudo, pode haver uma diferenciação do que é recolhido na pesquisa de campo quanto à qualidade, à relevância e o que será utilizado na pesquisa. Para que se realize um bom trabalho utilizando o método “Grounded Theory”, Costa (2017) lista alguns pontos a serem observados no momento da coleta:

- Observar como se dá os processos e ações locais, tais como as palavras utilizadas;
- Catalogar quem foi o responsável pelo que, quem fez, quando fez, os motivos que levaram a ser feito;
- Delimitar o contexto que se encontram as circunstâncias e os cenários;
- Buscar distinguir como intenções, ações, condições e processos surgem e são tratados;
- Especificar palavras e termos que os participantes dão significado e importância;
- Buscar formas de interpretação dos dados.

O presente estudo tem por objetivo combinar mais de uma técnica de pesquisa. Além do método escolhido, optou-se pela utilização de entrevistas com participantes, análise textual de documentos, registros cursivos, relatórios e meios de comunicação, além de memorandos realizados pelo pesquisador como forma de captar compreensões e aspectos que podem ajudar na construção deste estudo.

Portanto, a coleta se deu, primeiramente, através de dados indiretos, o que Gil (2008) denomina de “registros cursivos” que se apresentam por meio de documentos, livros, publicações acadêmicas e de documentos e dados coletados e elaborados por órgãos governamentais, relatórios, dentre outros. Para essa etapa inicial foram escolhidos registros cursivos, livros e publicações acadêmicas sobre o tema em questão para a elaboração do argumento teórico deste trabalho. A coleta de dados, dessa forma, pretendeu identificar pontos fundamentais para responder ao objetivo da pesquisa.

Em um segundo momento, foram realizadas visitas a atores sociais locais e a sociedade civil para compreender como o tema em questão vem sendo discutido no contexto local, ou, até mesmo, se ele não é tratado.

Para a investigação da realidade, realizou-se as entrevistas semiestruturadas (Apêndice 1) com representantes da sociedade civil presentes no território, com vistas a compreender a realidade local e como acontece a integração dos municípios em torno do tema do desenvolvimento local.

A entrevista consiste em uma técnica de abordagem direta da realidade por meio da perspectiva dos entrevistados, caracterizando uma interpretação mais profunda de um dado problema (FURTADO, 2017). As entrevistas, portanto, foram realizadas via roteiro semiestruturado, com perguntas abertas que orientam a coleta de informações. As questões tratam do papel dos municípios frente ao desenvolvimento local e integrado de seus territórios.

Os relatos e experiências associadas à análise de registros cursivos ajudam a compreender a dinâmica local, sendo de fundamental importância para a compreensão dos acontecimentos mais específicos, ampliando as possibilidades de interpretação dos dados e aprimorando a análise dos resultados. Além do mais, a visita a atores locais contribuiu para o entendimento de como o tema de pesquisa é tratado na região. Na visão dos atores que pertencem ao território, percebe-se que a maneira como se dá o diálogo entre a sociedade civil, as instituições e o Estado é de suma importância para levantar o debate acerca do desenvolvimento local.

Desse modo, ao final do trabalho, almeja-se conciliar a análise documental utilizada para compreender o contexto local e as hipóteses teóricas a respeito do tema estudado, com as entrevistas realizadas, a fim de interpretar e aprimorar a análise dos resultados.

Crêterios de Inclusão

Esta pesquisa adota como critérios de inclusão: primeiramente atores sociais que tenham relevante atua o no Microterritório de Desenvolvimento de Santos de Dumont, que morem, pertençam ou trabalhem em um dos municípios investigados; em segundo lugar, adota-se como critério o convite a atores sociais que, mesmo não pertencendo ao local, tenham notória atua o em prol do território, a fim de elucidar e compreender como a região atua em compara o aos demais microterritórios de desenvolvimento; um terceiro critério de inclusão, portanto, foi o de busca a atores sociais que pertençam a comunidades agrícolas, artesanais, turísticas, entre outras que objetivam se desenvolver através de fatores endógenos de seu território; o quarto e último critério são atores que não possuem vínculo com institui es pela ausência de termos que lhes permitam realizar a pesquisa.

Crêterios de Exclusão

Como critérios de exclusão esta pesquisa adota os seguintes critérios: o primeiro   a não realiza o de interven es com atores sociais que representem ou falem por suas associa es, sindicatos, conselhos, prefeituras, câmaras municipais, ou qualquer outra institui o, uma vez que o período em que se realiza a pesquisa   o mesmo em que as institui es preconizam os protocolos sanitários contra o Covid-19 e que, em muitos casos, essas institui es têm o acesso restrito a seus colaboradores, necessitando de autoriza o prévia para que a realiza o de qualquer procedimento metodológico proposto, optou-se por excluir esses indivíduos da pesquisa; o segundo ponto está relacionado ao que se espera do estudo, buscamos compreender a visão dos atores sociais sobre o local, não a sua visão institucional, portanto, excluem-se os atores que representavam tal visão institucional; o terceiro critério   dos atores que não pertenciam ou não tinham vínculo com o local, visto que esse fator não traz contribui es para a pesquisa; por fim, o último critério   o da não realiza o de interven es com atores menores de idade.

5.5 Análise dos Resultados

Para a análise dos resultados deste trabalho, optou-se pela utiliza o da técnica de análise de conteúdo. Na realiza o das entrevistas, características como a fala dos atores sociais e a fala local carregam características que podem conter discursos específicos e relatos dos grupos entrevistados, o que   essencial para compreender o local em análise (GODOI, 2006).

Por meio da análise de conteúdo é possível determinar os elementos e a estrutura do conteúdo, com a pretensão de elucidar as diferentes formas, características e significados. A tarefa esperada do pesquisador é que seja feito um recorte, agrupando os elementos em categorias, para criar unidades de análise (FURTADO, 2017).

A análise de conteúdo é uma técnica de análise de informações, constituída por um método empírico, difundida por Laurence Bardin (1977), através da obra *L'analyse de contenu*. Conforme Bardin (2011, p.15), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplica a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. O método em questão se caracteriza por um conjunto de procedimentos e técnicas de análise das comunicações, que se utiliza de processos objetivos e sistemáticos para descrever o conteúdo das mensagens (SILVA, et. al, 2017).

Para Calixto e Pinheiro (2014), a análise de conteúdo consiste justamente em um aglutinado de técnicas capazes de descrever o conteúdo que é emitido no processo de comunicação, seja por meio de falas ou seja por meio de textos. O método, segundo o autor, consiste em técnicas de pesquisa que, de forma sistemática, possibilita a compreensão das mensagens e das atitudes que estão ligadas à enunciação, assim como as inferências sobre as informações (LIMA et al., 2021). A análise de conteúdos se constitui por meio de três fases, sendo elas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

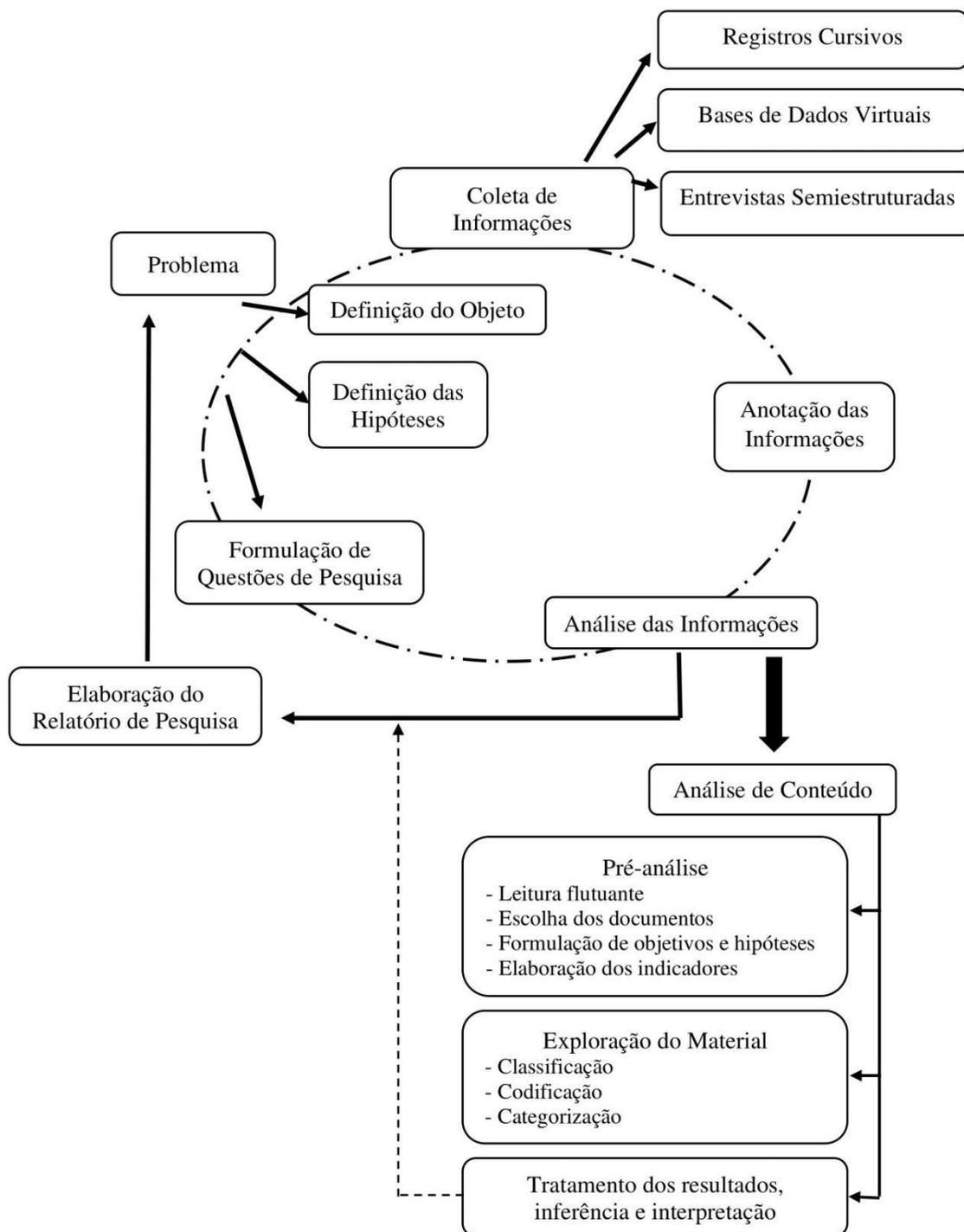
A primeira fase, a pré-análise, é a de compreensão de todo o material coletado, com o objetivo de torná-lo funcional, cabendo ao pesquisador sistematizar as ideias centrais. A pré-análise divide-se em quatro etapas fundamentais: a primeira, por meio da leitura flutuante, ou seja, é a fase em que o pesquisador toma ciência dos textos e transcreve as entrevistas; a segunda baseia-se na escolha dos documentos a serem analisados na pesquisa; a terceira consiste na formulação de objetivos e hipóteses provisórias pelos quais o pesquisador deve mirar os seus esforços para buscar responder na realização dos estudos; e, por fim, a quarta é a elaboração dos indicadores, o que pode ser feito por meio de recortes dos materiais coletados, nos quais podem ser criados indicadores com os temas de maior relevância e que se repetem dentro do material analisado (LIMA ET AL., 2021; SILVA, et al, 2017).

A segunda etapa da análise de conteúdo é a exploração do material, que deve ser classificado, codificado e definido nas categorias de análise (a categorização pode ser realizada por meio de elementos em comum, rubricas ou classes de informações). Nessa fase, também cabe identificar as unidades de registro (determinadas por meio de conteúdo, temas, frases ou

palavras), e unidade de contexto nos documentos (compreensão do conteúdo para que se possa codificar por unidade de registro que tenha correspondência ao segmento de mensagem) (SILVA, et al, 2017). Essa etapa é essencial para que se possa proporcionar as interpretações e inferências.

A terceira e última etapa da análise de conteúdo diz respeito ao tratamento dos resultados, a inferências e interpretações que se dão sobre as informações. Cabe ao pesquisador condensar e dar maior enfoque a temas de maior relevância para o contexto da pesquisa, o que culmina nas interpretações inferenciais, quando se fazem análises reflexivas e críticas (BELINSKI, 2019).

Figura 7 - Modelo de triangulação dos dados utilizado na pesquisa



Fonte: Do Autor, (2019).

A Figura 7 demonstra como será realizada a análise de conteúdo dentro do método de pesquisa “*Grounded Theory*”, adotado para a realização deste estudo. Para isso, dentro do modelo interpretativo de pesquisa, na fase de análise de informações, realiza-se a “análise de conteúdo”, primeiramente com a pré-análise do material coletado, posteriormente a exploração do material, realizando a codificação dos elementos, e, por fim, o tratamento dos resultados. Tal

procedimento resulta na elaboração do relatório de pesquisa ou na formulação de novos problemas a serem elencados e, conforme o método “*Grounded Theory*”, volta-se a campo para a coleta de novas informações capazes de elucidar os problemas de pesquisa gerados.

5.6 Caracterização dos participantes das entrevistas

Com a finalidade de contribuir com a compreensão a respeito de quando, onde, como e quem foram os participantes das entrevistas, a Tabela 2 indica a data, o local da entrevista, a duração, a formação / ocupação do participante, sua atuação no território e a cidade a qual pertence. É importante reafirmar que todos os atores sociais descritos atuam no Microterritório como um todo, independentemente do município ao qual pertençam.

Tabela 2 - Tabela de Informações Sobre as Entrevistas (Continua)

Entrevistas						
Entrevistados	Data da Entrevista	Local da Entrevista	Duração	Formação / Ocupação	Atuação no Local	Cidade
G. A. B.	15/01/2021	Google Meet	01:16:00	Professora da Rede Municipal	Assessora Parlamentar Regional - MG	Santos Dumont
M. F. L.	15/01/2021	Google Meet	00:36:34	Assistente Social	Representante Comunidade Quilombola São Sebastião da Boa Vista	Santos Dumont
E. C. F.	16/01/2021	Google Meet	00:42:37	Geografa	Chefe Divisão de Turismo PMSD / Diretora Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna	Santos Dumont
T. L. A.	18/01/2021	Sindicato dos Produtores Rurais de Santos Dumont	00:32:40	Agrônoma	Técnica em Agropecuária PMSD	Santos Dumont
R. J. F.	09/06/2021	Google Meet	00:40:10	Administração	Ex-presidente ACS D / Comerciante	Santos Dumont
A. L. S.	10/06/2021	Google Meet	01:18:00	Metalúrgico	Ex-vereador / Ex-diretor da ANTEAG	Santos Dumont
S. G. N.	14/06/2021	Ligação WhatsApp	01:01:00	Administração	Ex-prefeito	Oliveira Fortes
M. R. S.	15/06/2021	Google Meet	00:42:56	Pedagogo / Professor	Prefeito Municipal	Antônio Carlos

J. E. M.	29/06/2021	Ligação WhatsApp	00:43:34	Produtor Rural	Presidente Associação dos Produtores de Leite Balde Cheio de Santos Dumont	Santos Dumont
A. C. B. M.	01/07/2021	Google Meet	01:17:00	Administração	Presidente SINDCOMERCIO / Comerciante	Santos Dumont
J. A. C. A.	27/08/2021	Google Meet	02:24:00	Engenheiro	Engenheiro Civil	Santos Dumont
J. M. N	28/08/2021	Google Meet	01:03:00	Administração e Pós em Administração Pública	Prefeito Municipal / Presidente da AMPAR e CIPAR / Ex-vereador e Ex-vice-prefeito	Ewbank da Câmara

(Conclusão)

Fonte: Do autor, (2021).

5.7 Limitações da Pesquisa

As limitações da pesquisa estão associadas ao acesso dos atores sociais que atuam ou já atuaram no microterritório, pelo fato de ser necessário sua disponibilidade à participação nas entrevistas. A princípio, foi necessário um esforço adicional para a captação de possíveis atores sociais que pudessem colaborar com a pesquisa e que também atuavam em setores-chaves ao desenvolvimento local. Contudo, com a Pandemia do novo Corona Vírus (Covid-19), foi necessário a readequação da metodologia de pesquisa, respeitando os limites e precauções sugeridas pelas autoridades sanitárias, fazendo com que as visitas *in loco* não acontecessem. Dessa forma, a pesquisa foi adaptada, tomando as fontes de pesquisa em ambiente virtual e procedendo as entrevistas de forma remota.

Com a realização das entrevistas por meio de videoconferência, alguns atores sociais tiveram dificuldades com as novas tecnologias. Além disso, em alguns pontos do Microterritório, não existia a cobertura por redes de internet satisfatória para a sua concretização, fazendo com que alguns atores sociais fossem descartados, pois muitos deles atuam e residem em localidades rurais ou mesmo nas cidades onde o acesso a tecnologias ainda é restrito. Desse modo, houve um esforço na busca por atores sociais que atuassem em toda região e não apenas em um município como forma de compreender a dinâmica do desenvolvimento em todo território. Assim, corre-se o risco das falas e das vivências dos entrevistados terem a mesma visão sobre o território e não contemplar todos os pontos importantes para a elucidação deste estudo.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, que não possui regras rígidas que auxiliem nas atividades de coleta de dados, o efeito *bias* (viés) do pesquisador pode ser observado incidindo sobre a coleta de dados, visto que há um profundo envolvimento com o objeto de estudo (GOLDENBERG, 2004). Portanto, é necessário que o pesquisador reconheça possíveis

intervenções na pesquisa, prevenindo possíveis *bias* com o objetivo de evitar distorções nos resultados. “Quanto mais o pesquisador tem consciência de suas preferências pessoais mais é capaz de evitar o *bias*, muito mais do que aquele que trabalha com a ilusão de ser orientado apenas por considerações científicas” (GOLDENBERG, 2004, p. 45).

6 Apresentação e Discussão dos Resultados

Nesta seção são apresentados os resultados a partir das análises das entrevistas realizadas, sendo possível compreender o desenvolvimento local a partir da percepção de cada entrevistado nessa pesquisa. A análise das entrevistas comprova a importância de compreender o desenvolvimento local como ferramenta econômica, social e sustentável para a promoção do desenvolvimento nas pequenas localidades brasileiras, em especial no Microterritório do Desenvolvimento de Santos Dumont – MG.

Os resultados desse trabalho se dividem em três seções: a primeira discute a formação socioespacial e a visão de desenvolvimento local adotada pelo Microterritório; a segunda aborda as iniciativas locais que abrangem o desenvolvimento local, tentando explorar o que já vem sendo trabalhado de forma isolada e sem que houvesse uma gestão integrada das ações existentes ou mesmo iniciativas oriundas de instituições diretamente ligadas ao desenvolvimento; e, por último, abordam-se as potencialidades e capacidades que o Microterritório tem a oferecer, tratando o desenvolvimento sustentável do local a partir dos depoimentos dos entrevistados e das análises nas bases de dados disponíveis.

6.1 Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont: Formação Socioespacial do Território

O recorte territorial a ser utilizado nesta pesquisa se refere a um microterritório da região leste de Minas Gerais, introduzido na formação socioespacial brasileira, sobretudo por meio da economia cafeeira (BARROS, 2021). Além disso, é uma região banhada pela Mata Atlântica que, com o tempo, veio se descaracterizando pela ausência da vegetação no território.

As matas deram lugar às pastagens em um primeiro momento e, posteriormente, foram substituídas pelas lavouras de café, setor responsável pela sustentação econômica e política na região ao final do século XIX e meados do século XX (BARROS, 2021). Ainda no século XIX, a região de estudo, conhecida hoje como Mata, no ciclo do ouro e com o Caminho Novo, tornou-se região de acesso aos territórios de exploração da mineração, sendo utilizada como rota para escoar a produção para o porto na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, com o declínio do ciclo do

ouro, Minas Gerais passa por uma recessão que perdura até a introdução da atividade cafeeira. Ademais, a região da Mata era considerada uma das mais predominantes na produção cafeeira na época (BARROS, 2021).

No século XIX, com a inserção da atividade cafeeira em Minas Gerais, difundiu-se a nova atividade econômica na região da Mata, gerando o desenvolvimento por meio da infraestrutura e do povoamento na região. Rompe-se, então, com os modelos rústicos que prevaleciam sobre a economia voltada à extração do ouro, abrindo espaço para sistemas produtivos mais modernos relacionados à cafeicultura (BARROS, 2021).

Orientada pela tal atividade econômica, a região iniciou uma série de investimentos em infraestrutura em toda região, modernizando o sistema financeiro e de transportes, além de desenvolver novas atividades comerciais. Nesse momento, segundo Barros (2021), com a expansão ferroviária e a abertura de rodovias no estado, possibilitou-se o escoamento da produção de cidades como Juiz de Fora, uma das principais cidades mineiras, referência regional mais tarde.

Desse modo, Juiz de Fora se estabelece como cidade polo regional até os dias atuais, em vista dos investimentos que recebeu em infraestrutura e na diversificação dos serviços. Em meados do século XIX, o desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora já era perceptível, por ser uma das maiores produtoras e exportadoras de café, mas também por consolidar-se regionalmente na promoção de bens e serviços (BARROS, 2021).

Outro fator importante para que a cidade de Juiz de Fora viesse a possuir esse caráter de referência regional está relacionado à sua posição geográfica, pois ela se localiza em uma região que permite acesso a três grandes metrópoles, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Estrategicamente, isso favorece o escoamento da produção não apenas de Juiz de Fora, mas de cidades do seu entorno.

No entanto, foi através da cafeicultura que Juiz de Fora estimulou a industrialização, se consolidando e expandindo sua economia no final do século XIX. A série de investimentos nos setores de bens e serviços, além de investimentos em infraestrutura, fez com que ela se tornasse reconhecida nos mercados locais e regionais, sendo referência para diversas cidades mineiras que a cercam. Já sendo possível na época delinear vinculações mesmo que incipientes entre diversas cidades mineiras, foi possível um começo de organização em torno dessa cidade polo regional (BARROS, 2021).

Sendo assim, Juiz de Fora já se consagrava como umas das maiores potências mineiras em meados dos anos de 1930. Tudo isso por conta das diversas interconexões formadas pelas cidades satélites da região, pelo setor de produção de bens e serviços, além da agricultura familiar

e secundária, que tornam-se as principais fontes econômicas quando a cafeicultura começava a perder força. Já nos tempos atuais, ao serem comparadas cidades de médio e grande porte que também se localizam na região Mata e que possuem ligações com a atividade cafeeira, percebe-se que há uma articulação regional, porém muito atrelada à cidade polo, Juiz de Fora, muito por conta da importância estadual e até mesmo nacional desse polo regional (BARROS, 2021).

O IBGE propôs, portanto, que as regionalizações, ou seja, a divisão por mesorregiões fossem subdivididas por aspectos não apenas econômicos, mas também através das identidades regionais, pelas paisagens, pelos próprios processos sociais presentes no território, pelos aspectos econômicos, culturais e políticos que pertençam a região. Desse modo, a região da Zona da Mata mineira compreende a região na qual se situa a cidade de Juiz de Fora e as cidades pertencentes ao Microterritório focado neste estudo. Assim, Juiz de Fora torna-se referência para as demais cidades pertencentes a região como referência intermediária, uma vez que dentro das mesorregiões, existem microterritórios como referência imediata para os demais municípios.

Contudo a regionalização proposta pelo IBGE até os anos de 1990 estava vinculada a aspectos agrícolas, levando em consideração dados obtidos no censo agropecuário e aspectos relacionados à estrutura produtiva que se interiorizava cada vez mais. Porém, para Barros (2021), em 1990 a regionalização já assinalava a necessidade de articulação entre as cidades, tendo a concepção de que era necessário discutir questões como o desenvolvimento capitalista e a divisão do trabalho, uma vez que nem todos os territórios possuíam as condições de desenvolvimento similares, pois as desigualdades sociogeográficas acabavam fazendo com que as regiões e territórios se comunicassem e dialogassem na busca conjunta por soluções para o desenvolvimento.

A regionalização estaria preocupada com a organização dos territórios, levando em consideração que estes deveriam se ater ao setor de bens e serviços a nível regional e na promoção de emprego e renda. Desse modo, faz-se necessário eleger regiões imediatas e intermediárias que trabalhem de forma conjunta na promoção de políticas de bem-estar social, levando em consideração aspectos históricos que permitam a cada território se desenvolver por meio das condições endógenas que cada um tem a oferecer.

No caso de Juiz de Fora, ela não apenas era considerada no século XIX a cidade polo regional, como permanece ainda no século XX. Como o Microterritório de Desenvolvimento se encontra na região da Zona da Mata, Juiz de Fora se torna geograficamente a cidade intermediária a atender as necessidades do Microterritório de Santos Dumont. Contudo, Barbacena pela sua importância regional, e seu desenvolvimento nos últimos anos, também é considerada região

intermediária, agregando cidades que antes pertenciam à região intermediária de Juiz de Fora. A região de influência de Barbacena cresceu, atraindo a procura por bens e serviços na cidade.

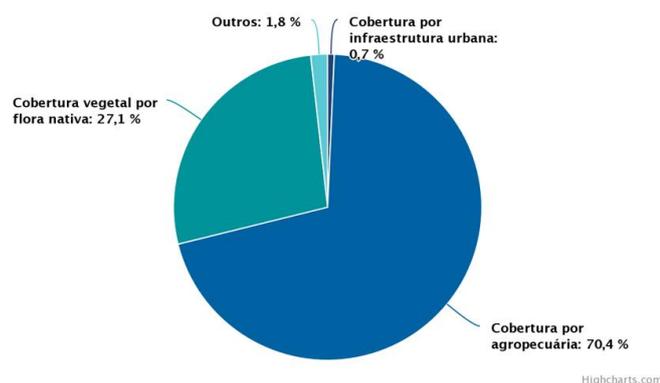
Desse modo a região de estudo está historicamente atrelada à produção agrícola, em específico a cafeicultura, e mais adiante à produção da agricultura familiar e secundária, na promoção de bens e serviços, também se desenvolvendo por meio dos investimentos em infraestrutura, em especial de transportes, permitindo que as cidades do Microterritório, pela proximidade a Juiz de Fora, se desenvolvessem ao entorno da linha férrea. Assim sendo, é possível traçar historicamente o surgimento do Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont, bem como as razões pelas quais ele acaba por ser dependente da cidade intermediária de Juiz de Fora.

Ademais, é necessário analisar como essas cinco cidades se integram e como se desenvolvem localmente. Para isso, no próximo tópico iremos analisar como o Microterritório se desenvolveu ao longo do tempo e como se encontra na atualidade.

6.2 Caracterização do Território

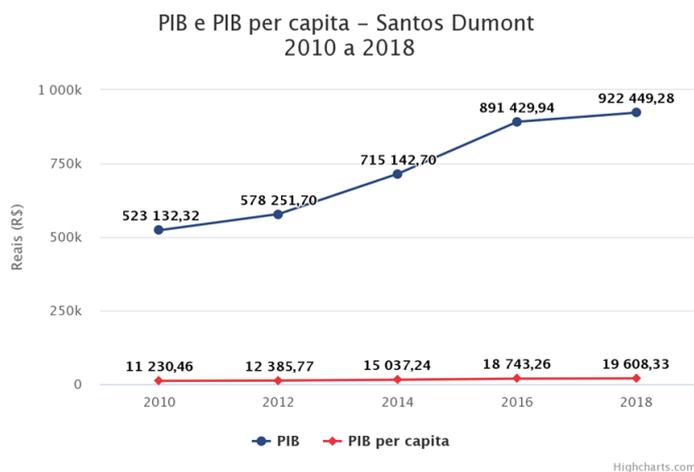
Santos Dumont

O município de Santos Dumont foi criado em 1889, possuindo atualmente aproximadamente cerca de 47.086 habitantes, dos quais 90,76% vivem no perímetro urbano. A área total do município é de 638km², sendo que a maior ocupação do solo, com cerca de 70,4% da área, é voltada para a agropecuária e 0,7% por infraestrutura urbana, como pode ser observado no Gráfico 1 (IMRS, 2021).

Gráfico 1 - Ocupação do Solo de Santos Dumont

Fonte: IMRS, (2021).

O desenvolvimento econômico é medido por meio do Produto Interno Bruto (PIB) de dado território, referindo-se à soma monetária dos valores finais obtidos nos setores de bens e serviços de dada localidade. No Gráfico 2 apresenta-se o PIB e o PIB per capita de Santos Dumont, dentro do período de 2010 a 2018 (IMRS, 2021).

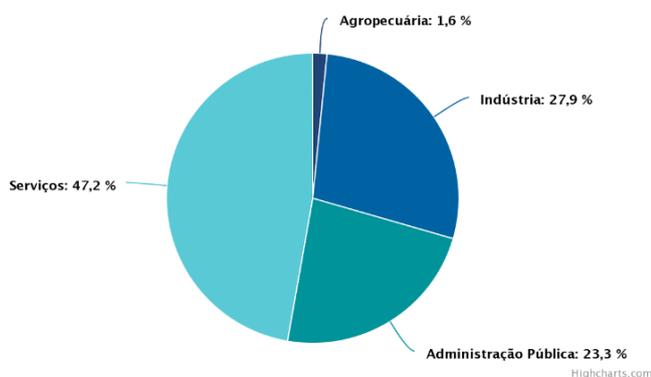
Gráfico 2 - PIB e PIB per capita de Santos Dumont

Fonte: IMRS, (2021).

No Gráfico 3, conforme os dados obtidos na plataforma Índice Mineiro de Responsabilidade Social (2021), destaca-se que, no ano de 2018, as atividades econômicas de maior valor agregado no município são as do setor de serviços, apresentando 47,2% de todo valor agregado, seguido por 27,9% do setor industrial e 23,3% da administração pública em geral. Vale ressaltar que, ainda que a maior área ocupada no município seja a da atividade agropecuária, esse

setor corresponde apenas a 1,6%, o que revela a perda de forças na atividade agrícola nos últimos anos no município (IMRS, 2021).

Gráfico 3 - Distribuição do Valor Agregado do ano de 2018 em Santos Dumont

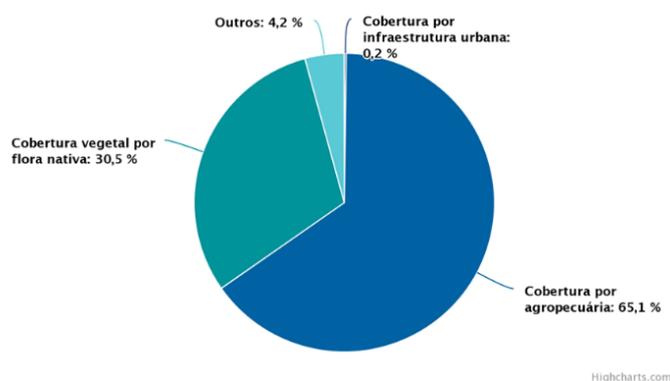


Fonte: IMRS, (2021).

Ewbank da Câmara

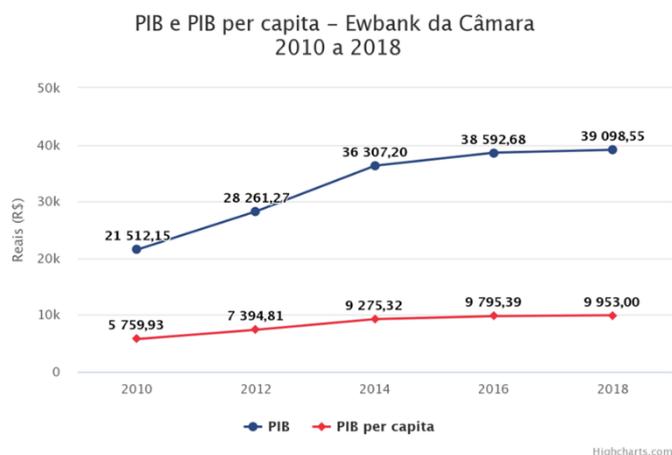
O município de Ewbank da Câmara se originou em 1962, contando atualmente com cerca de 3.913 habitantes, sendo que 94,41% residem em área urbana. O município conta com 103 km² de área e, conforme o Gráfico 4, 65,1% do seu total é de cobertura agropecuária e apenas 0,2% de infraestrutura urbana (IMRS, 2021).

Gráfico 4 - Ocupação do Solo de Ewbank da Câmara



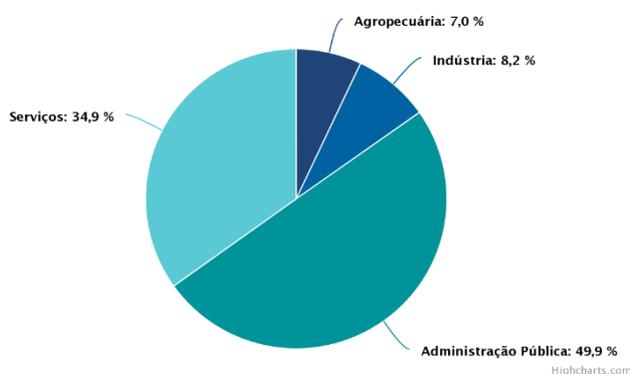
Fonte: IMRS, (2021).

A seguir, evidencia-se como, já discutido anteriormente o PIB e o PIB per capita do município no Gráfico 5. Nele se contabiliza a soma dos valores monetários obtidos no período de 2010 a 2018 no setor de bens e serviços finais.

Gráfico 5 - PIB e PIB per capita Ewbank da Câmara

Fonte: IMRS, (2021).

Segundo os dados disponíveis na plataforma IMRS, o município de Ewbank da Câmara apresentou, no ano de 2018, 49,9% do valor agregado pelo setor da administração pública, seguido por 34,9% dos serviços e 8,2% e 7,0% dos setores industrial e agropecuário respectivamente, conforme observa-se na Gráfico 6 (IMRS, 2021).

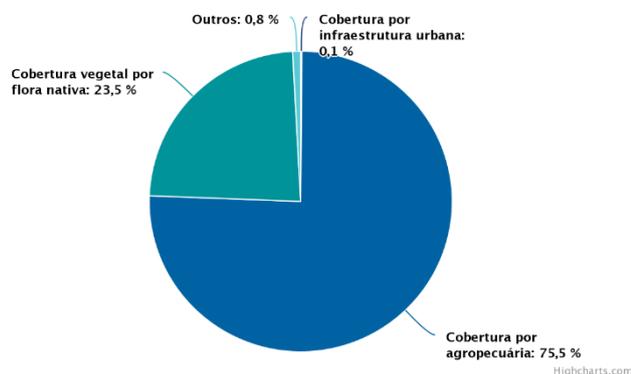
Gráfico 6 - Distribuição do Valor Agregado do ano de 2018 em Ewbank da Câmara

Fonte: IMRS, (2021).

Oliveira Fortes

O município de Oliveira Fortes foi instituído no ano de 1953, contando com aproximadamente 2.160 habitantes atualmente. Desse total, 66,79% são residentes na área urbana. Oliveira conta com uma área de 111 km² de extensão, apresentando maior fonte de ocupação do solo nas atividades agropecuárias, com 75,5% do território, e apenas 0,1% de área urbana com a construção de infraestrutura, conforme o Gráfico 7.

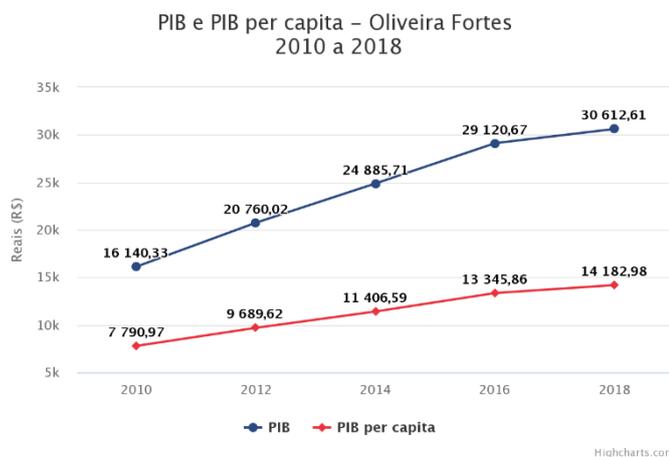
Gráfico 7 - Ocupação do Solo de Oliveira Fortes



Fonte: IMRS, (2021).

O Gráfico 8 aponta as constantes históricas dos valores do PIB e PIB per capita do município de Oliveira Fortes entre os anos de 2010 e 2018. Nele apresenta-se a soma monetária dos bens e serviços produzidos no município.

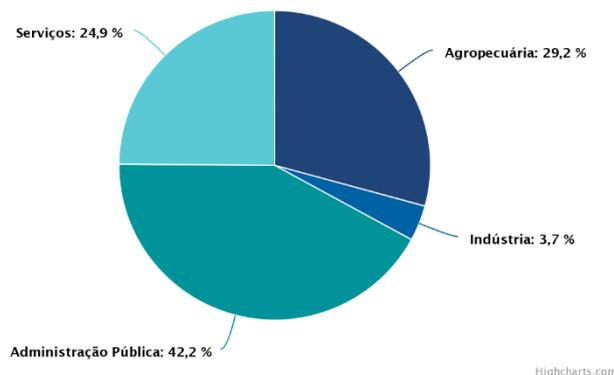
Gráfico 8 - PIB e PIB per capita de Oliveira Fortes



Fonte: IMRS, (2021).

O Gráfico 9 busca contextualizar a forma como é distribuído o valor agregado no município no ano de 2018, sendo a maior porcentagem, correspondendo a 42,2%, referente a administração pública, seguido de 29,2% do setor agropecuário, 24,9% da área de serviços prestados e 3,7% da indústria local.

Gráfico 9 - Distribuição do Valor Agregado do ano de 2018 em Oliveira Fortes

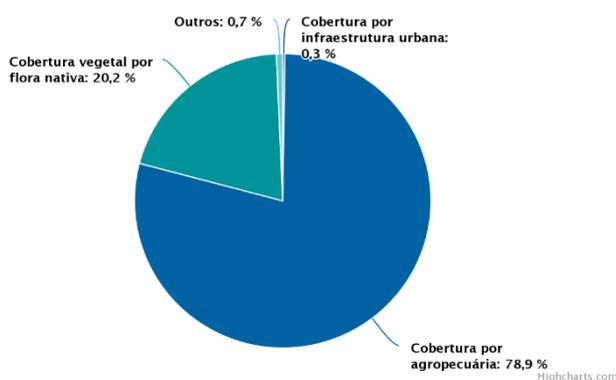


Fonte: IMRS, (2021).

Aracitaba

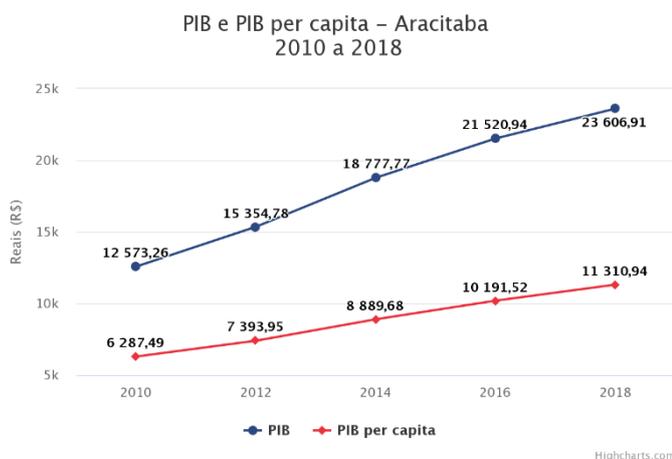
Aracitaba foi criada em 1962 e possui, na atualidade, cerca de 2.090 habitantes. 86,07% residem no perímetro urbano da cidade. O município conta com 106 km² de área territorial, da qual a cobertura pela agropecuária corresponde a 78,9% e apenas 0,3% é correspondente à área com infraestrutura urbana, como é possível observar no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Ocupação do Solo de Aracitaba



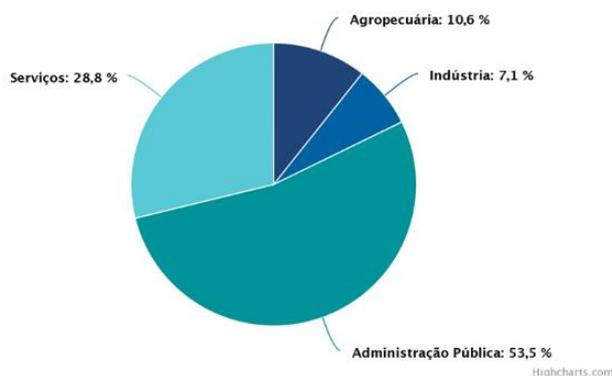
Fonte: IMRS, (2021).

No Gráfico 11 notam-se os valores de PIB e de PIB per capita do município obtidos nos anos de 2010 a 2018. Esses valores correspondem à soma monetária dos bens e serviços prestados na localidade.

Gráfico 11 - PIB e PIB per capita de Aracitaba

Fonte: IMRS, (2021).

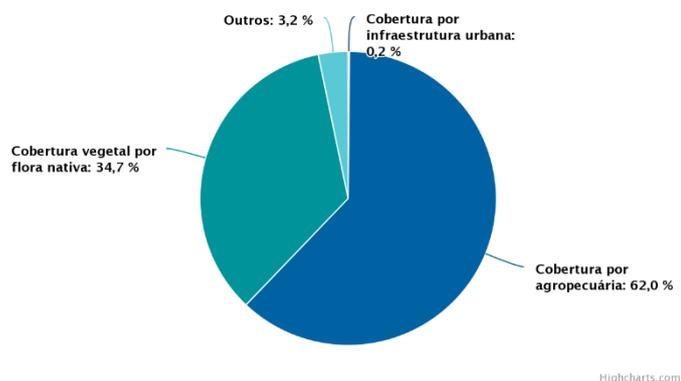
Destaque-se no Gráfico 12 as porcentagens obtidas pelas atividades econômicas de maior valor agregado no município no ano de 2018. A administração pública é o principal setor, com 53,5%, seguido de 28,8% do setor de serviços, além de 10,6% do setor agropecuário e 7,1% da indústria.

Gráfico 12 - Distribuição do Valor Agregado do ano de 2018 em Aracitaba

Fonte: IMRS, (2021).

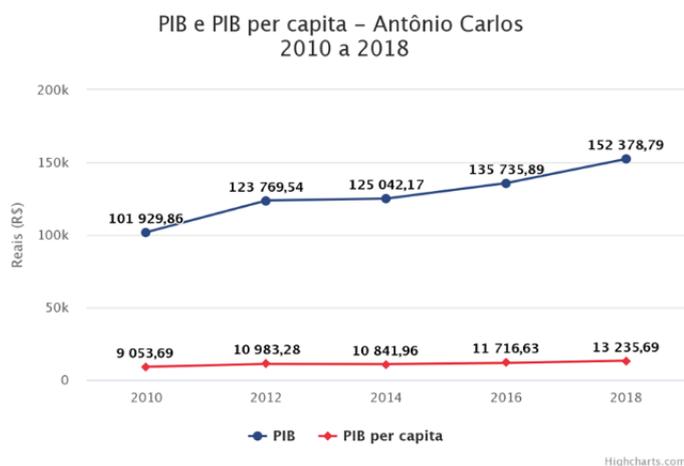
Antônio Carlos

O município de Antônio Carlos teve sua fundação no ano de 1948, contando com cerca de 11.492 habitantes, dos quais 77,34% vivem na área urbana. O município conta com uma área territorial de 530 km², a segunda maior área dos municípios investigados nesta pesquisa. Assim, 62,0% dessa área é ocupada pela cobertura agropecuária e apenas 0,2% correspondem à infraestrutura urbana, conforme observado no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Ocupação do Solo de Antônio Carlos

Fonte: IMRS, (2021).

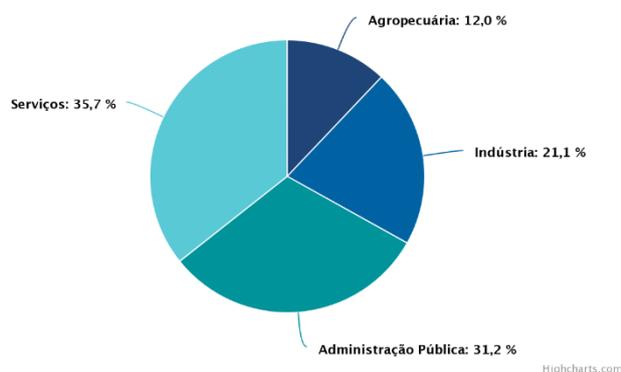
O PIB e o PIB per capita do município podem ser observados na Gráfico 14, em que mostra a evolução no período de 2010 a 2018.

Gráfico 14 - PIB e PIB per capita de Antônio Carlos

Fonte: IMRS, (2021).

Destaca-se no Gráfico 15 a contribuição das atividades econômicas no município no ano de 2018, conforme a geração do valor agregado de cada setor econômico. Em Antônio Carlos, as atividades provenientes do setor de serviços ocupam a maior posição, 35,7% do valor total, seguido pelas atividades do setor público, com 31,2%, além de 21,1% das atividades industriais e 12% proveniente de atividades agropecuárias.

Gráfico 15 - Distribuição do Valor Agregado do ano de 2018 em Antônio Carlos



Fonte: IMRS, (2021).

Muito se discute a respeito da dependência que as cidades de pequeno e médio porte apresentam das cidades polos regionais, que se tornam referência para que se busquem bens e serviços não ofertados, ou mesmo pela facilidade de acesso oferecidos por esses grandes polos regionais. Voltando a atenção para o Microterritório, é observado que os cinco municípios detêm peculiaridades semelhantes, dentre elas os aspectos demográficos. Assim, é necessário avaliar e constatar se, ao longo dos anos, houve uma “perda” de habitantes nesses municípios comparando-se os níveis demográficos das cidades intermediárias regionais de Juiz de Fora e Barbacena.

Os cinco municípios, pelos aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos podem ser comparados pelo que Oliveira, F. (2020) define como cidades pequenas. Essas cidades são aquelas que, no seu dia a dia, evidenciam a relação campo-cidade e possuem uma localização que não é favorável. Além disso, existe uma predominância de paisagem natural e rural. Entretanto, essas cidades são consideradas tão importantes quanto aquelas que exercem maiores funções no sistema regional de rede urbana.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística aponta, em contrapartida, que cidades de pequeno porte são aquelas em que a população não ultrapasse 25.000 habitantes. Por sua vez, o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas estabelece que cidades de pequeno porte são aquelas cuja população se enquadra dentro de 10.000 habitantes, ou de 10.000 a 20.000 ou municípios que se encontram entre 20.000 e 50.000 habitantes.

Existe, portanto, uma dificuldade de contextualização do que seria uma cidade pequena ou de pequeno porte. Porém, é possível interpretar que essas cidades são aquelas cujo desenvolvimento e modernização encontram barreiras ou que esse mesmo desenvolvimento e modernização não chegam a essas localidades (OLIVEIRA, F. 2020). Essas cidades, portanto, seriam aquelas cuja modernização ainda é difícil de ser notada, uma vez que os aspectos culturais locais ainda estão interligados com características do campo-cidade.

Desse modo os dados demográficos comprovam que os municípios tratados nesta pesquisa são de pequeno porte, com a exceção de Santos Dumont, que pode ser enquadrado como um município de médio porte, contendo cerca de 47 mil habitantes. Os municípios investigados apresentam aspectos históricos que os unem como região, em específico no setor agrícola, uma das principais fontes econômicas da região. Contudo, nos últimos quarenta anos, nota-se um fenômeno demográfico, mesmo que de forma amena, no tocante ao seu crescimento, que vem caindo ou se estabilizando ao longo do tempo.

A Tabela 3 destaca a evolução demográfica da população regional do Microterritório e das duas cidades intermediárias ao local de estudo. Observa-se, primeiramente, a inversão nos quatro primeiros municípios da população rural migrando para os centros urbanos. O êxodo rural é evidenciado no Microterritório a partir dos anos de 1980. Porém, quando observado os números no censo de 2000 e 2010, e levando em consideração a estimativa para o censo de 2020 do IBGE, nota-se que esses municípios cresceram pouco em termos de população, com alguns diminuindo ou até mesmo estagnando os seus números (IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO, 2021).

Tabela 3 - População Urbana e Rural dos Municípios entre os anos de 1980 e 2020

	População Urbana e Rural nos Municípios												
	1980			1990			2000			2010			Estimativa 2020
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Total
Antônio Carlos - MG	3.214	6.400	9.614	3.473	6.320	9.793	5.901	4.945	10.846	7.826	3.288	11.114	11.459
Aracitaba - MG	1.252	1.414	2.666	1.376	1.020	2.396	1.452	632	2.084	1.641	417	2.058	2.059
Ewbank da Câmara - MG	1.765	1.209	2.974	2.259	1.026	3.285	3.165	441	3.606	3.459	294	3.753	3.923
Oliveira Fortes - MG	757	1.419	2.176	894	1.289	2.183	1.068	1.075	2.143	1.177	946	2.123	2.130
Santos Dumont - MG	32.356	7.629	39.985	38.075	6.880	44.955	40.397	6.378	46.775	41.320	4.964	46.284	46.421
Barbacena - MG	71.916	14.593	86.509	83.246	16.649	99.895	103.651	10.466	114.117	115.568	10.716	126.284	138.204
Juiz de Fora - MG	301.977	5.843	307.820	379.996	5.738	385.734	452.638	3.794	456.432	510.378	5.869	516.247	573.285

Fonte: Elaborada pelo Autor com base em IBGE - Censos Demográficos, (2021).

Percebe-se que os municípios analisados estão diminuindo o crescimento de sua população. Isso evidencia o sentido de cidades de pequeno porte e as condições de vida da população desses municípios ao não serem criadas oportunidades de desenvolvimento local, para que se permaneça no local e não exista a migração para a procura de oportunidades. Além disso, há um movimento além do campo-cidade, uma migração entre regiões para a busca por oportunidades, até mesmo pelo desenvolvimento em centros urbanos mais modernos na região. Tal afirmação é constatada a partir do crescimento das populações das cidades intermediárias de

Juiz de Fora e Barbacena, cidades desenvolvidas com maiores oportunidades de acesso a bens e serviços à população. Analisando a tabela acima, percebe-se que esses municípios tiveram um aumento considerável, no qual Juiz de Fora chega a 86,24% de crescimento ao serem comparados os anos de 1980 e 2020, no mesmo período, Barbacena apresenta crescimento em 59,75%.

Os municípios do Microterritório, portanto, adquirem aspectos de cidade de pequeno porte conforme os dados e padrões de comparação. Ademais, nas localidades estudadas, os principais aspectos observados são a tendência da estagnação ou mesmo o encolhimento da população, bem como aspectos de estagnação econômica e até mesmo sinais de ruralidade (OLIVEIRA, 2020).

A conotação ruralidade não se deve ser entendida como termo pejorativo e muito menos como um local isolado do mundo moderno, ao contrário, deve ser visto como aspecto histórico e cultural local, visto que os mais modernos centros urbanos podem ter espaços que ligam a sua história e cultura pregressa (OLIVEIRA, 2020). A ruralidade deve ser entendida por meio da cultura local, dos aspectos sociais, históricos, ecológicos e econômicos em que dado território está inserido, partindo das redes que o cercam com suas características próprias.

Na próxima seção, discutimos as percepções adotadas pelo território sobre o que seria para eles o desenvolvimento local. Desenvolvimento ligado a fatores endógenos que dado território apresenta e que, de certa forma, pode ser fonte de investimentos em breve. Partindo, nesse contexto, das iniciativas presentes ou aquelas oriundas das potencialidades e capacidades locais que possam surgir e desenvolver não apenas o local, mas também de modo integrado e regional.

6.3 Desenvolvimento Local – Percepções adotadas pelo local.

Quando se trata de desenvolvimento local é necessário escolher e compreender qual vertente do desenvolvimento é adotada pelo território analisado a fim de compreender a fundo as noções de desenvolvimento legitimadas. Para isso, Oliveira N. (2020) discorre sobre duas vertentes que podem ser utilizadas para a elucidação deste estudo, sendo as chamadas Concepções Convencional e Avançada.

A concepção convencional analisa o desenvolvimento a partir do sistema econômico, desconsiderando o ambiente externo como agente modificador da realidade. Nesse sistema, as leis, políticas públicas, dentre outros, são formuladas de forma universal, descartando, portanto, o contexto histórico do objeto estudado (OLIVEIRA, N. 2020). O discurso adotado visa a ser puramente neutro e científico, pautado em dados quantitativos, aplicados através de modelos pré-

estabelecidos com foco no desenvolvimento do local, em específico nas atividades produtivas locais. Nessa concepção, não se pondera sobre o contexto social, o grupo étnico, o momento em que se analisa o ambiente, as relações de poder, a estrutura política ou mesmo a tradição que guia os hábitos e costumes daquele local (OLIVEIRA, N. 2020).

Essa visão vem sendo desconstruída pelos próprios atores sociais presentes no local no sentido em que o desenvolvimento pelo acúmulo de capital, por meio de grandes produções e oriundas de empresas motrizes vem perdendo a força. Conquanto o surgimento de uma grande empresa alavanque a economia local, é necessário que as cidades estejam planejadas e tenham infraestrutura para tal, necessitando de áreas disponíveis e até mesmo de distritos industriais com capacidade de alocação desses empreendimentos. Tudo isso torna ainda mais complexa a existência, dentro das cidades analisadas, de empreendimentos capazes de impulsionar o desenvolvimento. De acordo com o entrevistado R.J.F., nas “cidades, principalmente as de melhor condição financeira hoje, que já criaram distrito industrial, que já vem de uns 30 anos pra cá” (sic) (R. J. F), é possível que se recebam empresas de grande porte, visto que a instalação desses distritos ou áreas em que seja possível alocar tais empresas se constitui de uma política dispendiosa, “mas também funcional, quando a cidade tem infraestrutura e localização boa para fazer isso” (R. J. F).

Na Microrregião do estudo existem algumas condicionalidades que dificultam, portanto, o acolhimento de empreendimentos motrizes. Em relação a Santos Dumont, ainda que esteja em uma boa localização,

mão de obra em Santos Dumont é um problema, porque aí você vem em Santos Dumont tem a BR que é muito boa, tem fibra ótica. E nesse sentido Santos Dumont tem a infraestrutura a oferecer. Está perto de grandes cidades, está perto do Rio, está perto de Belo Horizonte. Em termos de exportação, então, facilitaria, mas não tem espaço terrestre hoje para construir. Qualquer espaço é muito caro (sic) (R. J. F).

Além de Santos Dumont, o município de Ewbank da Câmara, próximo a Juiz de Fora, aproximadamente 14 km, enfrenta dificuldades para atrair novos empreendimentos, não apenas pela falta de planejamento urbano, necessário atualmente, mas também pela falta de investimentos em infraestrutura suficiente para estruturar municípios de pequeno porte. Porém, as questões geográficas são mais uma das questões fundamentais para o desenvolvimento do município, uma vez que

Hoje não tem um espaço preparado para trazer empresas, por exemplo. Estamos na rota da BR, na rota do trecho Juiz de Fora x Santos Dumont, e por questão de montanhas, de tudo, a gente não tem um espaço adequado. Nós temos alguns

pontos, mas fica um pouco fora, até algumas empresas já chegaram e tudo, mas existe a questão de acesso (sic) (J. M. N.).

Dessa forma, começa a surgir a pauta de desenvolvimento voltado para o local, focado em pequenas empresas. “Para isso, acho que não precisaria criar um distrito industrial, que dificultaria e ficaria caro para pequenas empresas. A Prefeitura podia criar espaços e incentivar pequenas empresas a fazer isso” (sic), afirma o entrevistado R. J. F.. Nesse sentido, seria possível que essas pequenas empresas conseguissem se desenvolver, criando o senso de pertencimento e permitindo, também, o desenvolvimento do território. Assim, não existiria a constante incerteza de fuga de capitais ou, mesmo assim, como aponta Hirschman (1958), a ida de empresas de um território a outro buscando isenções e benefícios para aumentar os lucros que, muitas das vezes, não seriam investidos no próprio local.

Conforme argumenta A. L. S., não é possível se pensar que “vamos trazer uma grande empresa para Santos Dumont e vamos empregar 1000 pessoas. Isso não vai acontecer! Mas a gente tem que olhar para nossa realidade, ver o que que a gente tem e o que que é possível fazer”. Muitas das vezes o próprio local acaba deixando de lado iniciativas que poderiam gerar emprego e renda para as comunidades, o que demonstra a falta de integração e ações concretas. Há a necessidade em se pensar em experiências locais que tenham potencial e canalizá-las de forma organizada para que gerem resultados no local. Como cita o entrevistado A. L. S, em certas ocasiões, existe uma “experiência dos artesãos que estão trabalhando muito isolado, um aqui, outro ali. Vamos juntar todo mundo que a gente pode fazer uma cooperativa, uma associação” (sic).

Começa-se, assim, a pensar o desenvolvimento por uma nova ótica, o que Oliveira, N. (2020) define como “concepção avançada”, que considera na análise todo o contexto histórico da formação do território. Nessa perspectiva o local não é neutro, toda e qualquer relação histórica, social, cultural, política e econômica que faça parte da formação local é importante para a análise do ambiente. O desenvolvimento local, nesse contexto, coloca o indivíduo como agente transformador da realidade, ao passo que as relações sociais e institucionais fazem parte da história do território (OLIVEIRA, N. 2020). O local, portanto, se torna um ambiente de constante interação entre potencialidades e experimentação que dada comunidade julga como fontes de desenvolvimento para o seu território.

Nessa concepção é possível identificar não apenas fatores favoráveis ao desenvolvimento local de forma sustentável, mas, para além disso, observar através das falas e conceitos exteriorizados pelos entrevistados que a concepção tradicional perde, a cada dia, força nas pequenas localidades.

O desenvolvimento local está voltado para

uma nova perspectiva, baseada mais na organização, no desenvolvimento sustentável, na autonomia das pessoas e, sobretudo, na promoção da vida humana. Um desenvolvimento que pensa o cidadão hoje, mas também amanhã. É que de alguma forma visualiza um pouco da experiência do passado com quem faz parte da memória coletiva. Então, eu vejo desenvolvimento muito na perspectiva do desenvolvimento sustentável, baseado nos princípios solidários, baseado na cooperação. É um desenvolvimento que não agrida e que tenha sobretudo o foco muito no processo, que foque mais na melhoria de vida das pessoas do que nos resultados (sic) (G. A. S. B).

Já para E. C. F., o desenvolvimento se traduz

tanto a geração de trabalho e renda como o desenvolvimento do território como um todo, até para as questões de industrialização, mas também voltadas ao desenvolvimento sustentável. Então, as parcerias, elas são fundamentais e a melhoria das políticas públicas, voltadas para a população, ela tende a impactar diretamente o desenvolvimento regional e do município como um todo. Então, investimento em políticas públicas, geração de trabalho e renda, fomento da indústria e do comércio fazem parte de um todo para desenvolver economia da região (sic).

Nas afirmações de J. A. C. A., o desenvolvimento está mais alinhado ao conjunto,

desenvolvimento local não é sozinho. Tudo tem que tá acontecendo junto, então assim é que um desenvolvimento local pleno ele acontece quando tudo está em perfeita harmonia. Está no ápice do seu estágio, onde todos os setores, instituições, associações, as agremiações, essas coisas todas estão afinadas. Elas estão cada uma no seu setor, defendendo o seu ponto, porém, compartilhando, dividindo com os outros os teus conhecimentos, os seus ideais. Nada de atropelar uma coisa atropelando a outra. É fazendo com que tudo, todo mundo cresça, que todo mundo possa participar. Porque o desenvolvimento local não é isolado, não é um grupo, não é uma pequena parcela. Tem que ser todo mundo. É o conjunto, como se fosse um coração, todo mundo ali imbuído para fazer com que a coisa flua (sic).

O desenvolvimento local vai além do simples desenvolvimento, pois quando ele é legitimado, necessita legitimar também ações de curto, médio e longo prazo que seriam capazes de oferecer condições mínimas para o desenvolvimento por meio dos fatores endógenos. É necessário que essa legitimação aconteça não apenas por aqueles afetados diretamente, mas que todo território se volte a ações efetivas para que isso ocorra. Contudo, não é o que acontece naturalmente, pois trata-se de um processo longo que, na maioria das vezes, encontra limitações, sejam elas em apoio institucional, infraestrutura, conhecimento, sejam elas em relação ao apoio das comunidades e indivíduos locais. O desenvolvimento local se dá em conjunto, de forma integrada, dialogando e afirmando as possibilidades de um futuro para o local. É também um processo coletivo, no qual a participação dos atores sociais é fundamental, pois dificilmente,

devido à complexidade, um agente partícipe do município conseguirá atuar isoladamente. Exige, portanto, uma ação conjunta e estruturada de um grupo que tenha objetivos comuns e que envolvam dimensões importantes como a dimensão econômica, social, ambiental, política e que essas dimensões sejam priorizadas de acordo com as necessidades e possibilidades do município.

Mas, para isso, se faz necessário discutir e compreender as limitações que o desenvolvimento local precisa superar nos territórios. Na próxima seção discutimos os dilemas impostos ao desenvolvimento local no Microterritório em análise.

6.4 Limitações ao Desenvolvimento Local

A taxa de municípios de pequeno porte chega a cerca de 88% (PERRONE, 2018; FILHO, 2020) no país. Além disso, diversos deles são altamente dependentes de repasses intergovernamentais e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que se encontra desatualizado em relação às demandas dos municípios que são os menos favorecidos com a divisão fiscal. Assim, não é difícil constatar que o desenvolvimento local está, em muitos dos territórios brasileiros, ligado diretamente às políticas públicas e à presença do poder público como indutor do desenvolvimento local.

Os pequenos municípios, como os do Microterritório de Santos Dumont – MG, são dependentes dos repasses do FPM (Figura 8). Nesse cenário, o desenvolvimento em diversos setores essenciais só ocorre quando o poder público, em específico as Prefeituras Municipais, trabalha a infraestrutura básica das cidades, além de ser a peça fundamental para impulsionar o desenvolvimento e criar políticas públicas capazes de identificar potencialidades dentro de seus territórios.

Tabela 4 - Transferências Intergovernamentais

Município	Receita Corrente	Receita Transferência Intergovernamental
Antônio Carlos	112.21%	92.24% => Sendo 47.45% de FPM
Aracitaba	118.22%	97.46% => Sendo 70.91% de FPM
Ewbank da Câmara	110.94%	95.15% => Sendo 58.06% de FPM
Oliveira Fortes	116.3%	96.81% => Sendo 67.71% de FPM
Santos Dumont	109.29%	84.96% => Sendo 37.89% de FPM

Fonte: Elaborada pelo Autor com base em Meu Município, (2021).

As administrações contemporâneas buscam, em nível federal, estadual e municipal, trabalhar no território com o fortalecimento de setores como o de serviços, transporte, ensino, agricultura familiar, fortalecimento de pequenas empresas, abrindo espaço para os produtos agro

artesanais, dentre diversas ações propositivas que visam o desenvolvimento. Contudo, no Microterritório em análise não é possível observar nitidamente tais ações, principalmente no que se refere a gestão integrada dos municípios. Tal afirmação pode ser constatada por meio da fala de um dos entrevistados:

cada um fazendo para si de forma isolada, e aí a gente vê acontecer a seguinte coisa, municípios vivendo do repasse do governo federal, do FPM, e aí tô dando exemplo dessas cidades menores. Você não consegue desenvolver nada. Promover, de fato, é incentivar o surgimento das vocações, potencializar de verdade, porque os municípios acabaram ficando reféns desses repasses que vêm do governo federal, do governo do estado, e essa ausência de diálogo entre os municípios é que para mim sustenta esse tipo de pensamento (sic) (G. A. B).

O pensamento de que o município só se desenvolve caso haja repasses de outros entes sem que se trabalhe o entorno, faz com que as potencialidades não sejam trabalhadas no sentido de recuperar aquilo que se tem em comum entre os municípios, a fim de desenvolver o território.

Contudo, o Brasil como um todo passa por uma grande crise política, o que reflete nas pequenas cidades, pois o jogo político acaba por atrapalhar e dificulta, muitas vezes, a continuidade de programas e ações oriundas de gestões ou grupos políticos passados. Isso acaba sendo constatado junto aos entrevistados, a quebra da continuidade de políticas públicas de médio e longo prazo nesses municípios, sem continuidade ou mesmo sem a manutenção, acabando por se exaurir com o tempo.

Torna-se necessário, portanto, discutir a vinculação de políticas públicas por meio da legislação, tomando-as cada vez mais contínuas e sustentáveis no tempo, independente de forças políticas que se alternam no poder local. Como demonstra um dos entrevistados, a descontinuidade de ações já é normatizada no meio político, pois quando “muda o gestor, aí, às vezes, a pessoa muda de direção. Às vezes é uma coisa que estava dando certo, que poderia ser melhor, às vezes aquele gestor não tem esse envolvimento, não tem esse compromisso e ele já deixa esse negócio aí de lado, e acaba prejudicando várias experiências” (sic) (A. L. S). Muitas das vezes, são experiências que poderiam modificar a realidade local com o passar do tempo, porém, com a falta de investimento e apoio, as ações cessam para que se dê início a outras no território.

Para tanto, é necessário vincular a legislação à política pública, como uma das formas de garantir que durante um determinado tempo as ações continuem a serem realizadas, mesmo com a possibilidade de serem modificadas ou reestruturadas, mas continuem produzindo resultados satisfatórios conquistados com o tempo. Além disso, quando a legislação atua como eixo condutor da política, “você tem essa articulação com as câmaras de vereadores e com o próprio

executivo, para que determinadas leis possam poder garantir a continuidade dessas experiências” (sic) (A. L. S).

Em vista disso, o desenvolvimento local acaba sendo prejudicado muitas das vezes por questões políticas de jogo de poder. Então, cabe ao gestor acreditar nas experiências executadas em seu território. Contudo, o problema se concentra na questão

político-financeiro, porque o problema é normalmente quando é politizado. Se a pessoa fizer isso, o outro leva vantagem, alguma coisa... Então acaba tendo essa política muito separatista e isso acaba complicando. Então teria que ter todo mundo com o mesmo pensamento e aí sim daria pra fazer um projeto, aquele tipo “ganha, ganha”. Se juntasse as entidades com a prefeitura, todo mundo acho que ganharia. Quer dizer a prefeitura tinha um mérito e as entidades também tinham, e aí a coisa parece que dava uma alavancada (sic) (R. J. F.).

É notória a divisão por parte das entidades por não se comunicarem nos pequenos municípios. Mesmo tendo projetos em comum, acabam prejudicando a vinda e a promoção de políticas públicas para o território, pois, quando se trata de desenvolvimento local, o eixo norteador deveria ser as ações sustentáveis no tempo e principalmente as que tenham apoio financeiro ou não do setor público, que acaba por ser o principal promotor do desenvolvimento desses territórios. Porém, quando se analisa o jogo de poder que se altera nas gestões locais ou até mesmo regionais, que hora tem apoio e hora não, acaba dificultando a vinda de investimentos e mesmo recursos para desenvolver o território.

Já se tornou habitual encontrar relatos, como o do entrevistado M. R. S, que consideram que em novas gestões administrativas, os novos gestores acabam por encontrar o aparato administrativo desorganizado. Segundo ele, isso ocorre “porque para você receber recursos você, precisa de alimentar um sistema e houve um prazo. Tipo que era novembro, que era dezembro e que o outro estava saindo, então pra ele tanto faz como tanto fez, ele não fez, então isso hoje afeta” (sic).

Essa troca frequente das gestões locais, em que o que sai deixa a “casa” desorganizada ou mesmo deixa de realizar atividades essenciais por estar deixando o poder, acaba dificultando o reordenamento e reestruturação dos municípios brasileiros. Vale ressaltar que a mudança de gestão, no país, acontece geralmente de quatro em quatro anos, agravando ainda mais o desenvolvimento local.

Outro ponto a ser debatido é a escassez de recursos financeiros. Diversas ações, não só as que estão à frente do poder público, mas também das comunidades ou entidades do terceiro setor, ficam paralisadas à espera de investimentos e apoio do setor público. Segundo o

entrevistado R. J. F, tal investimento não precisa, necessariamente, ser financeiro, a começar pelo chefe do executivo que é, para ele,

a principal peça para o desenvolvimento, porque o gestor lá, ele tem que acreditar nisso, acreditar na cidade, acredito que é possível. Então, quer dizer, muita coisa que vai fazer nem depende muito de dinheiro. Às vezes, com boa vontade, conseguiria fazer uma boa gestão, alguma coisa na cidade, porque você precisa aumentar, por exemplo, a autoestima da população para o pessoal acreditar, ajudar a trazer investimentos no sentido de cursos de alguma coisa nova. Talvez algum investimento, facilitação, divulgação e uma série de coisas que a prefeitura pode fazer sem que tenha de gastar tanto dinheiro para fazer esse desenvolvimento (sic).

Tratar de desenvolvimento local, sobretudo em localidades que historicamente apresentam dependência político-financeira, intrinsecamente ligada às administrações locais, acaba por esbarrar em questões de financiamento. Entretanto, a visão de financiamento e apoio oriundo do setor público se associa a repasses financeiros que, como já discutido, é escasso em municípios dependentes do FPM.

Todavia, o que não se discute, como relatado pelo entrevistado R. J. F, é que o apoio necessário do poder público não deveria ser pautado apenas em questões financeiras, mas em apoio institucional no sentido de organizar o local, apoiando ações isoladas do setor privado e do terceiro setor, buscando integrar essas ações. Assim, é possível trabalhar com apoio em divulgação, organização de campanhas publicitárias, eventos, busca por investimentos, dentre diversas outras formas de apoio que não demandam necessariamente investimento financeiro, mas investimento de mão-de-obra existente no setor público. Com isso, coloca-se as administrações locais como indutoras e condutoras capazes de incentivar o desenvolvimento local, sem causar dependência financeira de repasses públicos para as ações no território.

No entanto, existe uma questão crucial no microterritório a ser discutida e que está diretamente ligada a investimentos públicos para que ocorra futuramente investimentos privados ligados a empreendimentos que geram não só emprego e renda no território, como também desenvolvem toda a região. Novamente, a dependência do FPM por municípios de médio e pequeno porte faz com que esses tenham baixa capacidade de investimento em infraestrutura, questão crucial para o desenvolvimento de qualquer localidade.

Não é possível pensar em desenvolvimento local sem que se tenha por parte do poder público investimento em áreas essenciais para que qualquer território consiga se desenvolver e atrair investimentos. Áreas como mobilidade urbana, saúde, educação, vias para escoar produção, mão de obra qualificada, rede de internet, saneamento básico, estradas conservadas, pontos turísticos de fácil acesso, enfim, toda a infraestrutura que um município necessita para

que o setor privado tenha interesse por investir em um local que detenha do mínimo de infraestrutura para que seus empreendimentos prosperem. É impossível pensar em um território, ou mesmo uma cidade que possa ter alguma vocação, sem que esta esteja preparada para qualquer fonte de investimento e incentivo futuro.

Dessa forma, a infraestrutura hoje disponível nos municípios, sobretudo em Santos Dumont, município referência da microrregião, é precária. É possível encontrar áreas viáveis para novos empreendimentos, potencialidades em comum entre os municípios, mas que muitos dos distritos, pontos turísticos, acesso a determinados locais, ou mesmo a infraestrutura como hospedagem e restaurantes não é preparada para um possível crescimento proveniente do turismo local, área relatada pelos atores locais como uma possibilidade para o desenvolvimento da região. É preciso trabalhar previamente as comunidades e os empreendimentos para que consigam a médio e longo prazo aprimorar seus serviços como forma de melhor atender ao público. Porém, isso só será possível quando, de forma orgânica e integrada, os setores trabalharem em conjunto para a definição de qual caminho deve ser trilhado.

Ainda assim, é necessário pensar em investimentos. Seja o desenvolvimento voltado para o acúmulo de capital, pautado na dimensão econômica, ou o desenvolvimento local e sustentável pautado nas dimensões política, social, ambiental, ambos necessitam de investimentos públicos e privados em diversos setores da economia local. A infraestrutura é o ponto primordial, sem ela a busca por alternativas locais possíveis fica ainda mais complexa.

Os municípios estudados apresentam pontos em comum, como o turismo, agroindústria, área de saúde, educação e o setor de bens e serviços que podem se tornar fonte de desenvolvimento local. Mas, enquanto não existe uma convergência, em especial das prefeituras trabalhando políticas de médio e longo prazo, com investimentos em cursos profissionalizantes, capacitações, assistência especializada, busca por parceiros públicos e privados, muito difícil será encontrar uma saída que seja duradoura para o local com o intuito de gerar o desenvolvimento local e sustentável no tempo como as comunidades esperam.

Algumas experiências podem ser notadas no microterritório, muitas delas perdidas no tempo por conta de diversos fatores locais, causando consequências ao desenvolvimento regional. Na próxima seção discutimos brevemente a história do desenvolvimento do microterritório e experiências que, em dado momento, tiveram êxito, tornando-se marco para futuras ações que podem ser tomadas para o desenvolvimento local.

7 Iniciativas de Desenvolvimento local presentes no Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont

Na próxima seção buscamos discutir o papel das instituições no local, assim como demonstrar aquelas de maior importância no desenvolvimento local e como se dá a integração entre elas. Outra questão fundamental é apresentar as potencialidades e as capacidades locais do Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont, sendo fundamental visualizar as experiências do passado para entender a história e o que já se perdeu com o tempo na região. O Microterritório de Desenvolvimento, ao longo do tempo, teve e tem diversas experiências que foram capazes de desenvolver e criar oportunidades de desenvolvimento local, assim como geração de emprego e renda, o que hoje faz parte da história local.

7.1 Papel das Instituições no Desenvolvimento Local

Não é possível tratar de desenvolvimento local sem falar da importância das instituições no local, até mesmo porque, em muitas das vezes, o desenvolvimento está intrinsecamente associado a ações que são praticadas no território. Assim, ele não deve ser relacionado apenas ao crescimento econômico, mas sobretudo à capacidade de organização política e social, uma vez que essa esteja ligada a distintas formas de capital intangível oferecidas pelo local (AMITRANO, 2020).

O desenvolvimento por meio do acúmulo de capital, oferta de tecnologia e recursos humanos não consegue mais explicar a disparidade de crescimento de territórios e regiões, muito menos como alguns desses alcançam determinados níveis de desenvolvimento e outros não, por mais que possuam as mesmas condições (FURTADO, 2017). Faz-se necessário discutir a importância das instituições dentro do local, pois a presença delas podem ajudar a entender o desenvolvimento de determinado território e região, sendo necessário evidenciar o papel que essas instituições possuem.

Portanto, o desenvolvimento local está ligado diretamente a importância das instituições no território, com a atuação delas podendo ser entendida por duas questões: a primeira se refere a um conjunto de instituições, projetos, programas e ações que de certo modo podem ampliar as condições necessárias ao crescimento e desenvolvimento, de modo equilibrado ao longo do tempo (FURTADO, 2017); a segunda diz respeito ao modo como o desenvolvimento deve ser trabalhado pelas instituições de forma integrada e harmônica, envolvendo atores sociais e políticos, estabelecendo por meio da coletividade os rumos pelos quais determinado local deve seguir. Tais ações só serão possíveis de serem alcançadas quando instituições públicas ou

privadas trabalhem coletivamente, na procura daquilo que possibilite transcender o crescimento para o desenvolvimento local (FURTADO, 2017; FAURÉ E HASENCLEVER, 2005; PUTNAM, 1993).

A região de estudo pode ser considerada rica em instituições, principalmente em um microterritório composto por municípios de pequeno porte, onde as condições adversas para que elas surjam e consigam se manter são incalculáveis. Entretanto, se faz necessário voltar no tempo para analisar a importância das instituições no desenvolvimento da região como um todo e como ajudaram no desenvolvimento local até os dias atuais.

No final do século XIX e meados do século XX, a região via um crescimento e desenvolvimento de Santos Dumont, o que fez com que, nesse período, o município conquistasse diversas instituições de suma importância para o desenvolvimento local. Nessa época, a cidade estava em pleno desenvolvimento, todos os setores cresciam de forma integrada.

Muitas experiências são observadas nos anos de glória da cidade, diversos setores se institucionalizam, permanecendo, em alguns, casos ativos na atualidade. Observa-se que a região cresceu pensando no futuro, criando instituições fortes e que buscavam bem-estar social de sua população e, mais que isso, interagindo com as cidades do entorno com ações, eventos, programas que visavam garantir uma seguridade social para a população.

“Nós éramos fortes, nós tínhamos uma sociedade organizada em vários setores. Hoje, quando a gente pega e analisa tanto a parte filantrópica, quanto a comercial, e analisando com outras cidades, a gente vê que a gente estava sempre à frente”, afirma o entrevistado J. A. C. A. Desse modo, o objetivo era o desenvolvimento em conjunto, pois as instituições tinham ações integradas que as fortalecem e conseqüentemente contribuem com o desenvolvimento local. As instituições foram criadas em um período que contribuiu para o crescimento de Santos Dumont, uma vez que o município tudo funcionava, a região detinha de uma seguridade social que permitia que novos empreendimentos surgissem.

Diversas são as experiências que foram criadas no decorrer do século XX, muitas evidenciando como o município pensava no desenvolvimento além de fatores econômicos. Tal consideração pode ser constatada na fala de J.A.C.A, pois “uma cidade que tinha na época 25000 habitantes, e foi criado um asilo... e hoje cidades maiores não tem esse asilo, e foi criado lá! Foi criado um Lactário que era de alimentação das crianças necessitadas” (J. A. C. A). Trata-se de instituições que funcionavam na época, embora atualmente passem por dificuldades para manterem-se abertas.

Ainda de acordo com o mesmo entrevistado, Santos Dumont teve, por meio da iniciativa do terceiro setor, a criação de “um Hospital, você olha outra cidade de 30.000 habitantes que não existe um hospital, existente um posto de saúde” (sic) (J. A. C. A). Dessa forma, partindo de iniciativas voltadas para o desenvolvimento, foi possível a criação de um hospital, visto que as condições para o crescimento eram favoráveis. “As instituições, elas são importantes, mas elas têm que estar em pleno vigor, funcionando todas elas, aí sim a coisa vai pra frente” (sic) (J. A. C. A), além disso, por meio da identidade cultural de diversas instituições fortes, Santos Dumont, durante um certo tempo, esteve em pleno desenvolvimento local.

A cidade, em meados do século XX, era considerada uma potência em ascensão. Contudo, com a mudança de rumos em políticas nacionais, principalmente voltadas para a questão da industrialização e conseqüentemente o crescimento econômico, fez com que o Brasil deixasse de

ser rural, para ser um país competitivo a nível mundial, através da industrialização urbana, que foi uma coisa mundial que isso aconteceu. Mas os analistas da época esqueceram de que sem área rural a área urbana não vive, não. O pé de couve pode ser plantado lá no vasinho de flor, mas você não planta as outras coisas, não (sic) (J. A. C. A).

O entrevistado J. A. C. A relata muito bem o momento em que políticas nacionais adotadas no século passado impactaram o desenvolvimento de cidades que tinham um objetivo desenhado. Entretanto, ao incentivar o plantio do pé de couve no vasinho de flor e, assim, esquecendo-se de valorizar o meio rural, faz-se com que, a partir dos anos de 1970, exista a declinação do crescimento de regiões como de Santos Dumont, em que sua economia era voltada para a produção agrícola. Assim, a partir de 1980 observa-se uma queda e perdas dos territórios que impactaram nas marcas no desenvolvimento dos municípios até os dias atuais.

A principal perda em relação ao desenvolvimento regional consiste no fato de que Santos Dumont era considerada uma referência nacional na produção de laticínios e na geração de emprego e renda na área rural. Vale considerar que o Brasil era rural como um todo, porém, com a substituição do rural para o urbano, o microterritório perdeu a principal fonte econômica, que não foi substituída.

Santos Dumont, ao final do século XX, perdeu um dos maiores laticínios da região, o Laticínios Ribeiro Fonseca, que com sua produção de queijos, tipo do reino, e doces de leite tornaram a região reconhecida nacionalmente. A empresa empregou aproximadamente 400 funcionários diretos a cerca de 1200 funcionários indiretos. Era uma indústria de laticínios que possuía mais de 52 mini-indústrias espalhadas ao redor da cidade. O empreendimento foi levado para a região em razão do grande potencial para a produção de leite, fazendo com que se

instalassem e criassem as estações de beneficiamento nas proximidades das comunidades e cidades que produziam leite para a produção da fábrica. Gerou-se, então, uma série de empregos diretos e indiretos no campo, permitindo que as famílias continuassem no campo, produzindo e tornando a região reconhecida por sua produção de qualidade.

Outra grande iniciativa contemporânea foi a cooperativa de costureiras chamada de Voo Livre, composta em sua maioria por mulheres, sendo 47 cooperadas. Infelizmente, essa cooperativa encerrou as suas atividades em 2007 pela descontinuidade de acordos firmados para repasses financeiros oriundos do poder público, política pública originada e implementada em conjunto com o município.

É possível perceber que o território apresenta pontos a serem discutidos e rememorados, à medida que dele diversas iniciativas do setor privado, do terceiro setor, iniciativas públicas, nas mais diversas áreas, culturais, esportivas, de saúde, educação e assistência social tiveram êxito, como muitas funcionando até a atualidade, pois reconhecem a importância para o território. Entretanto, outras encerraram as suas atividades. As que ainda permanecem, muitas delas, estão à espera de apoio ou da volta dos tempos em que as ações integrais ajudavam na permanência e pleno funcionamento delas.

Com a realização deste estudo, através das entrevistas, foi possível captar as instituições presentes no Microterritório. Na próxima seção, demonstramos quais as instituições, na visão dos entrevistados, foram e são importantes para o desenvolvimento local da região.

7.2 Instituições presentes e suas atuações.

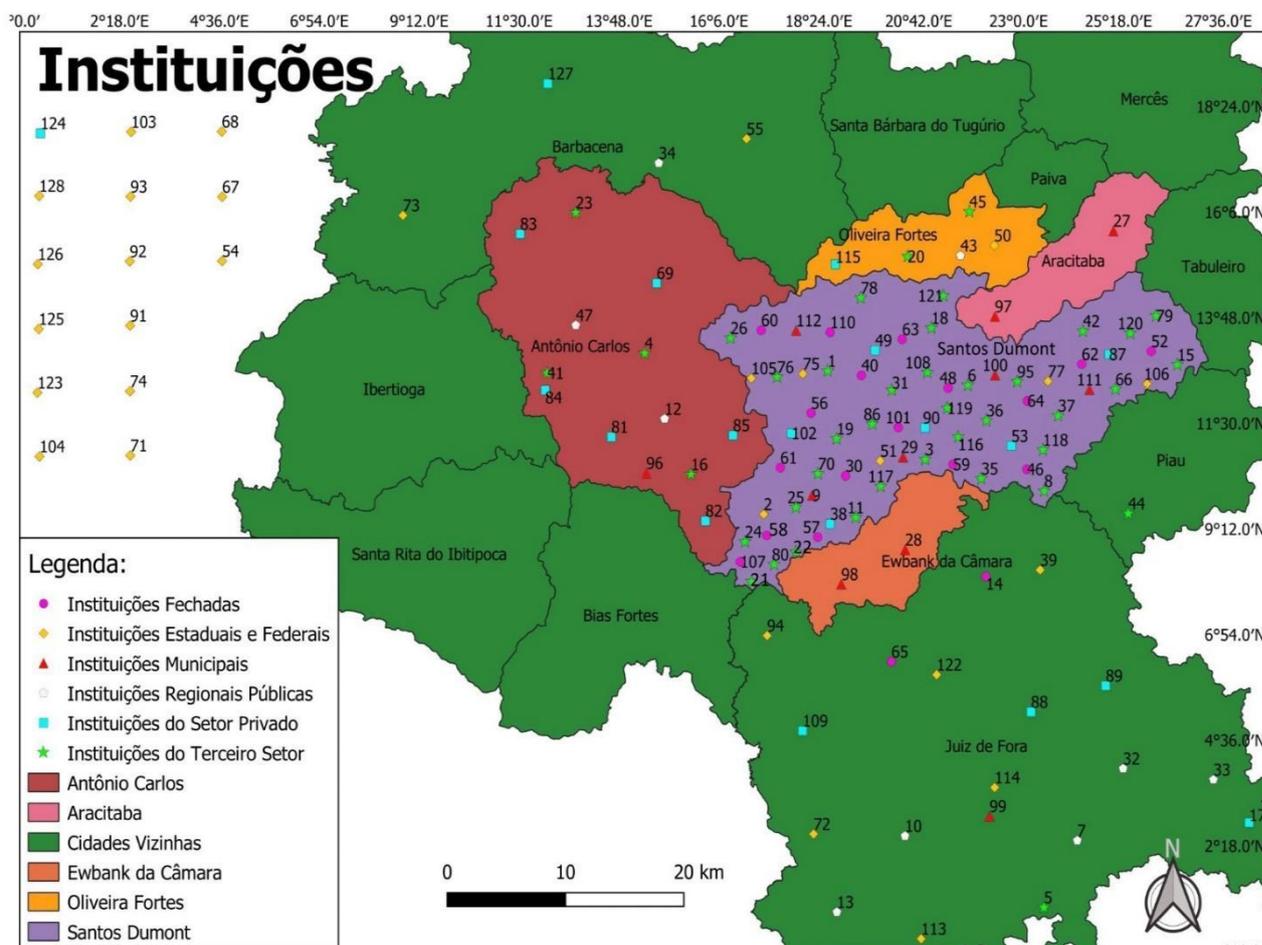
Com a análise de conteúdo dos entrevistados reconhece-se que ele elegem pontos importantes para definir e situar o desenvolvimento local em seu território. Tais pontos convergem entre si e acabam por revelar como o território se desenvolveu historicamente e como continua se desenvolvendo ao longo do tempo. Para isso, foi possível elencar, a partir da fala dos participantes, quais as instituições apareciam como pontos importantes a serem ressaltadas e que ajudam a contar a história local, com a sua importância no processo de desenvolvimento.

Sendo assim, foi possível elencar as instituições que foram ou são importantes na construção do desenvolvimento do microterritório. Conforme as respostas, tais instituições eram listadas, sem a ciência dos entrevistados. Tal procedimento se justifica pelo fato de alguma instituição poderia ser elencada, em razão de questões de maior proximidade e afinidade, ou também omitidas, em caso de uma não afinidade com as instituições.

Nesse processo foi possível organizar as instituições em seis grupos. O primeiro corresponde às Instituições Fechadas, sendo aquelas citadas pelos entrevistados e que já encerraram as suas atividades, mas que servem como referência para contar como se dá o desenvolvimento no Microterritório. O segundo é o das Instituições Estaduais e Federais. O terceiro, das Instituições Municipais. O quarto corresponde às Instituições Regionais Públicas, que se referem às que trabalham políticas públicas integradas no âmbito do território. O quinto grupo é representado pelas Instituições do Setor Privado, ou seja, as empresas ativas no território. Por fim, as Instituições do Terceiro Setor, como as associações, sindicatos, clubes, instituições e afins.

No mapa, representado pela Figura 9, demonstra-se hipoteticamente o local onde as instituições se encontram no microterritório, como forma de ilustrar a distribuição das instituições no território. Assim, percebe-se a importância dessas instituições no processo de desenvolvimento local.

Figura 8 - Instituições Presentes no Território



Fonte: Do Autor. (2021)

A Tabela 4 traz todas as instituições elencadas pelos participantes durante as intervenções realizadas. Nela é possível identificar a instituição, o grupo ao qual ela pertence e a numeração atribuída a cada uma, de forma ilustrada hipoteticamente no mapa representado na Figura 9 com suas respectivas localizações. É importante ressaltar que as instituições, estejam sediadas em um município ou mesmo fora da área de estudo, não limitam a sua importância no processo de desenvolvimento, pois suas ações impactam diretamente no desenvolvimento do território.

Tabela 5 - Instituições Citadas dentro do Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont (Continua)

Instituições Citadas dentro do Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont		
Numeração	Nomenclatura	Grupo
1	14 BIS – Associação Agro-Artesanal 14 Bis – (SD)	TS
2	4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado - (SD)	IEF
3	AABB Santos Dumont - Associação Atlética Banco do Brasil - (SD)	TS
4	AAPHSM - Associação dos Amigos do Pequeno Hospital Santa Maria – (AC)	TS
5	ACE – Associação Comercial e Empresarial de Juiz de Fora – (JF)	TS
6	ACE – Associação Comercial e Empresarial de Santos Dumont – (SD)	TS
7	ACISPES - Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra – (MG)	IRP
8	ACMRSD – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Santos Dumont – (SD)	TS
9	ADESAN - Agência de Desenvolvimento de Santos Dumont - (SD)	IM
10	ADJFR - Agência de Desenvolvimento de Juiz de Fora e Região – (JF)	IRP
11	AMA - Ação em Movimento Artísticos de Santos Dumont - (SD)	TS
12	AMMA - Associação dos Municípios da Microrregião da Mantiqueira – (AC)	IRP
13	AMPAR – Associação dos Municípios da Zona da Mata – (MG)	IRP
14	ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Auto Gestionárias - (BR)	IF
15	APISDUMONT - Associação dos Apicultores de Santos Dumont e Região – (SD)	TS
16	APR – Associação dos Produtores Rurais – (AC)	TS
17	Arcelor Mittal – (JF)	SP
18	ASA – Associação Sandumonense de Artesãos – (SD)	TS
19	Associação de Produtores de Leite Balde Cheio de Santos Dumont - (SD)	TS
20	Associação dos Produtores da Agricultura Familiar – (OF)	TS
21	Associação Quilombola São Sebastião da Boa Vista - (SD)	TS
22	Associação Turismo é Bom e Dá Trabalho - (SD)	TS
23	Associações de Bairro – (AC)	TS
24	Associações de Bairro – (SD)	TS
25	Biblioteca Comunitária Tia Deca / AQSSBV - (SD)	TS
26	Cabangu Campestre Clube - (SD)	TS
27	Câmara Municipal de Aracitaba - (AR)	IM
28	Câmara Municipal de Ewbank da Câmara – (EW)	IM
29	Câmara Municipal de Santos Dumont - (SD)	IM
30	CBCC - Cia Brasileira Carbureto de Cálcio - (SD)	IF
31	CDL – Clube de Diretores Lojistas – (SD)	TS

32	CIEE - Centro Integrado Empresa-Escola - (JF)	IRP
33	CISPAR - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Paraíba - (MG)	IRP
34	CISRU - MG - Consórcio de Saúde da Rede de Urgência Centro Sul - (AC)	IRP
35	Clube Social Olímpico Ferroviário - (SD)	TS
36	Clubes Culturais - (SD)	TS
37	Clubes Esportivos - (SD)	TS
38	Colégio Santos Dumont - (SD)	SP
39	Comitê de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais - (MG)	IEF
40	Companhia Química Merck - (SD)	IF
41	Conselhos Municipais - (AC)	TS
42	Conselhos Municipais - (SD)	TS
43	Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos - (MG)	IRP
44	Cooperativa Climatização de Bananas - (MG)	TS
45	Cooperativa de Leite dos Produtores Rurais - (OF)	TS
46	Cooperativa Voo Livre - (SD)	IF
47	COSEMS - MG - Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais - (AC)	IRP
48	Doce de Leite Borboleta - (SD)	IF
49	Dow Corning - (SD)	SP
50	Emater- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - (OF)	IEF
51	Emater- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - (SD)	IEF
52	Empresa de Fabricação de Mimeógrafo de Pedra - (SD)	IF
53	Empresas de Eventos / Buffets - (SD)	SP
54	EPAMIG -Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - (MG)	IEF
55	EPCAR - Escola Preparatória de Cadetes do Ar - (BQ)	IEF
56	Escola Pio X - (SD)	IF
57	Escola Polivalente - (SD)	IF
58	Escola Profissional Fernando Guimarães - (SD)	IF
59	Escola São José - (SD)	IF
60	Escola Vocacional - (SD)	IF
61	Esporte Clube Tigre - (SD)	IF
62	Fábrica de Brinquedos SAGO de Bonecas - (SD)	IF
63	Fábrica de Tesourão - (SD)	IF
64	Fábrica de Velas de Filtro - (SD)	IF
65	FACIT - (JF)	IF
66	FESJ - Fundação Educacional São José - (SD)	TS
67	Governo Estadual de Minas Gerais - (MG)	IEF
68	Governo Federal - (BR)	IEF
69	Guaraná Príncipe Negro - (AC)	SP
70	HMSD - Hospital de Misericórdia de Santos Dumont - (SD)	TS
71	IEF - Instituto Estadual de Floresta - (MG)	IEF
72	IFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - (MG)	IEF
73	IFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus Barbacena - (BQ)	IEF
74	IFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba - (MG)	IEF

75	IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus Santos Dumont – (SD)	IEF
76	Igreja Universal - (SD)	TS
77	INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - (SD)	IEF
78	Instituto Joaquim Soares de Oliveira - (SD)	TS
79	Lactário - Liga Sandumonense de Proteção e Assistência Infantil - (SD)	TS
80	Lar São Miguel - (SD)	TS
81	Laticínios Boa Nata – (AC)	SP
82	Laticínios Iatarola – (AC)	SP
83	Laticínios Lactalis – (AC)	SP
84	Laticínios Milano – (AC)	SP
85	Laticínios Porto Alegre – (AC)	SP
86	Lions Clube - (SD)	TS
87	Lojas Americanas - (SD)	SP
88	Mendes Junior – (JF)	SP
89	Mercedes Benz – (JF)	SP
90	Metal Gráfica Palmira – (SD)	SP
91	Ministério do Trabalho - (BR)	IEF
92	Ministério Público - (BR)	IEF
93	Ministérios Federais – (BR)	IEF
94	MRS Logística - (BR)	IEF
95	Museu Casa de Cabangu - (SD)	TS
96	Prefeitura Municipal de Antônio Carlos – (AC)	IM
97	Prefeitura Municipal de Aracitaba - (AR)	IM
98	Prefeitura Municipal de Ewbank da Câmara – (EW)	IM
99	Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – (JF)	IM
100	Prefeitura Municipal de Santos Dumont – (SD)	IM
101	Queijo Reino Palmyra - (SD)	IF
102	Rádio Cultura - (SD)	SP
103	Receita Estadual - (MG)	IEF
104	Receita Federal - (BR)	IEF
105	Rede Central do Brasil - (BR)	IEF
106	Rede Ferroviária - (BR)	IEF
107	Ribeiro Fonseca Laticínios S A - (SD)	IF
108	Rotary Club de Santos Dumont - (SD)	TS
109	RPC Laticínios - (JF)	SP
110	Sanatório Palmyra - (SD)	IF
111	Secretaria Municipal de Assistência Social - (SD)	IM
112	Secretarias Municipais - (SD)	IM
113	SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - (BR)	IEF
114	SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - (BR)	IEF
115	Silva Tavares Laticínios Ltda - (OF)	SP
116	Sindicato do Produtor Rural – (SD)	TS
117	Sindicato dos Metalúrgicos - (SD)	TS
118	SINDICOMÉRCIO-SD - Sindicato do Comércio Varejista de Santos Dumont – (SD)	TS
119	Sociedade São Vicente de Paula - (SD)	TS

120	Tangará Tênis Clube - (SD)	TS
121	Times de Futebol - (SD)	TS
122	UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora - (JF)	IEF
123	UFLA - Universidade Federal de Lavras - (MG)	IEF
124	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais - (MG)	IEF
125	UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei - (MG)	IEF
126	UFV - Universidade Federal de Viçosa - (MG)	IEF
127	UNIPAC Barbacena - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – (BQ)	SP
128	Via 040 - (MG)	SP
obs: As Instituições foram separadas em seis grupos, sendo eles: Instituições Fechadas (IF); Instituições Estaduais ou Federais (IEF); Instituições Municipais (IM); Instituições Regionais Públicas (IRM); Setor Privado (SP) e Terceiro Setor (TS).		

(Conclusão)

Fonte: Do Autor, (2021).

Ao analisar o mapa (Figura 9) é possível perceber que diversas instituições, em sua maioria a nível Estadual e Federal, estão fora do perímetro territorial do Microterritório, porém, ainda assim, atuam no desenvolvimento local da região. Outro fator importante a ser observado é a relação de dependência com a cidade imediata de Juiz de Fora e, em menor proporção, Barbacena. Algumas instituições que de algum modo atuam no território se encontram situadas nesses municípios, em especial empresas de grande porte, como é o caso das maiores empresas da região, Acelor Mittal, Mendes Junior e Mercedes Benz, todas situadas no município de Juiz de Fora.

Dos cinco municípios da pesquisa, Santos Dumont, pela sua identidade de cidade imediata, acaba contendo muitas instituições. Contudo, muitas delas estão inativas, ou mesmo sem atuação no território. Assim, é necessário a integração nas ações e apoio institucional por parte do poder público, em alguns casos, para que voltem à atividade.

Outro aspecto a ser notado é o de que o município de Antônio Carlos é o único a possuir cinco grandes laticínios em pleno funcionamento, mantendo a tradição da produção de laticínios. Fato que já não ocorre em Santos Dumont, pelo contrário. Grande parte da produção de leite da cidade tem como destino um laticínio localizado em Juiz de Fora.

Dessa maneira, é possível elencar uma instituição que para todos os entrevistados é de suma importância para induzir o desenvolvimento local nas cidades estudadas. Por serem municípios de pequeno porte e necessitarem da presença de uma instituição forte à frente do desenvolvimento, as Prefeituras Municipais seriam peças fundamentais para o desenvolvimento. Assim, por meio delas é possível planejar, instituir ações, programas e políticas públicas capazes de integrar todas as instituições em prol de um objetivo único e sustentável no tempo.

7.3 Integração Institucional no Desenvolvimento Local

Partindo da análise das entrevistas é possível notar que não há integração no âmbito do microterritório em relação à gestão. Os municípios pouco conversam entre si para resolução de problemas ou para a busca por alternativas em comum. A relação de integração que pode ser observada se dá por meio da Associação dos Municípios da Zona da Mata (AMPAR) e Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Paraibuna (CISPAR), instituições integradas a nível regional que realizam diversas atividades em parceria com os municípios consorciados. Outra instituição que atua de forma coordenada entre os municípios é a Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra (ACISPES) que age na promoção de saúde de forma consorciada com as cidades da região.

As entidades do terceiro setor, por sua vez, pouco interagem entre si. Das entidades que foram citadas pelos entrevistados, as que apresentam sinais de integração são a Associação Comercial e o Clube dos Diretores Lojistas. Essas duas organizações, por meio de uma política interna, tem as suas ações e programas em conjunto, sendo um pouco mais desenvolvidas, buscando dentro do comércio campanhas publicitárias e de vendas. Assim, permite-se a integração e a busca por parceiras em ações pontuais com a Prefeitura Municipal e outras instituições ligadas às necessidades e interesses do comércio e empreendimentos de Santos Dumont.

A visão geral dos entrevistados é a de que as instituições acabam cada “uma fazendo para si, de forma isolada” (G. A. S. B), sem diálogo entre elas. Pensar no desenvolvimento local é, acima de tudo, colocar as ações conjuntas como base, pois quando um se desenvolve, o outro também se desenvolve, mas é difícil pensar em ações conjuntas sem que essas sejam politizadas.

Parceria apolítica exatamente não existe, mas tinha que ser menos politizado, juntar sindicato, por exemplo, na área comercial, associação comercial, prefeitura, principalmente, tem que participar porque o poder público é muito importante nessa hora e acreditar nisso. Se essas entidades se unirem é mais fácil de arrecadar, porque tudo que se vai fazer precisa de dinheiro, então se essas entidades realmente conseguem uma coerência, consegue financiamento e aí sim alavancar o projeto (sic) (R. J. F.).

Assim como colocado por J. A. C. A, o desenvolvimento local precisa que “todo mundo esteja imbuído para fazer com que a coisa flua, porque desenvolvimento não é só um setor, ele desenvolve, mas ele não vai chegar a lugar nenhum. Ele vai ficar travado, ele precisa de todo mundo. Tudo tem que estar funcionando perfeitamente” (sic). O território em questão tem todas as condições necessárias para se desenvolver localmente. Conta com diversas instituições que no passado trabalhavam de forma orgânica e integrada e, assim, funcionavam. Tudo isso pode ser

comprovado pelo crescimento e desenvolvimento da região em meados do século XX. Entretanto, a partir dos anos de 1970 as instituições foram perdendo força, fechando e perdendo o apoio para trabalhar integradas no território. Desse modo, observa-se que até a atualidade que a falta de apoio e integração persiste, levando a região a estagnação tanto no crescimento e desenvolvimento local.

8 Potencialidades e Capacidades locais como fonte de Desenvolvimento Local e Sustentável

Nesta seção apresentamos as possibilidades e capacidades locais listadas pelos participantes da entrevista, procedendo uma breve análise do Microterritório como as possíveis saídas para o desenvolvimento local. É importante ressaltar que as potencialidades e capacidades locais só podem se tornar fonte de desenvolvimento caso aconteçam em médio e longo prazo melhorias, tais como as discutidas neste trabalho, em específico, as ações de organismos públicos como as prefeituras municipais trabalhando em conjunto para captar investimentos e melhorias na infraestrutura e incentivo às diversas capacidades locais.

Analisando o Microterritório de Desenvolvimento a procura de potencialidades e capacidades locais, é possível, por meio da análise de dados e interpretação das intervenções realizadas com os participantes deste estudo, enumerar cinco setores que representam uma possível saída para o desenvolvimento local no território estudado. Sendo os principais deles o turismo de base comunitária e a produção agroindustrial, a que se refere a produção de queijos e produtos caseiros como biscoitos, doces e bolos. Outro setor é o do comércio e das pequenas indústrias locais, um dos maiores potenciais na região para alavancar a economia. Além disso, tem-se a área de educação, visto que o município de Santos Dumont conta com duas instituições atuantes, o IFET Campus Santos Dumont e a Fundação Educacional São José, que trabalha o quesito de qualificação da mão de obra regional. Por fim, a saúde, pois Santos Dumont, como região imediata, já conta com uma procura pelo setor e, com a chegada de uma unidade da ACISPES, essa área tende a alavancar ainda mais o setor.

Contudo, carece levar em consideração a dependência existente entre os municípios com a cidade intermediária regional de Juiz de Fora e, de certa forma, com a cidade intermediária de Barbacena. Essas duas localidades tem se desenvolvido com o passar do tempo, nos mais distintos setores, ao passo que as cidades satélites do entorno carecem de investimentos voltados para o desenvolvimento local.

Infelizmente, como trata-se de territórios compostos por municípios de médio e pequeno porte, altamente dependentes do FPM, é preciso pensar em formas para se angariar investimento público para infraestrutura necessária à atração de empreendimentos e incentivos para as experiências já existentes. Mas, como medida de curto prazo, é possível começar por pontos de convergência, que serão discutidos a seguir, para que se encontre uma saída para o desenvolvimento local e sustentável.

8.1 Região Imediata e Região Intermediária: fatores que colaboram para o desenvolvimento local

Ao analisar o território é possível perceber uma certa autonomia da região em relação ao município de Juiz de Fora, uma vez que os municípios do Microterritório procuram por bens e serviços essenciais e que sejam de baixa complexidade, como compras de produtos alimentícios, procura por educação básica e alguns segmentos de educação profissional, serviço de saúde e até mesmo a oferta de emprego no comércio e indústria local na cidade de Santos Dumont, o que torna essa cidade uma referência regional imediata. Contudo, o município de Antônio Carlos utiliza Barbacena como a sua região imediata à medida em que o acesso por vias públicas pavimentadas e conservadas e a oferta de transporte público diário para o município em questão torna viável que a população busque esta última no lugar da primeira.

O município de Antônio Carlos, ainda que seja limítrofe a Santos Dumont, tem a sua zona urbana muito próxima a Barbacena, outro fator que indica a escolha da população em fazer de Barbacena a sua região imediata. A grande massa dos cidadãos do município procura por bens e serviços no território barbacenense, mas algumas comunidades, por estarem mais próximas a Santos Dumont, utilizam de políticas públicas, bens e serviços da microrregião estudada.

Mesmo que o Microterritório apresente uma certa independência quanto a fatores econômicos, ainda existe uma grande dependência de Juiz de Fora como uma região intermediária ao Microterritório de Santos Dumont. Tal dependência se relaciona a diversos serviços, seja de saúde especializada, educação, no comércio e outros serviços que são ofertados em maior quantidade e variedade, seja no fator econômico na oferta de emprego e renda.

Juiz de Fora, pela potência econômica que se tornou dentro do estado de Minas Gerais, gera nas cidades satélites, principalmente na região de estudo, uma dependência que, com o tempo, criou um vínculo na busca por bens e serviços. Isso possibilita que os recursos que poderiam estar sendo gastos nos municípios do Microterritório acabem migrando por meio de

transações financeiras para a cidade de Juiz de Fora. Essas ações permitiram que o município juiz-forano se desenvolvesse. Se as transações financeiras, a procura por bens e serviços, acontecessem nas cidades do microterritório, o local se desenvolveria com maiores oportunidades e oferta de bens e serviços variados.

A relação de dependência acaba por gerar divergências entre a própria opinião dos atores locais. Para A.C.B.M, “por um lado é bom, porque Juiz de Fora ela realmente oferece uma estrutura maior. Mas por outro lado também é ruim, porque deixa de às vezes acontecer alguma coisa na nossa região” (sic). Partindo dessa afirmação, pode-se considerar que diversos setores não são incentivados ou mesmo que determinados setores sejam demandados de forma a gerar investimentos na região. Como afirma A. C. B. M, a relação dos próprios moradores locais com o comércio “tem determinados tipos de empresas aqui que a pessoa em vez ficar aqui, comprar aqui, procurar aqui, já vai direto em Juiz de Fora, [...] o que que acontece? Não cria demanda aqui” (sic). Assim, prejudica-se o desenvolvimento local da região.

O entrevistado A. C. B. M explica a relação conflituosa existente com a dependência entre o Microterritório e Juiz de Fora, pois, de um lado, traz benefícios para a população em termos de facilidade de acesso a alguns bens e serviços que não existem no território, mas por outro lado, “se não cria determinadas demandas aqui, passa a não ter esses produtos aqui. Então esse tipo de dependência por Juiz de Fora que ainda é muito grande, por esse lado ele é ruim” (sic). Esse tipo de dependência acaba por inibir que determinadas atividades, não só econômicas, mas também na área de lazer, esporte e cultura deixem de acontecer no território pelo fato de estar muito próximo a Juiz de Fora.

Uma série de fatores faz com que o desenvolvimento local seja barrado nesses territórios, uma vez que novos empreendimentos tendem a chegar em Juiz de Fora, ou até mesmo em Barbacena, não ultrapassando essa “barreira invisível”. Essas cidades tendem a ter uma maior infraestrutura para oferecer muito mais que os municípios de pequeno porte ao seu entorno.

O entrevistado A.C.B.M afirma que “Juiz de Fora é uma ilha de prosperidade, com um deserto ao seu entorno”, o que se enquadra na relação de desenvolvimento da região. Em outras palavras, a prosperidade, o desenvolvimento em si, acontece apenas em Juiz de Fora, as cidades satélites da região ficam à mercê do desenvolvimento local. Por ser uma cidade desenvolvida em comparação às demais, ela acaba funcionando como uma esponja, sugando suga tudo para ela, fazendo com que as coisas deixem de acontecer nos municípios vizinhos.

Tratar, portanto, de desenvolvimento local em regiões que ainda apresentam deficiências estruturais, tais como infraestrutura, é uma condição que dificulta todo o processo que se traduz

na busca pelo desenvolvimento. As cidades de pequeno porte ainda apresentam “problemas de cidade grande. Nós temos problemas aqui de infraestrutura da cidade, de segurança, na educação. O nosso jovem aqui, a perspectiva para ele dentro da cidade é muito baixa, apesar da gente estar em um lugar extremamente favorável ao desenvolvimento econômico” (sic) (A. C. B. M). Por mais bem localizado que o microterritório se encontre, ainda é preciso a atuação do Estado no que tange a ofertas de bens e serviços essenciais dentro desses territórios, em especial em municípios como os estudados, que se encontram com um grau de dependência em relação a cidade imediata regional.

Por se tratar de municípios de pequeno porte, a prefeitura ganha esse papel importante no cenário de desenvolvimento local. Por meio de políticas públicas, ela é capaz de propiciar bens e serviços públicos de extrema necessidade para os municípios. Apesar disso, é notório que o “poder público continua ficando ali como quase que um receptor. Ele recebe as demandas, ele não resolve, em alguns casos sim, outros não. Mas ela acaba só agindo como aquele que recebe essas demandas” (sic) (G. A. B). Assim, não é possível que essas cidades, por meio de recursos próprios e escassos, promovam, por si só, políticas públicas, principalmente de infraestrutura.

É evidente que há, por parte dos municípios, uma “dificuldade muito grande em alavancar o desenvolvimento da parte de infraestrutura daquilo que a prefeitura tem que fazer. Ela teve sempre muita dificuldade, porque os valores são baixos, e o custeio dos órgãos eles são muito altos” (sic) (A. C. B. M). As prefeituras possuem um custeio fixo que deve ser honrado, “então, para o investimento, sobra muito pouco, tem que fazer milagre. Mas é a nossa base, é a nossa base de desenvolvimento de uma cidade pequena que depende muito da prefeitura” (sic) (A. C. B. M). Nesse contexto, nota-se que o maior empregador individual de municípios de pequeno porte acaba por ser, na maioria das vezes, as prefeituras municipais.

A dependência está ligada à falta de investimento em bens e serviços públicos e na infraestrutura pública, que é o principal fator de atração para o investimento, seja ele em qual área for. Quando o local se omite em promover o mínimo necessário, por meio de discussão, de conscientização, de falta de senso de pertencimento, os territórios não se desenvolvem. Ao passo que Juiz de Fora ou Barbacena tenham a oferta em quantidade e variedade, a proximidade com o Microterritório faz com que muitas das questões, demandas e investimentos deixem de acontecer no território.

A dependência por esses municípios pode ser notada diariamente no cotidiano local, uma vez que a migração populacional diária é notada através de

29 horários de ônibus de Santos Dumont para Juiz de Fora. Eu acho que é muito horário, é muita gente indo embora de ônibus. Estou falando de ônibus

que pega na Rodoviária, fora os ônibus de empresas que levam gente daqui pra lá. Então, assim, dependência é muito grande e eu não vejo nada para cortar isso. A gente só corta se a gente tiver aqui, eu não vou trabalhar em Juiz de Fora se eu ganho o mesmo tanto aqui. Eu acordo seis horas da manhã, pego o ônibus às sete quando é sete horas da noite eu tô de volta, eu vou chegar e vou dormir, viramos uma cidade dormitório, então a dependência nossa sobre a cidade maior é muito grande (sic) (J. A. C. A.).

Por mais que o microterritório tenha a oferecer determinados serviços, a dependência histórica fez com que os municípios não criassem oportunidades e nem mesmo incentivassem os fatores endógenos que seus territórios teriam a oferecer, fazendo com que grande parte da população local migre para as outras cidades na busca por emprego e renda, além da procura por bens e serviços variados. Contudo, por mais que o território não tenha ações efetivas para evitar a migração para as cidades intermediárias, ainda é notório que o território precisa ofertar e desenvolver setores que já existem, como o setor de serviços, saúde e educação.

Nas próximas seções, tratamos das potencialidades e capacidades locais consideradas pelos entrevistados como fontes para um desenvolvimento local e sustentável. São setores trabalhados no imaginário local como possibilidades e capacidades latentes, além de setores trabalhados e desenvolvidos com êxito e que, em alguns casos, tiveram perdas consideráveis e que poderiam voltar a ser incentivados localmente.

8.2 Turismo de Base Comunitária e Agroindústria, potencialidades a serem discutidas

O turismo de base comunitária surge como forma de oportunizar o protagonismo social das comunidades locais, proporcionando aos grupos sociais geralmente excluídos de políticas públicas a geração de emprego e renda. Além disso, faz com que se repense na educação, na saúde, na conservação ambiental, na habitação e na cultura mediante a promoção de serviços turísticos de maneira compartilhada, associativa e comunitária. Molda-se, dessa forma, uma nova concepção de turismo que se coloque em harmonia não apenas com a natureza, mas com as culturas e tradições que utilizam aquilo que o local oferece como fonte de desenvolvimento (BENITES; MAMEDE, 2020).

Para tratar de turismo, antes é preciso compreender que esse é um fenômeno sociocultural, que abrange aspectos culturais, econômicos, sociais, ambientais e políticos que devem ser levados em consideração para pensar em desenvolvimento por meio desse fator (ALVES, 2020). Assim, o turismo de base comunitária leva em consideração a participação social como sendo fundamental para qualquer projeto de desenvolvimento.

Com tudo isso, pensar em desenvolvimento sustentável ao longo do tempo tem relação imprescindível com a participação social para que ele ocorra conforme a realidade, a dinâmica e as particularidades locais (FRANZ et al. 2021; ALVES, 2020). Quando não discutido exaustivamente e idealizado pelas comunidades que integrarão direta ou indiretamente o turismo local, pode acontecer a descaracterização da cultura local, substituindo até mesmo as atividades produtivas, modificando o estilo de vida, o meio ambiente, correndo-se o risco de que conflitos existentes não sejam identificados e, até mesmo, fortalecendo-os.

Nesse sentido, o desenvolvimento estará ligado intrinsecamente ao protagonismo local. O território deve se desenvolver partindo das carências apresentadas, para que se encontrem possibilidades que viabilizem melhorias em diversos aspectos, como na cultura, aspectos ambientais, sociais, econômicos, dentre outros, engajando os indivíduos como participantes ativos desse processo (ALVES, 2020). Assim, buscam-se arranjos institucionais capazes de organizar o processo de desenvolvimento local por meio do turismo de base comunitária.

Para Alves (2020), o turismo por si só, desempenha grande influência no contexto socioeconômico de vários territórios, premissa suficiente para estimular empresários e governos a investirem em seu desenvolvimento. Apesar disso, não se pode confundir que o desenvolvimento por meio do turismo seja capaz de resolver todos os problemas socioeconômicos do território, mas é um dos caminhos capazes de se desenvolver localmente.

Em contrapartida, é necessário discutir a necessidade de produzir projetos, políticas públicas e investimentos que proporcionem incentivos ao turismo, uma vez que esse é capaz de assegurar emprego e renda. Todavia, é preciso que, antes disso, sejam assegurados serviços de infraestrutura, de valorização e conservação do ambiente, buscando dar valor ao patrimônio histórico e a cultura local (QUINTA-NOVA; FERREIRA, 2019).

Quando se analisa o território, percebe-se que a infraestrutura é uma questão relevante em qualquer aspecto que caracteriza desenvolvimento local. Assim, ainda que existam potencialidades e capacidades disponíveis para serem desenvolvidas, é preciso que o investimento em infraestrutura prepare não só o território, mas as comunidades ao redor para uma possível fonte de desenvolvimento. Esse é o caso do turismo na região, que conta com a potencialidade, mas falta infraestrutura e investimentos necessários para que se desenvolva.

Como relata R. J. F, “Santos Dumont tem um potencial muito forte na área de turismo. Vê que nem o nosso principal cartão de visita, que seria o museu, não é aproveitado. Nós temos um potencial turístico enorme, temos 2 represas a 10 km do centro da cidade”. Partindo dessas considerações, percebe-se que não existem projetos e investimentos capazes de trabalhar não

apenas a imagem de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação e ilustre cidadão do município, mas os outros atrativos turísticos. O fato de existirem duas represas de grande proporção e não haver nenhum projeto de infraestrutura que desenvolva seu entorno faz com que se perca o desenvolvimento para a região. Seria, assim, uma oportunidade de desenvolver não somente Santos Dumont, mas também Ewbank da Câmara, onde está localizada grande parte de uma das represas, a de Chapéu D`uvas.

Quando o território adota políticas públicas de apoio e incentivo ao desenvolvimento, planejando e organizando, trazendo para o centro do debate a sociedade, é possível achar saídas em conjunto para o desenvolvimento local. Entretanto, para isso é necessário que a figura da Prefeitura, como principal instituição a incentivar e promover desenvolvimento nos pequenos municípios, atue a fim de garantir infraestrutura e incentivar as diversas experiências presentes no território.

O Microterritório tem a possibilidade de desenvolvimento por meio do turismo, assim como afirma R. J. F, que acredita que o “turismo hoje é uma das principais saídas econômicas, mas você precisa ter restaurantes, hotel, precisa ter onde o pessoal visitar. E o pontapé inicial, se a prefeitura ajuda, as coisas depois caminham com o próprio empresariado, investidor, o empreendedor normalmente continua” (sic). Mas, para que o desenvolvimento local ocorra, é necessário a presença do setor público promovendo atividades essenciais para que o setor privado assuma suas posições.

Ao analisar um dos pontos turísticos que podem gerar desenvolvimento local e que cobre grande parte do território, em especial os municípios de Santos Dumont, Ewbank da Câmara e em partes Juiz de Fora, não se vêem políticas públicas e ações efetivas de modo integrado que poderiam pensar o turismo local e levar infraestrutura ao entorno da Represa de Chapéu D`uvas, possível ponto turístico a ser explorado pelos municípios.

Constatam-se apenas ações isoladas dos municípios sobre a represa. De um lado, Juiz de Fora interessada em como se dará o desenvolvimento em torno da represa, uma vez que grande parte do abastecimento do município provém de Chapéu D`uvas, mas detém de uma pequena parte da represa em seu território com apenas a liberação por parte do Estado para uso da água. Ewbank da Câmara, por sua vez, por conter a maior parte da represa em seu território, começa a dialogar e construir saídas para um desenvolvimento organizado e sustentável em torno do turismo por meio da represa.

Nós do município de Ewbank pensamos muito nesse crescimento voltado na questão do turismo. A gente tem esse potencial ao nosso redor aqui, temos o que a gente chama de represa de Chapéu D`uvas. Mas, na verdade, é uma barragem que está dentro do município de Ewbank da Câmara, grande parte

dela está no município de Ewbank. E a gente tem a barragem, tem cachoeiras... então tem que desenvolver essa questão do turismo, e temos um projeto que já está caminhando. [...] Já conseguimos aprovar uma área grande da nossa extensão urbana e já estão buscando aprovar o georreferenciamento de toda essa área da barragem, no entorno do município de Ewbank (sic) (J. M. N.).

Outro dilema observado é a grande especulação em torno da represa, pois ainda não existem medidas efetivas para trabalhar o entorno de um grande potencial turístico, pelo contrário.

Pelo contrário, “os investimentos na questão turística é uma coisa fundamental, é lazer, a região tem potencial, igual tem a situação da represa de Chapéu D’uvas que está sendo muito vítima da especulação, inclusive imobiliária na região” (sic) (E. C. F.). Assim, toca-se na necessidade de políticas públicas que sejam capazes de envolver as cidades de Ewbank e Santos Dumont, “porque a maior parte da represa está em Ewbank e Santos Dumont, um investimento turístico nessa área que seria e é fundamental” (sic) (E. C. F.). A ação efetiva dos dois municípios que seriam os mais beneficiados, até mesmo para barrar a especulação imobiliária e planejar o entorno, levando incentivos, infraestrutura adequada, é o ideal para um turismo de base comunitária em ambos os municípios. Isso permitiria um desenvolvimento sustentável ao longo do tempo, trabalhando-se desde o início com as comunidades locais, como forma de incentivar e conscientizar a respeito das oportunidades que podem surgir caso exista a adesão ao turismo local.

Como não existe um movimento de integração de políticas voltadas ao turismo regional, capazes de potencializar os pontos turísticos da região, como é o caso da represa de Chapéu D’uvas, os municípios deveriam, portanto, trabalhar mesmo que isoladamente a infraestrutura, como no caso de Ewbank, “que tem o melhor acesso hoje para se conhecer a represa, mas ela não tem infraestrutura em Ewbank, a cidade não tira proveito disso” (sic) (R. F. J.). Sendo assim, é possível que ocorram investimentos no sentido de “fazer alguma coisa no caso por parte de Dores, que pertence a Santos Dumont, e algo que você faça, mas que possa trazer retorno” (sic) (R. F. J.).

Como já debatido, os municípios não possuem recursos suficientes para se arriscarem em novos projetos, o que faz com que muitos permaneçam na mesmice, visto o risco de não se obter recursos em alguma tentativa de investimento. Porém, quando há investimento público em infraestrutura, em que se oferece o básico necessário para o pontapé inicial, é possível que o desenvolvimento aconteça. Nesse viés, R.J.F. lembra que, no caso da “represa em Santos Dumont que precisaria da infraestrutura, por exemplo [...] fazer essa infraestrutura básica, que a

partir daí a iniciativa privada praticamente através do empreendedorismo eles continuariam” (sic) (R. J. F).

No Microterritório o turismo também se interliga à agroindústria e à produção agropecuária, uma vez que os municípios da região têm um alto potencial como bacia leiteira, apresentando grande número de produtores artesanais de queijos e seus derivados. O município de “Santos Dumont já foi uma das regiões, talvez a maior bacia leiteira da região, famosa até hoje pela produção de queijo. Hoje é infinitamente pequena produção de queijo na região, quer dizer a agropecuária em si” (sic) (R. J. F). Vale ressaltar que a região obteve o auge da produção de laticínios até meados do século XIX, quando um dos maiores laticínios da região, o Laticínios Ribeiro Fonseca, finalizou as suas atividades.

Contudo, ainda hoje é possível identificar produtores que permanecem atuando, em especial o Queijo do Reino, uma tradição local que aos poucos vem se perdendo. Porém, observa-se um movimento em torno do queijo, para torná-lo referência regional como acontece em outros territórios, além da produção de doces e quitandas artesanais.

Tentar regionalizar Santos Dumont como produtor do Reino, porque aqui foi o pioneiro nessa área. Tem queijo do Serro, tem queijo da Canastra, tem queijo da d’Alagoa e aqui em Santos Dumont não podia deixar cair essa peteca, porque isso já vem de décadas e mais décadas passadas isso aí. [...] Porque se você resgatar isso aí e conseguisse revigorar, você trazia mais renda para Santos Dumont, trazia mais emprego, o pessoal animava produzir, ganhava o nome da cidade de novo lá fora. Aqui tinha o Boleta, Palmyra, que era conhecido nacionalmente. O país inteiro e até lá fora, hoje acabou tudo, Santos Dumont está esquecido (sic) (J. E. M).

Portanto, quando se trata de turismo de base comunitária, ligado ao turismo rural, coloca-se no cerne da discussão os hábitos locais que não podem ser apagados como base para o desenvolvimento local e sustentável, os quais têm a capacidade de empregar e gerar renda por meio das atividades culturais e locais, levando sempre em consideração a história, os hábitos e as condicionalidades já impostas pelo próprio ambiente.

Muitas das vezes se discute industrialização em massa, em especial nas cidades de pequeno porte, como aponta o entrevistado: “vamos trazer uma grande indústria para cá. Isso não vai acontecer, muito difícil, não tem lugar para isso” (sic) (A. C. B. M). Entretanto, a idealização de um desenvolvimento utilizando os potenciais do local já é perceptível na fala dos atores locais, como diz R. F. J, na região “tanto na agricultura e agropecuária nós temos condição, porque o clima aqui é muito propício para isso, e o turismo. São as três coisas que tem que ser motivadas, isso é o suficiente para alavancar a cidade e gerar o desenvolvimento que a gente acha que é necessário” (sic).

Portanto, é necessário analisar o que falta ao Microterritório para que essas condições de incentivo ao turismo de base comunitária e a agroindústria ocorram como fonte de desenvolvimento local, uma vez que algumas experiências já vêm sendo contadas, como por exemplo o turismo no distrito de Formoso, na cidade de Santos Dumont. Nessa localidade, pensa-se o turismo rural como fonte de desenvolvimento para a comunidade, o que levou os moradores a criarem a “Associação Turismo é Bom e Dá Trabalho”, que tem um trabalho em parceria com a Prefeitura e o IFET – Campus Santos Dumont. São ações voltadas para a conscientização local, além de promover cursos profissionalizantes voltados para o turismo. Para isso, são necessárias parcerias, investimento público, infraestrutura local não só para tornar as estradas acessíveis aos pontos turísticos, mas acesso a cursos e ações capazes de mostrar e de conscientizar os indivíduos envolvidos a participarem socialmente e desenvolverem práticas coerentes ao desenvolvimento local.

Nas localidades para o desenvolvimento do turismo já se pode perceber experiências que ajudam a contar como ele se encontra em pequenos atos do cotidiano, como conta T. L. A. sobre uma das comunidades rurais de Santos Dumont, conhecida como Samambaia. Nesse local existe uma senhora que

tem um restaurante, ela mora lá, ela é produtora ali do município e do lado do restaurante dela, ela tem uma vendinha, uma portinha que ela põe, ela vende feijão, ela vende um mel, um biscoitinho pro pessoal ali da região. É resgatar isso mesmo, fazer uns pontos turísticos, levar o pessoal pra conhecer a região, conhecer os nossos municípios e incentivar o pessoal dali da região a vender. Com isso eles vão ganhando um dinheirinho, expondo seus produtos e o pessoal da cidade e fora vai conhecendo os produtos locais (sic).

Isso mostra que a região como um todo tem um potencial agroindustrial que contribui para o turismo de base comunitária. Outro fato relatado é o da Comunidade Quilombola de São Bento, que “produz um doce lá que é fantástico. O pessoal de Juiz de Fora, sai de Juiz de Fora, passa lá por trás, pra ir lá buscar o doce que eles fazem. O doce lá acho que é diferente, é uma outra qualidade. Então tem umas coisas que precisam potencializar, organizar e melhorar” (sic) (L. A. S). O potencial existe, contudo, não é incentivado e organizado para que ganhe maior relevância no desenvolvimento local.

Outra experiência que chama atenção é a da Associação 14 Bis, uma associação composta majoritariamente por mulheres do campo:

uma associação da agroindústria da zona rural aqui de Santos Dumont, como é a 14 Bis, que já dialoga por exemplo com o projeto de turismo que a gente desenvolve em Formoso, porque são pessoas que trabalham na produção de biscoitos artesanais, bolos e doces que hoje enxergam nessa possibilidade do turismo rural um mecanismo de comercialização no espaço (sic) (G. A. B).

Como relatado, experiências são observadas e podem ser traduzidas como iniciativas que colaboram para o desenvolvimento local voltado para o turismo de base comunitária e, por consequência, o desenvolvimento das atividades agroindustriais que hoje existem na região. Todavia, falta incentivo, planejamento, organização e integração entre os diversos atores sociais e entidades presentes no território. É possível desenvolver regionalmente o turismo e, com isso, gerar emprego e renda nas comunidades locais, incentivando e valorizando as tradições, cultura e atividades econômicas que existem e podem, através de investimento em infraestrutura local, proporcionar maiores condições de desenvolvimento.

Por mais que as experiências de turismo e atividades relacionadas à agroindústria regional não sejam novas, ainda não são saídas viáveis ao desenvolvimento local. A região, até o momento da realização desta pesquisa, se encontra estagnada na fase de discussão sobre as possíveis saídas para o desenvolvimento local. Não há a realização de ações efetivas para tornar o turismo pedestal para o desenvolvimento, desenvolvendo não só a apreciação de belezas naturais locais, mas também a apreciação e valorização dos produtos regionais.

Contudo, levando em consideração todo o contexto histórico e geográfico que o Microterritório de Desenvolvimento se encontra, a relação de dependência de Juiz de Fora e, em alguns casos, de Barbacena fez com que poucas coisas se desenvolvessem na região. Mas, é possível destacar na atualidade três questões que estão sendo desenvolvidas e utilizadas como fonte de desenvolvimento e geração de emprego e renda local. Para isso, discutimos a seguir sobre essas questões.

8.3 Serviços, Educação e Saúde, atividades existentes a serem incentivadas

Tratando-se da relação cidades imediatas e intermediárias dentro do Microterritório estudado, é possível elencar três setores que se sobressaem. O setor de bens e serviços, muito bem representado nos municípios imediatos com o comércio local, e o setor de educação e saúde, nos quais a procura por políticas públicas de assistência social ocorre de modo direto e imediato com a população. Os três setores são desenvolvidos e podem ser incentivados ainda mais no Microterritório como fonte para o Desenvolvimento Local.

Os setores de Saúde e Educação, por serem ligados a serviços básicos e que devem ser ofertados pelo Estado, trabalham de forma integrada em diversos municípios que pertençam a um microterritório. Santos Dumont, por se tratar de uma cidade imediata, vem ao longo do tempo se desenvolvendo nos dois setores. No imaginário local, trata-se de serviços que foram, de certa

maneira, bem prestados à população, o que ainda permanece. Tal percepção muito se relaciona a fatores históricos do local.

Quando se observa os setores de educação a nível de microterritório, existem experiências que tiveram êxito e passaram a fazer parte do marco histórico local. É o caso do ensino técnico prestado por escolas locais que, de modo integrado, profissionalizou diversos jovens e adultos em distintos cursos. A principal instituição de ensino era, segundo A.L.S. a “Escola Profissional Fernando Guimarães, que formou profissionais que estão espalhados por esse Brasil afora. Se chegar hoje em Volta Redonda, Ipatinga, o estado de São Paulo, São José dos Campos, a mão de obra que eles têm lá qualificada, num passado muito delas saíram de Santos Dumont” (sic).

Hoje, dos cinco municípios, quatro não contam com ensino técnico profissionalizante. Em contrapartida, Santos Dumont possui duas instituições ativas, sendo uma delas um campus do IFET Sudeste de Minas Gerais. A região teve a

felicidade de ganhar um IFET. Essa coisa foi fantástica para a gente, isso vai mostrando pra frente o crescimento. Mas só que ele atende um grupo pequeno, não sei qual será a capacidade do IFET quando tiver com aquelas instalações lá prontas, qual será a capacidade dele, não sei. Sei que são muitas salas. Isso aí é uma alegria imensa, salas pra poder ser ampliado (sic) (J. A. C. A.).

Contudo, por mais que o Instituto Federal represente uma força regional e principalmente os meios para que o território se desenvolva ainda mais, ainda há a necessidade de se repensar a política educacional do IFET Campus Santos Dumont. A chegada do IFET está atrelada a um campus com cursos voltados à ferrovia, por questões históricas. Hoje, os cursos referentes a áreas ferroviárias não criaram ou mesmo não conseguiram atrair postos de trabalho que existiam no período da Rede Ferroviária do Brasil, que empregava grande parte da população regional.

O que se vê, depois de mais de dez anos de implantação do IFET, é que os profissionais que se formam não têm onde trabalhar. A vinda da instituição para a região é um ganho incalculável para o desenvolvimento local, porém é “preciso duas coisas: de formar o técnico e de lugar para trabalhar. Então quer dizer, ele forma o técnico ali, mas se não tiver onde ele trabalhar, eles então vão formar o técnico aqui e esse técnico vai embora” (sic) (R. J. F). Nesse contexto, se faz de suma importância a reavaliação das políticas de implementação de cursos que estejam alinhados com o mercado de trabalho regional. Na atualidade, percebe-se a criação de novos cursos não relacionados à ferrovia, mas não se nota uma integração do IFET com o local de maneira que se pense em conjunto sobre os objetivos a serem seguidos pela região.

Desse modo, é necessário que os municípios do Microterritório utilizem esses espaços, para que se crie mão de obra especializada, como já ocorreu no passado. Santos Dumont conta

com uma Fundação Educacional filantrópica criada em 1916, uma das “maiores escolas que tinha aqui no município. E hoje eu não vejo esses espaços sendo utilizados por esses municípios, pela região. As cidades vizinhas poderiam estar usufruindo deste espaço, como alguns usufruíram no passado e hoje não usufruem” (sic) (J. A. C. A.).

Outro setor que vem ganhando espaço no território, até mesmo por conta de políticas nacionais e estaduais, é o de saúde, contando com serviços especializados sendo prestados a todo território. Em muitos desses serviços se nota a integração institucional, mas relacionada a fatores legais que precisam ser cumpridos, e não na busca coletiva por melhorias a longo prazo na saúde regional. O território já conta com uma área de saúde especializada, além de Santos Dumont, como região imediata para prestar serviços aos demais municípios.

A cidade de Santos Dumont conta com um Hospital, criado no início do século XX tornando-se, com o passar dos anos, referência regional. Conquanto a entidade filantrópica passe por algumas dificuldades, as políticas públicas em prol da saúde fazem com que o Hospital da Misericórdia de Santos Dumont (HMSD) preste serviços e amplie a capacidade de atendimento. Segundo A.C.B.M., o hospital conta com “bons médicos trabalhando lá também. Já se faz algumas cirurgias interessantes. Lá nós temos uma estrutura da maternidade muito boa também, está novinha. Então, quer dizer, nós estamos indo bem, e agora temos ACISPES” (sic).

Nesse período de pandemia do Novo Corona Vírus, o município de Santos Dumont, trabalhando em conjunto com demais municípios do Microterritório, conseguiu fazer com que a cidade se tornasse “referência de atendimento ao Covid-19, por causa do nosso hospital onde foi feito CTI covid, a UTI Covid, a enfermaria de covid, mas a gente pode desenvolver outras coisas, a estrutura do nosso hospital é boa” (A. C. B. M.). O HMSD vem trabalhando, portanto, para se tornar referência regional. Ao observar os municípios do entorno, apenas Antônio Carlos conta com o Pequeno Hospital Santa Maria, que pode vir a trabalhar com parcerias na busca por melhorias coletivas na saúde local.

A cidade de Santos Dumont, por sua vez, carrega de longa data características que a liga à região propiciando o atendimento na área de saúde, podendo desenvolver diversos programas de modo integral dentro do território. O município foi reconhecido nacionalmente no passado pela excelência no atendimento na área da saúde, o que levou a

ter várias personalidades nacionais sendo curadas em Santos Dumont, que era na época da doença da tuberculose, então vinham para cá [...], Santos Dumont conseguia curar, então assim passou a ser uma referência nacional na área da saúde, na cura da tuberculose. Aí nós tivemos o mais famoso deles, foi o Ruy Barbosa que veio para cá para se curar (sic) (J. A. C. A.).

Excelência prestada também pelos atendimentos do Sanatório de Palmyra, que hoje só é lembrado no imaginário popular e na história local. Mais uma forma de demonstrar como a região é propícia ao desenvolvimento local voltada para a área da saúde. Ademais, o Microterritório está prestes a receber uma sede da Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra (ACISPES), buscando prestar um atendimento imediato para a população, com mais especialidades e evitando grandes deslocamentos de pacientes até o município de Juiz de Fora.

Diversas são as experiências do passado que ajudam a entender e guiar possíveis potencialidades e capacidades locais, identificando iniciativas que já existem e que muitas das vezes não são incentivadas a ponto de desenvolverem o local. São muitas as instituições e experiências que se encontram no local, diversas perdidas e esquecidas no tempo à espera de novas oportunidades e apoio institucional de modo integrado para desenvolver a região.

Outro campo de alternativas possível está ligado ao setor de serviços. Santos Dumont tem um comércio forte que atende toda a região imediata. “Geograficamente a gente está muito bem instalado, nós temos no entorno de nós algumas cidades que a gente influencia” (sic) (A. C. B. M). Atende-se o público dos municípios de Ewbank da Câmara, Aracitaba, Oliveira Fortes e algumas comunidades do município de Antônio Carlos. Além disso, há a possibilidade de atender ainda mais as demandas dos municípios vizinhos como Paiva e Bias Fortes à medida em que haja investimento em infraestrutura para as vias públicas. Para A. C. B. M, o comércio em Santos Dumont é uma potencialidade local, uma vez que “ele é maior do que a nossa cidade. O que quero dizer com isso, nós assistimos as cidades do entorno nosso” (sic).

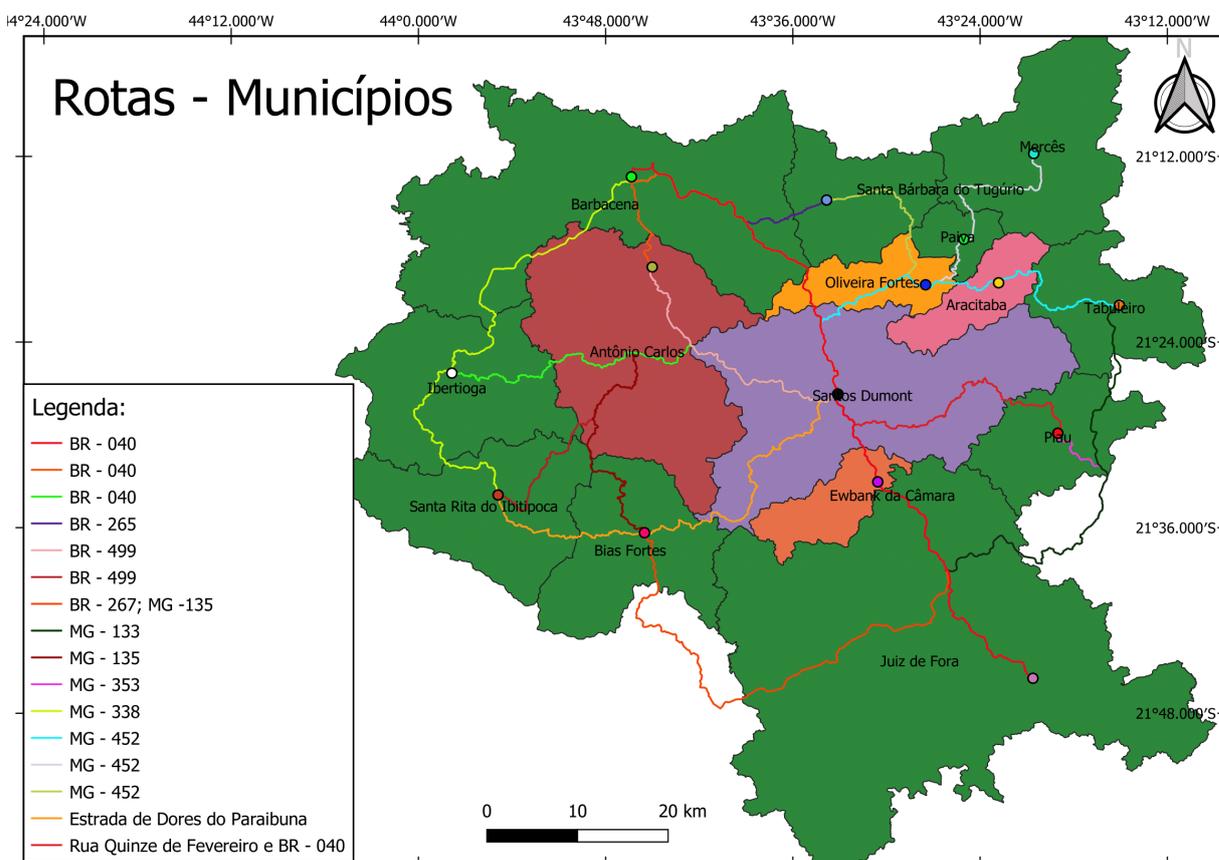
Algumas cidades do entorno, como Paiva, já são influenciadas pelo comércio local em Santos Dumont. Por outro lado, cidades como

Bias Fortes e Antônio Carlos estão mais distantes, a influência é menor, porque o acesso é melhor por exemplo para Barbacena. Bias Fortes está mais próximo de Santos Dumont, mas a via pra vir para Santos Dumont, ela é horrível. Então para o pessoal é mais longe ir para Barbacena, mas eles têm mais acesso à Barbacena (sic) (A. C. B. M).

Conforme a Figura 11 é possível perceber que a BR 040, importante via de acesso, corta todo o microterritório, o que já proporciona o acesso à cidade de Santos de Dumont. Contudo, é possível perceber que existem diversas vias alternativas que servem de rotas de acesso. Alguns locais precisam de maiores investimentos e até mesmo a possibilidade de pavimentação, o que tornaria possível, de médio a longo prazo, que Santos Dumont começasse a receber demandas de cidades que hoje, por questão de acesso, não recebem. Assim, as cidades do entorno teriam

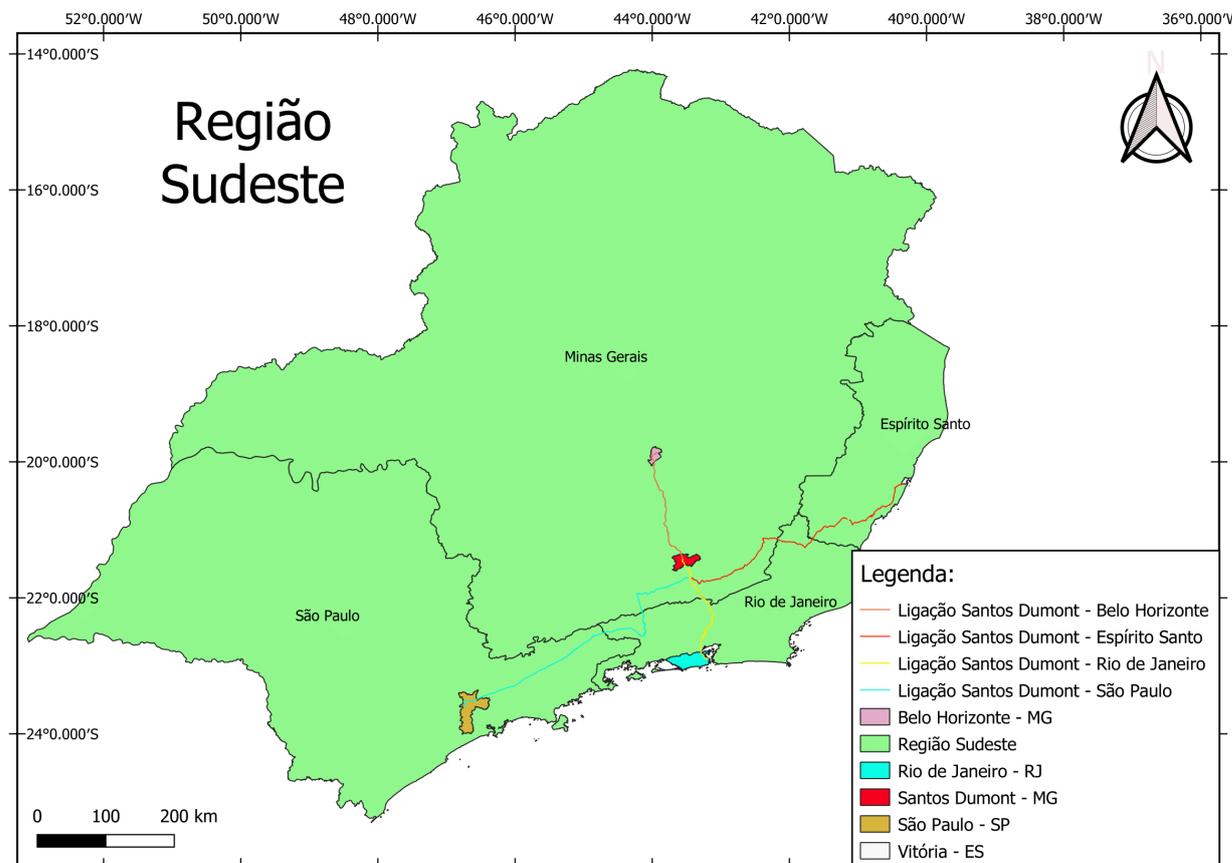
não só melhores condições de acesso para demandar bens e serviços, mas também para procurar a região para opções de turismo, como já retratado neste estudo.

Figura 10 - Rotas de Acesso ao Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont



O microterritório está “numa localização muito privilegiada geograficamente. Nós estamos próximos de três grandes centros comerciais e desenvolvidos que é São Paulo, Rio e Belo Horizonte” (sic) (A. C. B. M). Além disso, o microterritório se encontra não só entre uma potência nacional, Juiz de Fora, uma das maiores cidades brasileiras, e Barbacena, sendo cortado pela BR040, que liga o Rio de Janeiro à capital mineira Belo Horizonte. Isso faz com que a escoação da produção, não só para BH, mas também para o Rio de Janeiro seja de fácil acesso. Ademais, a região fica próxima de rodovias que dão acesso ao estado de São Paulo, além da facilidade de acesso para o estado do Espírito Santo, como pode ser percebido na Figura 12.

Figura 11 - Rotas de Escoação da Produção do Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont



Fonte: Do Autor. (2021)

O microterritório se encontra em uma região privilegiada geograficamente até mesmo no quesito educação superior, o que coloca diversas Universidades Federais no seu entorno. São Instituições de fácil acesso, no que concerne às rotas e à distância da região, como é o caso da Universidade Federal de “Lavras, próximo aqui, 190 km, tem São João Del-Rei, tem Juiz de Fora, tem Viçosa, tem Belo Horizonte que está próximo e tem os IFETs na nossa região. Então quer dizer, essa parte a gente está muito bem assistido” (sic) (A. C. B. M).

Portanto, a região tem condições de receber novos empreendimentos, uma vez que o território conta com rotas que possibilitam transações diversas. Além de tudo, é possível notar que o comércio e a produção de bens e serviços locais atendem cidades no entorno de Santos Dumont. Nos últimos anos, cresceu no território a oferta de redes de supermercados reconhecidas no estado, como EPA e BH Supermercados, redes farmacêuticas, Lojas Americanas, Edmil, Zema. Tais empreendimentos foram atraídos por meio de dados que comprovam o quão favorável ao investimento a região vem se tornando, pois, a cidade atende a toda microrregião e que, talvez, seja hoje o ponto mais importante da economia local.

Verifica-se também um aumento no número de empresas ligadas ao setor industrial na região, principalmente empresas voltadas a “prestação de serviço pra DOW e para outros da nossa região que faz o mesmo serviço da DOW, que mexe com silício, que mexe com metalurgia, com siderurgia, que é a produção de carvão. Nós temos uma produção de carvão muito grande aqui” (sic) (A. C. B. M.). A DOW, como uma das maiores empresas presentes no território, fez surgir diversas empresas na prestação de serviços, desenvolvendo assim certa parte da economia local, uma das potencialidades latentes no território.

Todavia é complexo tratar de novos empreendimentos quando esses necessitam de espaço geográfico de grande proporção, como uma grande empresa necessitaria. Para isso, as cidades se equipam com distrito industrial, contudo não é uma política pública de simples execução pelo fato de os recursos serem finitos e os municípios não terem recursos suficientes para investirem em projetos como esse. Santos Dumont hoje apresenta um distrito industrial de pequeno porte e já com sua capacidade esgotada, “distrito industrial que custou para sair, quando saiu, saiu um distrito industrial para determinado tipo de indústria. Algumas empresas não podem ficar lá, porque cria resíduo poluente, vai jogar no rio, aí não pode, então tem que ser indústria seca, então tem essas limitações” (sic) (A. C. B. M.).

Mas, analisando o Microterritório, “temos um problema geográfico, a nossa região é de serra é de montanhas. Então nós temos pouca área pra expansão de indústrias e de outras atividades que precisa de muito espaço” (sic) (A. C. B. M.). A região possui um relevo muito acidentado, rico em riachos e afluentes, sem muitos espaços disponíveis e próximos a infraestruturas já existentes, o que complica o surgimento de empreendimentos e de industrialização.

Tratando do comércio em si seriam possíveis novos investimentos na área, caso houvesse investimentos em infraestrutura suficientes capazes de atrair o público de outros municípios vizinhos. Assim, caminhos para novos fluxos de comércio seriam abertos, desenvolvendo a cidade de Santos Dumont ainda mais. Contudo, é necessário investimento público em estradas e rodovias capazes de fazer com que o tráfego de pessoas na região aumente, levando receita para o território.

Infelizmente, o que se constata é que o setor de comércio no Microterritório é um dos únicos que ainda sustenta a economia estagnada desses municípios. Todavia, não se pode deixar de ressaltar a capacidade possuída pelo território na promoção de bens e serviços, pois, mesmo que tenha perdido a força na atualidade, percebe-se que, a partir da história local, havia potencialidades que são retomadas dos relatos dos entrevistados. Assim, tem-se de forma

especial o município de Santos Dumont que historicamente apresenta experiências que elevam o município para além do setor comércio, a produção e industrialização de diversos produtos que não são mais produzidos ou incentivados, seria uma opção para a volta da produção no território.

Entretanto, é possível considerar a criação de produtos diversos, para além da cultura da produção do queijo do Reino e Doces. Ressalta-se que Santos Dumont teve a primeira sede da Companhia Chimica Merck na América do Sul, que migrou logo em seguida para o Rio de Janeiro pela falta de incentivos do território, aceitando os incentivos fiscais oferecidos pela referida cidade. Além disso, contava também com a Fábrica de Brinquedos SAGO de Bonecas, com criação própria do local, logo sendo vendidos os direitos de produção, de maneira semelhante a outros produtos que foram inventados e produzidos em Santos Dumont.

Retomando o que foi dito por J. A. C. A, em terra onde “o menos inteligente inventou o avião e na hora do descanso o relógio de pulso, então nós temos que ser inventores também” (sic). Mas, infelizmente, diversas experiências que surgiram e surgem no território não são incentivadas como fonte de desenvolvimento local. Pelo contrário, assim como diversas falas dos entrevistados reafirmam, o que se vê é o fazer isolado, sem pensar no outro e sem que se tenha uma atuação presente do poder público para incentivar as experiências que surgem no território.

9 Confirmação das Hipóteses Teóricas

• A microrregião possui uma grande dependência do polo regional de Juiz de Fora;

Conforme defendido por esta pesquisa, as correntes teóricas adotadas por Perroux (1967), Hirschman (1958) e Myrdal (1972), que visam explicar o desenvolvimento por meio do polo de crescimento, é possível, portanto, confirmar as correntes teóricas adotadas. O Microterritório demonstrou um desenvolvimento histórico baseado na dependência do município polo regional de desenvolvimento de Juiz de Fora. A região estudada se desenvolve por meio do encadeamento ocasionado pelo desenvolvimento da cidade polo, o que, de forma concentrada, não deixa com que empresas e investimentos cheguem até as cidades satélites, fazendo com que essas se desenvolvam por meio dos efeitos de encadeamento ocasionados pela erradicação de serviços que a cidade polo necessita, gotejando algumas oportunidades para fornecimentos de bens e serviços a região.

- **O processo de desenvolvimento local ainda é desestruturado, não há um Plano de Ação estruturado nos municípios, o que dificulta a atuação de cada um;**

Portanto, há a necessidade em ter no território Planos de Ações concretos, que irão organizar e traçar em curto, médio e longo prazo como se dará o desenvolvimento da região, buscando trabalhar de forma integrada com todos os atores e instituições presentes no local. Aquela localidade que não estabelece ações efetivas a serem seguidas, muitas das vezes, enfrentam problemas estruturais que poderiam ser solucionados de forma compartilhada, em que os territórios vão trabalhando a infraestrutura local para que seja possível ocorrer o desenvolvimento local, assim como defende Furtado C. (1988) e Furtado (2017).

Contudo, no Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont, não existem ações que possam ser traduzidas como processos organizados e estruturados entre os diversos atores sociais, instituições e territórios. Muito pelo contrário, foi possível observar, salvo casos de instituições impostas por instrumentos normativos do poder público, de abrigar a integração de algumas ações pontuais dos poderes executivos locais, que não existem processos organizados voltados ao desenvolvimento local.

- **Não existe uma participação cidadã formalizada, nem canais de comunicação, o que leva a decisões centralizadas, mais políticas, pouco voltadas aos problemas locais e relevantes a população.**

O desenvolvimento local está ligado intrinsecamente à participação social no processo de desenvolvimento, em que Kronemberger (2011) propõe a criação de um valor local, potencializando a participação e aproximação dos mais diversos atores sociais nas definições de estratégias e metas para sua localidade. Quando não há a formalização dos meios de participação popular no processo de desenvolvimento, diversos atores inseridos no território deixam de contribuir com suas visões sobre o seu local, sobre características ímpares que possam ser utilizadas como fatores chaves para a saída do desenvolvimento. Confirma-se, portanto, que no território estudado não se apresentam meios de participação cidadã formalizada, não se busca dentro da região a construção de uma governança democrática em que a gestão pública, como principal agente transformador da realidade local, busca ações integradas e compartilhadas.

Por fim, se confirma também as hipóteses de que o desenvolvimento local se dá por meio de ações muito centralizadas e na maior parte das vezes relacionadas a questão da cidade polo regional de Juiz de Fora, que concentra a maior parte do desenvolvimento e não o distribui com o entorno, causando problemas estruturais nas cidades satélites e ocasionando uma séria dependência histórica e cultural. Como argumenta Diniz (1993), esse fenômeno pode ser

explicado pelo que ele chama de desenvolvimento poligonal, onde um limitado número de municípios ou regiões polos de crescimento captam a maior parte dos investimentos. Historicamente, esses polos regionais vêm se concentrando em si e não desconcentrando ou distribuindo investimentos para que os demais territórios se desenvolvam de forma conjunta e igualitária.

No Brasil como um todo, ainda são adotados modelos de desenvolvimento de hiperurbanização, em que a população e as atividades econômicas continuam sendo aglomeradas em um único polo de crescimento (DINIZ, 1993). Dessa forma, há uma elevada valorização de tais territórios, dotando-os de serviços básicos, infraestrutura, base industrial e maior concentração de renda, tornando-os propensos ao desenvolvimento e cada vez mais a aglomeração de fatores que não serão desconcentrados, a não ser que surja outra região polo capaz de atrair investimentos e concentrar o desenvolvimento.

10 Considerações Finais

Ainda hoje é possível encontrar em diversos municípios o discurso de que o desenvolvimento apenas ocorrerá quando uma grande empresa motriz, capaz de impulsionar diversos segmentos da economia, chegar ao território. Contudo, não se discute o quão perverso o desenvolvimento voltado para o crescimento econômico e acúmulo de capital é, uma vez que investimentos de tamanha proporção tendem a migrar de territórios em territórios, buscando sempre incentivos fiscais que alguma região possa vir a oferecer. Quando o incentivo acaba, ou mesmo a matéria-prima, a empresa muda de território, deixando aquele que se desenvolveu ao seu entorno com sérios problemas econômicos e sociais causados pelos efeitos negativos de sua saída.

Dessa forma, o desenvolvimento econômico por meio do acúmulo de capital não consegue mais justificar as desigualdades regionais e sociais, surge uma nova vertente, em que se começa a pensar o desenvolvimento por meio do local, buscando minimizar as desigualdades existentes em cada território. Os municípios começam a tratar desenvolvimento voltado para o local, pautado nas características individuais de cada território, em especial dentro de comunidades e instituições locais, buscando assim repensar como desenvolver sem criar dependências econômicas, utilizando do próprio meio para a resolução das desigualdades causadas pelo modelo anterior.

Tratar de desenvolvimento local na atualidade é, sobretudo, tratar das capacidades de se desenvolver o local através dos seus fatores endógenos, fazendo com que tais localidades se

desenvolvam de forma sustentável e integrada no tempo, a fim de que todas as regiões minimizem suas desigualdades sociais e econômicas, relacionadas aos mais diversos fatores que possam vir a surgir em qualquer território. O desenvolvimento local, portanto, necessita não apenas de integração a nível local, mas regional, que integre os atores sociais, instituições e políticas públicas.

Neste trabalho observamos que é de suma importância que ocorram políticas públicas capazes, a nível regional, de potencializar ações efetivas para a integração dos territórios, pois nenhum território, nenhuma localidade é capaz de se desenvolver única e exclusivamente, pensando apenas em seus fatores locais, uma vez que nenhum território é autossuficiente na promoção de bens e serviços. Faz-se necessário pensar e repensar no conjunto, pensar em como fazer levando em consideração as fragilidades e sobretudo como criar oportunidades dentro do território por meio de suas características, que devem ser debatidas não apenas pelas autoridades locais, mas pelas comunidades, por aqueles que serão diretamente afetados pelo desenvolvimento local.

Esta pesquisa buscou identificar como o desenvolvimento local ocorre no Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont - MG, além de analisar e compreender quais são as potencialidades e capacidades locais, e identificar as iniciativas já existentes no território. Contudo, para que seja possível identificar as potencialidades, capacidades e iniciativas, se fez necessário identificar e compreender experiências que já foram realizadas e que são capazes de contar a história de formação da região, compreendendo como os fatores endógenos presentes são capazes de proporcionar o desenvolvimento local para todo território.

Buscamos compreender na visão dos atores locais, e não das instituições, como o desenvolvimento local vem ocorrendo, uma vez que ele afeta diretamente a sociedade e cada cidadão. Portanto, quando se analisa as entrevistas, é possível observar a falta de integração regional ou mesmo a carência de incentivos para que atores locais por meio de suas associações, instituições, clubes, entre outros se organizem em prol do desenvolvimento e de alternativas para o local. No caso estudado, foi possível perceber e constatar que as poucas iniciativas visando a integração entre instituições públicas e privadas de iniciativas do terceiro setor são muitas das vezes pontuais no sentido de realizações de eventos, palestras ou cursos, mas não na integração e planejamento de como o território pode se comportar em curto, médio e longo prazo, seguindo os mesmos objetivos traçados em comum. Reconhecemos que o Microterritório é rico em instituições capazes de desenvolver o local, assim como já desenvolveram um dia e hoje se encontram com as atividades paralisadas ou com suas capacidades ociosas por falta de incentivo para que continuem.

Contudo, tratando-se de desenvolvimento local em territórios onde os municípios são de pequeno porte e conseqüentemente dependentes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), como no caso desta pesquisa, e de transferências intergovernamentais, pontuamos que há baixa capacidade de investimento em infraestrutura necessária para se pensar no desenvolvimento local. Ainda que existam potencialidades e capacidades, é preciso que haja, sobretudo, investimento público em infraestrutura. Caso ocorram investimentos em áreas essenciais, é possível atrair setores privados e iniciativas do terceiro setor voltadas ao desenvolvimento da região, fazendo com que o local seja capaz de atrair oportunidades e principalmente fazer com que as suas potencialidades e capacidades apareçam. Todavia, quando o local não tem essa capacidade de investimento em infraestrutura, mais difícil será a saída para o desenvolvimento local desse território

O desenvolvimento local, portanto, está intrinsecamente ligado às políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento, de incentivo a infraestrutura pública, de incentivo a pequenos negócios, incentivo às potencialidades e capacidades latentes que ainda não são exploradas e que poderiam, num futuro próximo, ser incentivadas para que gerem o desenvolvimento almejado.

Contudo, não só infraestrutura e investimento financeiro são necessárias, mas também o apoio àquelas instituições e iniciativas que já existem, uma vez que essas já estão presentes no território e podem, de forma integrada, trabalhar em prol do desenvolvimento. Para que isso aconteça, é necessário que a figura das Prefeituras Municipais, como principais agentes transformadores da realidade local, atuem de forma a integrar suas ações, buscando o desenvolvimento pelos fatores endógenos de sua região e não trazendo iniciativas que não sejam do território ou que pouco tragam benefícios.

Sendo assim, foi possível constatar que o desenvolvimento dentro de Microrregiões ainda se pauta na dependência existente entre os municípios com as cidades imediatas e intermediárias. No caso estudado ao longo desta pesquisa, foi possível constatar que os quatro municípios, Antônio Carlos, Aracitaba, Ewbank da Câmara e Oliveira Fortes são altamente dependentes de municípios imediatos e intermediários. Santos Dumont, por ser um município imediato, ainda consegue, mesmo que precariamente e com certas limitações, atender a população na oferta de bens e serviços, prestando atendimento às cidades satélites nos mais distintos setores da economia. Contudo, todo o Microterritório apresenta uma alta dependência das cidades intermediárias, como Juiz de Fora e Barbacena. No caso de Juiz de Fora, essa acaba por ditar os rumos do desenvolvimento de todas as cidades satélites ao seu entorno, uma vez que se tornou um grande centro de referência regional.

Assim como defendido por Perroux (1967), Hirschman (1958) e Myrdal (1972) o desenvolvimento se daria por meio de um polo regional de crescimento, encadeando o desenvolvimento da região, um modelo histórico de desenvolvimento adotado pelo Brasil e por diversas regiões. Tal afirmação se confirma com a realização deste estudo, uma vez que se mostra a dependência regional que o território tem com Juiz de Fora, que acaba gotejando, transbordando demandas para as cidades satélites, encadeando o desenvolvimento regional. Contudo, vale ressaltar que esses modelos históricos de desenvolvimento regional acabam por concentrar para si os empreendimentos, de modo a não deixar com que os demais territórios se desenvolvam, e sim que apenas uma região cresça e progrida.

Diniz (1993) assevera que no Brasil é adotado o desenvolvimento poligonal, em que se limita o número de polos de crescimento ou mesmo algumas regiões captam grande parte das atividades econômicas. Esse processo de concentração pode ser percebido na região estudada, na qual Juiz de Fora concentra diversos serviços básicos, infraestrutura, rede de ensino, base industrial, além de apresentar maiores níveis de renda. Assim, criam-se economias de aglomeração, concentrando, portanto, grande parte das indústrias locais. Desse modo, para que ocorra a desconcentração, é necessário eleger novas áreas de aglomeração para que se desenvolvam em detrimento de outras.

Esta pesquisa foi realizada ao mesmo tempo em que o mundo enfrenta a Pandemia do Covid-19, o que ocasionou diversas mudanças e adaptações na sua estrutura metodológica. Entretanto, pode-se evidenciar que, por mais que o acesso a novos meios de comunicação capazes de aproximar as pessoas surjam a cada dia, muitos dos territórios brasileiros, em especial municípios de pequeno porte, comunidades e distritos rurais ainda não têm acesso a meios de comunicação ou tecnologias. Esse fator dificultou o contato com as instituições locais, visto que elas tiveram suas atividades interrompidas por algum tempo ou direcionadas ao estilo remoto em razão do combate ao Corona Vírus. Assim, a pesquisa foi realizada apenas com atores sociais locais, sendo possível recolher depoimentos seguindo um roteiro pré-estabelecido, mas também dando liberdade para que os entrevistados pudessem colaborar com a pesquisa com aquilo que acreditassem ser relevante perante suas experiências e vivências locais.

Foi possível constatar potencialidades, capacidades e iniciativas presentes no local, podendo ser divididas em cinco áreas de atuação: turismo de base comunitária, agroindústria, educação, saúde e comércio, sendo que em todas elas já existiam iniciativas ou mesmo a capacidade para se investir em curto, médio e longo prazo. Assim, foi necessário buscar dentro das instituições presentes no território ações integradas, pois várias delas trabalham o processo de desenvolvimento local, mas todas de modo isolado, sem que haja um fio condutor capaz de

mostrar não apenas para o local, mas para toda região que o caminho possível deve ser trilhado em conjunto.

Contudo, é possível, de forma coordenada oportunizar saídas para o desenvolvimento local da região. Para tanto, apresentamos algumas sugestões que visam contribuir com o processo de desenvolvimento local:

- Promover parcerias entre as instituições e políticas de integração para a promoção do planejamento integrado do Microterritório, em que cada instituição, dentro de sua área de atuação, possa compor ações efetivas de forma integrada;
- Priorizar investimentos voltados para a infraestrutura local, em especial para a questão do turismo, agroindústria, educação, saúde e setor de bens e serviços;
- Realizar capacitações com as comunidades sobre a importância de suas participações no processo de desenvolvimento local;
- Melhorar a articulação das gestões locais, colocando as Prefeituras Municipais como principais condutoras do desenvolvimento local;
- Trabalhar ações efetivas para o desenvolvimento regional, colocando Juiz de Fora nos debates como peça fundamental para traçar objetivos em comum para o desenvolvimento local.
- Elaborar um projeto de desenvolvimento local com capacidades de mobilização, organização, planejamento e gestão, reconhecendo as potencialidades e vulnerabilidades ambientais, institucionais e socioeconômicas de cada localidade;

Como sugestão para novos trabalhos, propomos que novas pesquisas busquem compreender a visão das instituições, a fim de ampliar as informações de desenvolvimento local passada pelos atores sociais locais, visto que essa pesquisa não levou em consideração a visão das instituições sobre o local. Assim, é pertinente incluir a visão das cidades intermediárias sobre o desenvolvimento da região, além de ampliar os municípios estudados, uma vez que foi constatado que as relações existentes entre eles ocorrem de diversas formas e independe de delimitações reguladas pelo Estado.

11 Referências

AGÊNCIA MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.2005-2015.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/pimentel-lanca-foruns-regionais-para-assegurar-participacao-popular-na-gestao-estadual/>>. Acesso em: 24 set. 2021

AGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. Disponível em: <<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/parceria-buscafortalecer-agroecologia-na-rmbh/>>. Acesso em: 18 nov. 2019

ALMEIDA, F. C. **Métodos para a elaboração de uma agenda comum de desenvolvimento local sustentável**. 2018. 162 p. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ALVES, M. B. Turismo e participação social no contexto do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca, Minas Gerais. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 103-120, set./dez. 2020.

AMITRANO, C. R. Instituições e Desenvolvimento: Revisão Seletiva da Literatura e Uma Proposta de Interpretação. In: MAGALHÃES, L. C. G.; PINHEIRO, M. M. S. **Instituições e Desenvolvimento no Brasil: Diagnósticos e Uma Agenda de Pesquisas Para as Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2020. cap. 1. p. 21-80.

ANDRADE, L. A. G. Desenvolvimento: missão de todos. In: GUIMARÃES, T. B., CUNHA, M. A. R., CHAVES, M. **Transformando o poder público: a busca da eficácia**. BDMG, Belo Horizonte: Rona Editora, 2002.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/04/15_comissao_trabalho_audiencia_mercedes_juiz_fora.html>. Acesso em: 19 jun. 2019.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 382 p.

BARDIN, L., **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, S. F. S. Da Zona da Mata/Mg à Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora/Mg: Continuidades e Descontinuidades nas Propostas de Regionalização do IBGE. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, v. 22, n. 80, p. 15–33, abr. 2021.

BASTOS, S. Q. A. Juiz de fora: Análise do Desenvolvimento Industrial e dos Desafios colocados pela implantação da Mercedes-Benz. In: **X Seminário sobre a Economia Mineira**, 2002, Diamantina. X Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina. p 28. 2002.

BASTOS, S. Q. A. **Reflexões sobre o desenvolvimento local: a partir da análise do processo de industrialização de Juiz de Fora (MG)**. UFJF. Faculdade de Economia e Administração. 2007.

BASTOS, S. Q. A.. Mercedes-Benz em Juiz de Fora: Estratégia Locacional Impactos na cidade. In: **VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7o Conferência Internacional de História de Empresas**. Conservatória. p. 8. 2005.

BELINSKI, R. Características dos artigos apresentados em grupo de pesquisa sobre Comunicação Organizacional e Relações Públicas. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Porto Alegre. p. 1-15. jun. 2019.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do Desenvolvimento Regional e Local: Uma Revisão Bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano XIX. v. 2, n. 37, p. 6 - 34, ago. 2017.

BENITES, M.; MAMEDE, S. Ecoturismo de Base Comunitária na Comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, Corguinho (MS): planejamento e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.13, n.1, p.100-119, fev./abr. 2020.

BRYSON, J. M.; CROSBY, B. C.; BLOOMBERG, L. Public Value Governance: moving beyond traditional public administration and the New Public Management. **Public Administration Review**, v. 74, Iss. 4, p. 445-456. 2014.

BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. **Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA**. Brasília, jun. 1999.

C. A. Mecanismos e eficácias no controle da gestão pública: um estudo aplicado ao IPMC –

CALIXTO, R. B. C. P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise De Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa. v.24, n.1. p. 13-18. jan./abr. 2014.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHARMAZ, K. **Constructing grounded theory**. London: Sage, 2014.

CHARMAZ, K.; THORNBERG, R. The pursuit of quality in grounded theory. **Qualitative Research In Psychology**, v. 18, n. 3, p. 305-327, 2021.

COFFMAN, D. M. François Quesnay, Luigi Pasinetti and the Historical Contexts of Economic Theory. **Structural Change and Economic Dynamics**, Elsevier, vol. 56 (C), p. 64-73, mar. 2021.

CONEXSUS. Disponível em: <<https://www.conexsus.org/bons-exemplos-e-alternativas-parao-desenvolvimento-de-negocios-comunitarios-sao-destaque-na-oficina-em-macapa/>>. Acesso em: 18 nov. 2019

COSTA, C. E. S. **Ação e heterogeneidade de lógicas institucionais na construção da convivência com o semiárido em Alagoas**. 2017. 193 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

COSTA, M. J. P. **Trajatória do Desenvolvimento: Da ênfase no crescimento econômico às expectativas do desenvolvimento sustentável**. 2006. 247 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. 215, n. 2, p. 304-328, 2015.

DATA VIVA. Disponível em: <<http://dataviva.info/pt/location/4mg000105>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento Poligonal No Brasil: Nem Desconcentração, Nem Contínua Polarização. **Nova Economia**. Belo Horizonte. v. 3, n. 1, p. 35-64, set. 1993.

DORSA, A. C. Desenvolvimento local e processos participativos. **Interações**. Campo Grande, MS, v. 20, n. 1, p. 1-2, jan./mar. 2019.

FAURÉ, Y-A.; HASENCLEVER, L. **O desenvolvimento local no Estado do Rio de Janeiro**. Estudos avançados nas realidades municipais. Rio de Janeiro: E-papers, 2005, 460p.

FERREIRA, C. C.; SALLES, A. O. Desenvolvimento Econômico e Desigualdade Social: Uma Análise a Partir do Princípio de Causação Circular Cumulativa de Gunnar Myrdal. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n.55, p. 82-116, jan./abr. 2020.

FILHO, A. G. S.; NETTO, J. C. M.; FARIAS, R. L.; MENDONÇA, R. L.; CARVALHO, R.

FILHO, S. M. **Avaliação da Gestão do Saneamento Básico em Municípios de Pequeno Porte Aplicando o Método Multicritério Saw**. 2020. 119 p. (Mestrado em Sistemas de Infraestrutura Urbana) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.

FRANZ, N. M.; ANDREOLI, C. V.; SILVA, C. L. Gestão participativa, práticas de governança e o desenvolvimento sustentável em cidades turísticas de pequeno porte. **EURE**, Santiago – Chile, v. 47, n. 141, p. 95-115, mai. 2021.

FURTADO, C. “Desenvolvimento”. In: CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. **Reconsideração do Conceito de Desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988, p. 45-71.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, R. P. M. **A inovação e a competitividade como fatores determinantes na gestão das empresas: um desafio para as empresas mineiras**. 2000. 167 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2000.

FURTADO, R. P. M. **Belo Horizonte e sua metrópole, possibilidade de desenvolvimento – um olhar sobre os atores institucionais e suas relações**. 2017. 205 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2019/04/15/mercedesanuncia-reducao-de-servicos-realizados-na-fabrica-de-juiz-de-fora.ghtml>>. Acesso em: 18 nov. 2019

GABRIEL MARCOS FERREIRA DE OLIVEIRA: **Instituições Presentes no Território**. 2021. Escala 1: 10.000

GABRIEL MARCOS FERREIRA DE OLIVEIRA: **Mapa da Microrregião de Desenvolvimento de Santos Dumont – MG**. 2019. Escala 1: 10.000

GABRIEL MARCOS FERREIRA DE OLIVEIRA: **Rotas de Acesso ao Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont**. 2021. Escala 1: 10.000

GABRIEL MARCOS FERREIRA DE OLIVEIRA: **Rotas de Escoação da Produção do Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont**. 2021. Escala 1: 100.000

GIL, A. C. **Métodos e técnica de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo. Atlas. 2008.

GIULIANO, K.; ALMEIDA, L.; CASTILHO, M. A. As interfaces do desenvolvimento local em 21 edições da revista Interações (2000-2010). **Interações**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 4, p. 685-699, out./dez. 2020.

GODOI, C. K.; MELO, R. B.; SILVA, A. B. Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais:

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 107 p.

GONÇALVES, B. S.; MANHÃES, E.; SIMONE, M. A.; CRUZ, J. V. Teorias de desenvolvimento: as múltiplas escalas entre os globalismos e os localismos. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**. Campos dos Goytacazes (RJ). Ano XVI, n. 61. p. 47-54. Dez. 2018.

HIRSCHMANN, A. **The strategy of economic development**. New Haven:Yale University Press, 1958.

IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9773&t=downloads>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

IBGE CIDADES. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/?lang=&coduf=31&search=minas-gerais>>. Acesso em: 25 ago. 2021

INDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <<http://imrs.fjp.mg.gov.br/NovoPerfil?id=707>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

INDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <<http://imrs.fjp.mg.gov.br/NovoPerfil?id=84>>. Acesso em: 30 ago. 2021

INDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <<http://imrs.fjp.mg.gov.br/NovoPerfil?id=88>>. Acesso em: 30 ago. 2021

INDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <<http://imrs.fjp.mg.gov.br/NovoPerfil?id=533>>. Acesso em: 30 ago. 2021

INDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <<http://imrs.fjp.mg.gov.br/NovoPerfil?id=279>>. Acesso em: 30 ago. 2021

Instituto de Previdência do Município de Castanhal. **Revista de Administração e Contabilidade**, nº 1, p. 39. 2014.

JORGENSEN, M. S. (2019). Circular economy as local development strategy. **Institut for Planlægning, Aalborg Universitet**. p. 5. mar. 2019.

JÚNIOR, P. S. P. J.; FROGERI, R. F.; ALVES, A. F.; CARVALHO, E. G.; PIURCOSKY, F. P. A dinâmica da base de exportação e crescimento econômico: análise no município de Varginha-

MG. **Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - Taquara/RS, v. 18, n. 2, p. 1-27, abr./jun. 2021.

KRONEMBERGER, D. **Desenvolvimento Local Sustentável: uma abordagem prática**. São Paulo, Editora Senac. São Paulo, 2011. 277p.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do Desenvolvimento Regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. UFMG/Cedeplar. Belo Horizonte. p. 33. 2009.

LIMA, F. O.; ALONÇO, M.; RITTER, O. M. S.; A análise de conteúdo como metodologia nos periódicos Qualis-CAPES A1 no Ensino de Ciências. **Research, Society and Development**, Itabira, v. 10, n. 3, p. 1-10, mar. 2021.

MEDEIROS, A. C.; CUNHA, V. C. Economia Solidária e Desenvolvimento Local: a Prática dos Empreendimentos Econômicos Solidários na Região do Cariri Cearense. **Editora Unijuí**. Ano 10. n. 21. p. 61-87. set./dez. 2012.

MEU MUNICÍPIO. Disponível em: <https://meumunicipio.org.br/?gclid=Cj0KCQjwsNfOBRCWARIsAGITapYVuf2TJBF_gkD0nkDn9OH492i0DDiNLhM3w3m6_mBFk90GBqnckIaApiLEALw_wcB>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MINAS GERAIS. **Decreto Nº 46.774**, de 09 de junho de 2015. Dispões sobre os Fóruns Regionais de Governo e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46774&ano=2015>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MOREIRA, E. B.; SILVA, G. B. Fóruns regionais de governo: a participação como prerrogativa de planejamento e controle social em minas gerais. **CONSAD**. v. 26. n. 002. p. 22. jun. 2016.

MOTA, E. S. Era uma vez uma teoria do desenvolvimento econômico: entre contos e crônicas.

MULS, L. M. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. **Revista Economia**, Brasília (DF), v. 9, n. 1, p. 1-21. jan./abr.2008.

MULS, L. M. **O desenvolvimento econômico local do município de Itaguaí: o capital social e o papel das micro, pequenas e médias empresas**. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. São Paulo, Zahar, 1972.

NETO, C. P. Estudo Migratório e Teoria Econômica Neoclássica: equívocos e acertos de classificação. **Terra Livre**. São Paulo. Ano 34. v. 1, n. 52. p. 474-496. 2019.

NETO, J. G. P.; OLIVEIRA, H. S.; SILVEIRA, K. C. Desenvolvimento local-regional no nordeste brasileiro: um estudo situacional do arranjo produtivo local de Capri ovinocultura de Pernambuco. **Revista Contexto Geográfico**. Maceió, AL. v. 3, n. 6. p. 36-46. dez. 2018.

NORI, R. B.; BERNADO, M. P.; MEYER, L. G. A Escola Austríaca de Economia na História do Pensamento Econômico. **MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics**. São Paulo. v. 7. n. 1. p. 1-20. jan./abr. 2019.

NORI, R. B.; BERNADO, M. P.; MEYER, L. G.; A Escola Austríaca de Economia na História do Pensamento Econômico. **MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics**. São Paulo. v. 7, n. 1. p. 20. jan/abr. 2019.

OLIVEIRA, F. V. **Patrimônio Cultural e Natural, Turismo e Desenvolvimento Local no Município de São José do Barreiro – Sp: Uma Esperança Condicional**. 2020. 230 p. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, N. M. Desenvolvimento Local: Quo Vadis?. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, Santa Cruz do Sul, RS, v.25, Ed. Especial., p.1698 -1714, 2020.

OOSTERBEEK, L. Nosso Futuro Comum... 25 anos depois: Dez questões da ansiedade para a práxis da gestão do território. In: OOSTERBEEK, L.; SCHEUNEMANN, I. **Gestão Integrada do Território: Economia, Sociedade, Ambiente e Cultura**. IBIO, 2012. Cap. 2, p. 27- 44.

PAIVA, C. Á. M. **Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2013. 200p.

Paradigmas, Estratégias e Métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. 458 p.

PEREIRA, J. A.; ZACARIAS, G. C.; SILVA, M. A. C. Perspectivas do território e desenvolvimento local: estudo sobre a constituição do município de Naviraí, MS, como polo urbano regional. **Interações**, Campo Grande, v. 22, n. 1, p. 309-327, jan./mar. 2021.

PEREIRA, J. R.; REZENDE, J. B. **Gestão Municipal**. 2. ed. Curitiba, PR. CRV, 2017. 232 p.

PERRONE, B. P. **A Dominância Política na Gestão Pública Municipal em Municípios de Pequeno Porte**. 2018. 141 p. (Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, Campinas, 2018.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa, Herder, 1967.

PETR - PORTAL DO EMPREENDEDOR DE TRÊS RIOS. Disponível em: <<http://www.tresrios.rj.gov.br/empreendedor/>>. Acesso em: 18 nov. 2019

PRATES, L. A.; VALADÃO, J. A. D. Desenvolvimento local do Povoado de Melancias frente às transformações do Norte de Minas Gerais. **Revista Interações**, Campo Grande, (MS), v. 19, n. 1, p. 305-324, jan./mar, 2018.

PUTNAM, R. D. Social Capital and Institutional Success. In: **Making Democracy Work**. Civic Traditions in Modern Italy, New Jersey: Princeton University Press, 1993, p.162-185.

QUINTA-NOVA, L.; FERREIRA, D. Ecoturismo: uma abordagem metodológica para determinação do potencial ecológico da Beira Baixa com recursos a um Sistema Espacial de Apoio à Decisão. **Livro de Resumos do VIII CER - Paisagens culturais: heranças e desafios no território**, Ponte de Lima e Sistelo, 5-7 dezembro.

REESE, L. A. If All You Have Is A Hammer: Finding Economic Development Policies That Matter. **American Review of Public Administration**. v. 44, n. 6. p. 627-655. 2014.

Revista do Desenvolvimento Socioeconômico em Debate. v. 5, n. 1. p. 49-61. 2019.

ROBINSON, A. L. S. **Desenvolvimento Econômico E Desigualdade Social: Uma Análise A Partir Do Princípio De Causação Circular Cumulativa De Gunnar Myrdal**. 2020, 61 p. Dissertação (Mestrado em Economia e Desenvolvimento) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2020.

RODRIGUES, W. B. **Desigualdades na concessão de crédito em uma mesorregião do estado de São Paulo: preferência pela liquidez e polos de crescimento**. 2018. 43 p. Monografia (Bacharel em Administração) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2018.

ROGERSON, C. M. Revamping Local Economic Development Policy in South Africa. In Book: **The Geography of South Africa**, 253–259. 2019.

ROSA, D. P. Consensos e dissensos sobre a cidade-dormitório: São Gonçalo (RJ), permanências e avanços na condição periférica. **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro. v. 4. n. 2. p. 273-288. jul./dez. 2017.

ROSA, D. P. **De cidade-dormitório à centralidade da grande cidade periférica: trabalho, consumo e vida de relações de São Gonçalo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

SILVA, A. H.; CUNHA, D. E.; GASPAR, E.; MOURA, G. L.; FIGUEIRA, K. K.; HORBE, T. A. N. Análise de conteúdo: fazemos o que dizemos? Um levantamento de estudos que dizem adotar a técnica. **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, PR, v. 11, n. 1. p. 168-184. jan./jun. 2017.

SILVEIRA, M. **Desenvolvimento e a “Contribuição de Melhoria”**: Uma abordagem interdisciplinar. 2018. 64 p. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Grounded theory in practice**. Sage, 1997.

TARRAGÓ, D. BRUGUÉ, Q. CARDOSO JR, J. C. **A administração pública deliberativa: inteligência coletiva e inovação institucional a serviço do público**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. 33p.

TENÓRIO, F. G.; DUTRA, J. L. A.; MAGALHÃES, C. M. R. **Gestão Social e Desenvolvimento Local: Uma Perspectiva a partir da Cidadania Deliberativa**. ANPAD. 2004.

TONELLI, D. F. et al. Antecedents, process, and equity outcomes: A study about collaborative governance. **Cogent Business & Management**, v. 5, n. 1, p. 17, 2018.

12 Apêndice

12.1 Apêndice A - Roteiro para as entrevistas

Roteiro de Entrevista	
Nome do Entrevistado:	
Local da Entrevista:	
Ocupação do Entrevistado:	
Data:	____/____/____

OBS: Realizar pedido para que o entrevistado (a) autorize por áudio a realização e uso da entrevista.

Breve explicação sobre o projeto e noções básicas de Desenvolvimento Local.

Este trabalho analisa o Desenvolvimento Local do Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont – MG (Santos Dumont, Aracitaba, Ewbank da Câmara, Oliveira Fortes e Antônio Carlos).

Desenvolvimento Local:

1. Qual a sua definição e entendimento sobre desenvolvimento local?
2. Quais são os principais projetos e políticas públicas no âmbito do desenvolvimento local? Ou seja, qual ou quais os projetos, produtos, programas, ou até mesmo movimento que promova direta ou indiretamente o desenvolvimento do local ou regional?

Instituições/associações/sociedade civil:

3. Qual o papel das instituições, associações e sociedade civil no processo de desenvolvimento local?
4. Na sua percepção, existe alguma instituição/associação que pertence ao seu município ou a região que possui experiência em estudos ou trabalhos que envolvam o desenvolvimento local?

5. Você percebe parcerias entre as instituições/associações para a promoção do desenvolvimento local? Caso não haja, você acha que essas parcerias poderiam promover o desenvolvimento local?

Município / Território:

6. Qual o papel do município no processo de desenvolvimento local?

7. Na sua percepção, existe governança ou mesmo diálogo no processo de desenvolvimento do Microterritório de Desenvolvimento de Santos Dumont? Como você percebe a integração institucional entre os municípios vizinhos? Existem ações integradas dos territórios implementadas coordenadamente?

8. Na sua percepção, como seria um arranjo institucional e integrado dos territórios / municípios para promover o desenvolvimento local?

9. Quais os principais pontos que dificultam o processo de desenvolvimento local no seu município?

10. Como você percebe a questão do desenvolvimento local no caso do Microterritório do Desenvolvimento de Santos Dumont? Como fica a relação local/regional? Dependência (Região imediata e Região intermediária) ou autônoma das localidades?

11. Existem projetos em comum na região? Saúde, educação, transporte, saneamento básico, coleta de lixo, consórcios... Do ponto de vista de projetos e novos empreendimentos? Agroindustrial, industrial, reciclagem, cooperativas, microcrédito, empreendedorismo, comércio... Parque tecnológico, parceria com IFET Sudeste Minas Gerais?

Inovação:

12. Quais as atividades e/ou setores que senhor (a) percebe como possíveis fontes de geração de emprego e renda? E quais as atividades que podem ser alvo de novos empreendimentos?

13. Quais as atividades e/ou setores já existentes poderiam ser ampliados e trazer melhoria de qualidade de vida e geração de renda?

Pandemia:

14. Pandemia x Desenvolvimento Local: como está sendo e como deve ser tratado ações e programas que visem mitigar os prejuízos econômicos, sociais, culturais, entre outros da sociedade de um modo geral?

15. Comentários adicionais?